

BATALHA DA PRODUÇÃO

RECONVERTER REORGANIZAR TRABALHAR EM UNIDADE

A batalha da produção será longa e diversificada. Vários responsáveis a têm encarado, falando das várias frentes nas quais se desenvolverá e nos diversos níveis por onde passa a organização dos trabalhadores e a sua capacidade para acelerar a marcha no caminho revolucionário, sem paragens e sem hesitações. Será longa

porque terá de combater o passado e destruir germes que esse passado lançou no futuro, antecipando-se, sempre que possível, aos golpes do capital terrorista, que mudou de máscara, mas não de intuições. Será diversificada porque não bastará produzir mais, melhor e com menores custos. E os trabalhadores

têm-no demonstrado: é preciso planificar a todos os níveis, evitar cada vez mais e melhor o desemprego, criando novos postos de trabalho, reestruturando e reorganizando a vida sindical, mobilizando todas as forças criadoras para diversificar a produção e aproveitar ao máximo tudo o que temos.

A Movauto na linha da reconversão

Atendamos hoje à Movauto. É uma experiência nova. Da montagem de veículos automóveis passar-se-á para a fabricação quase integral de frigoríficos. Elementos da Comissão Sindical e da Comissão Técnica declaravam recentemente: Haverá uma primeira fase de 1500 unidades, que serão em parte montadas e em parte fabricadas, servindo ao mesmo tempo de escola para o pessoal. Após essas 1500 unidades, passar-se-á à segunda fase com cerca de 65 por cento de incorporação nacional — fase, portanto, da fabricação. Os cem por cento de produtos, matérias-primas e meios nacionais só não serão alcançados nesta fase porque há um conjunto de refrigeração que pouquíssimas fábricas na Europa podem fazer e só a médio ou a longo prazo isso será possível em Portugal.

A Movauto, com instalações perto de Setúbal, emprega actualmente 900 trabalhadores que vivem seriamente ameaçada a sua garantia de emprego, pois o sector está em crise e não há ainda uma definição do tipo de veículos de que o país mais precisará num futuro próximo. Com a produção de frigoríficos pensam os trabalhadores poder anular essa ameaça de desemprego e, por outro lado, conseguir que o país poupe perto de 400 mil contos por ano em importações.

No primeiro período, cujo início está previsto para breve e deve terminar em Novembro, serão destacados para os frigoríficos 150 trabalhadores que, em Janeiro do pró-

CONT. NA PÁG. 6



COSTA GOMES NA ROMÉNIA

O Presidente da República efectuou, no fim da passada semana e pouco mais de um ano após a Revolução do 25 de Abril, uma histórica visita a um país socialista, que ficou a constituir um marco extremamente importante nas relações entre o povo português e os povos livres de todo o Mundo. Deslocando-se à República Socialista da Roménia, o general Costa Gomes foi o primeiro presidente da República Portuguesa a deslocar-se a um país socia-

lista, numa viagem que fica como um símbolo da nova era de relações do povo português com outros povos do mundo tornada possível pelo 25 de Abril de 1974.

No decorrer da sua visita à Roménia, o Presidente Costa Gomes pôde comprovar a fraterna solidariedade que os povos socialistas manifestam pelo nosso País e, neste caso particular, a solidariedade activa que o povo romeno manifesta para com a Revolução Socialista portuguesa.

Nas deslocações que efectuou durante a sua estada na Roménia, o general Costa Gomes foi alvo das mais significativas homenagens por parte dos operários, dos camponeses, do povo trabalhador da Roménia que, homenageando o Presidente da República Portuguesa, homenageavam o Movimento das Forças Armadas e o povo trabalhador de Portugal.

Costa Gomes teve ocasião, para lá dos encontros e conversações que efectuou com os dirigentes romenos, nomeadamente com Nicolai Ceausescu, Presidente da República e secretário-geral do Partido Comunista Romeno, de prestar homenagem aos heróis que tombaram pela liberdade do povo romeno, em cujo monumento depôs uma coroa de flores.

CONT. NA PÁG. 8



TRABALHADORES ALENTEJANOS NA VANGUARDA DA REVOLUÇÃO

AS MAIS BELAS SEARAS DESDE HÁ TRINTA ANOS

No Alentejo já começaram as ceifas. Os trigais que ondulam nos barros de Beja e Serpa, nas terras gordas de Montemor, em centenas de herdades, de Elvas a Aljustrel, de Mértola a Vendas Novas, são uma primeira vitória na batalha da produção nos campos. Há 30 anos que não havia searas tão grandes no País. Foram semeadas, em muitos casos, contra a vontade dos azeiteiros, após duras lutas contra o desemprego e a sabotagem económica, vitoriosamente conduzidas pelos trabalhadores, com o apoio dos sindicatos.

Quem passou há um ano pelo Alentejo e guardou na memória a imagem dolorosa das vastas planícies abandonadas, não pode deixar de sentir agora um profundo respeito e admiração pela grandiosa tarefa empreendida pelos camponeses do Sul que, com incalculáveis sacrifícios,

regaram com o seu suor as maravilhosas searas que hoje se nos deparam até onde a vista alcança.

Tomando nas suas próprias mãos a iniciativa da Reforma Agrária, dinamizando estruturas e serviços, vencendo obstáculos e medos, desafiando burocracias, hesitações e entraves, o proletariado rural alentejano avança decididamente para a concretização da Reforma Agrária, apostando confiante no futuro e dando prova de uma lúcida consciência revolucionária. É inegável que nos campos do Alentejo se caminha a passos largos para o socialismo. Contudo, em Portugal, como em qualquer outro país, é invi-

vel construir o socialismo no campo e manter o capitalismo nas cidades, é utópico pensar que a marcha para o socialismo se pode fazer se nela não se empenharem as classes trabalhadoras e todas as forças progressistas, numa aliança que terá de ser mais forte do que todas as divergências.

A Reforma Agrária, como o nosso Partido tem afirmado, deu os seus primeiros passos numa época difícil, muito antes do 11 de Março, antes das medidas do Governo Provisório que estabeleceram para o latifúndio os limites de 500 hectares (terras de sequeiro) e 50 hectares (regadio). Vitoriosas iniciativas pioneiras,

como a da Cooperativa Estrela Vermelha, a do Monte do Outeiro, a do Mouchão do Inglês, para citarmos apenas três exemplos expressivos, demonstraram o espírito criador, a capacidade organizativa, a consciência revolucionária dos trabalhadores. Foram exemplos estimulantes, derrotas infligidas às previsões da reacção.

Mas a Reforma Agrária não depende do êxito de tentativas isoladas. Tem de ser encarada como um processo global. O seu período de preparação não pode agora prolongar-se, no período das ceifas, sem graves inconvenientes. As grandes definições não podem tardar. A coragem, a ini-

ciativa, a capacidade de sacrifício dos trabalhadores rurais alentejanos implicam da parte das entidades oficiais responsáveis pela nova política agrícola respostas imediatas e concretas aos complexos problemas cuja solução é inseparável do avanço da revolução nos campos. Por outras palavras: urge uma definição clara e objectiva sobre a Reforma Agrária.

A actividade desenvolvida pelos trabalhadores agrícolas nos distritos de Beja e Évora, que após o derrube do fascismo se lançaram numa luta sem tréguas contra o desemprego, a sabotagem económi-

CONT. NA PÁG. 7

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. As grandes vitórias alcançadas pela Revolução portuguesa desde o 25 de Abril encontram uma resistência cada vez mais tenaz das forças reacçãoárias agora estimuladas por sectores conservadores, reformistas e oportunistas.

Essa resistência resulta fundamentalmente da via socialista definida e adoptada pelo MFA e outras forças revolucionárias.

O que a reacção põe em causa são as nacionalizações, é a reforma agrária, são as transformações profundas da economia e da sociedade portuguesa em direcção ao socialismo.

Agrava-se o conflito entre as forças da democracia e do socialismo e as forças reacçãoárias e conservadoras.

Está-se num momento de esclarecimento que obrigará a decisões a prazo mais ou menos curto.

2. O PCP continua a insistir na importância decisiva da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas e da unidade de cada uma destas duas componentes da Revolução.

Essa aliança e essa unidade continuam a ser vitais para assegurar a vitória definitiva e total da Revolução, para construir um regime democrático e uma sociedade socialista.

A História conhece numerosos exemplos de revoluções que se perderam porque as forças revolucionárias se dividiram, sobrestimando cada qual as suas próprias possibilidades.

Como desde o 25 de Abril se tem verificado, nem o povo pode assegurar o futuro democrático e socialista de Portugal sem o MFA, nem o MFA o pode fazer sem o povo, designadamente sem as classes trabalhadoras.

A aliança do movimento popular com o Movimento

das Forças Armadas continua a ser a força motora da Revolução.

3. A unidade do MFA, a fraternidade de armas dos revolucionários do 25 de Abril, tem sido um factor determinante da defesa e dos progressos do processo revolucionário.

São de condenar as pressões e intrigas que pretendem provocar conflitos e divisões no seio do MFA, venham elas da direita reacçãoária, do oportunismo reformista ou de sectores pseudo-revolucionários ultra-esquerdistas.

A unidade do MFA é do interesse do povo e da revolução. Em tudo, quanto estiver ao seu alcance, as forças populares, democráticas e socialistas, devem contribuir, pela sua acção revolucionária unificada, para o reforço da unidade do MFA.

4. A unidade do movimento popular, compreendida essencialmente como a acção unificada dos trabalhadores e das massas populares, é outro factor essencial para o prosseguimento do processo revolucionário.

Nas fábricas, nas empresas, nos portos, nas herdades, nas aldeias, nos sindicatos, nas ligas camponesas, nas escolas, em todos os locais de trabalho, em todas as organizações, os trabalhadores e as massas populares devem unir-se na luta em defesa da revolução, pela realização dos seus objectivos democráticos e socialistas.

Diferenças de opinião política ou de crença devem submeter-se aos interesses superiores da liberdade, da democracia, da independência nacional e do socialismo.

(CONT. NA PÁG. 3)

Avante!

PÁGINA 2

A Importância
Internacional
da Revolução
Democrática
Portuguesa



VEIGA DE OLIVEIRA (MINISTRO DOS TRANSPORTES) FALA AO «AVANTE!»

(LER NA PÁG. 2)



É difícil reduzir-se a importância internacional da Revolução democrática portuguesa rumo ao socialismo. Um Portugal democrático, liberto das cadeias do fascismo e do imperialismo que soube desfazer-se, corajosamente, das chagas do colonialismo e assestar um golpe devastador na armadura de classe do sistema de exploração capitalista vigente no País — os monopólios — constitui, neste extremo Sudoeste da Europa, um poderoso factor de paz e desanuviamento internacional. E também de liberdade.

Isto não convém, naturalmente, aos interesses dos que se esforçam por manter e atizar no Mundo verdadeiros focos de guerra e de tensão entre os povos, como forma de escoar a produção altamente lucrativa das suas indústrias de armamento.

Um segundo factor de importância internacional do nosso processo revolucionário — e, portanto, de hostilização aberta das forças reacçãoárias contra o Portugal saído do 25 de Abril — é a participação de ministros comunistas no governo de um país membro da Aliança Atlântica.

O PCP definiu já a sua posição de respeitar os tratados firmados por Portugal, em particular quanto à Aliança Atlântica. O que nunca nos impediu de definir, com desassombro, o que pensamos dos actuais compromissos internacionais de Portugal.

A paz é a política que defendemos nas relações com os outros povos; a independência nacional do nosso País é, para nós, inalienável; as bases estrangeiras estabelecidas em território português são indesejáveis. Estas determinantes da política que defendemos para Portugal, nas relações com os outros povos, chocam-se obviamente com o carácter agressivo da Aliança Atlântica e com os interesses estratégicos do imperialismo no Mundo.

E, no entanto, apesar disso, não pomos como uma questão imediata e unilateral a liquidação dos nossos actuais compromissos internacionais. É no quadro da política de desanuviamento internacional e, de forma muito directa, no contexto da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, a que Portugal deu a sua adesão, que colocamos o contencioso da nossa participação na NATO e da existência de bases militares estrangeiras em território português.

Mesmo assim, dirigentes dos mais responsáveis dos países imperialistas e da Aliança Atlântica não se colbem de agitar o espantinho da desconfiança em relação a Portugal, em particular, dos perigos de inconfidência que advêm, para os segredos militares da NATO, da participação de ministros comunistas no Governo Português. Trata-se de uma descarada intromissão nos nossos negócios internos da parte dos círculos imperialistas.

E, entretanto, os comunistas portugueses, ao mesmo tempo que lutam, incansavelmente, pela paz e contra os blocos agressivos, são os mais legítimos campeões na luta pela defesa da liberdade e independência nacional e nessa condição são, também, dos melhores defensores dos segredos nacionais do seu País. O internacionalismo proletário dos comunistas não é incompatível, antes pelo contrário, com a defesa consequente dos interesses de Portugal nem com o seu profundo sentimento de amor à Pátria — a pátria dos trabalhadores portugueses, evidentemente, e não a dos reacçãoários e exploradores do povo.

Uma vasta política de chantagens e de descarada ingerência nas nossas questões internas foi gizada contra Portugal, com o objectivo de fazer saltar do Governo português, os ministros comunistas. Mais de um ano de permanência e de participação frutuosa e exemplar dos comunistas na governação do País, eis uma coisa que irrita

sobremaneira os círculos dirigentes da reacção e do imperialismo.

Um terceiro factor de importância internacional da Revolução Portuguesa é, precisamente, o seu carácter original e neste o factor que mais lhe empresta originalidade — a aliança entre o movimento popular e o MFA.

As revoluções não se exportam, cada país encontrará o seu caminho, as suas formas próprias para levar a cabo a Revolução. As condições do processo revolucionário português não se observam exactamente noutros países subjugados pelo imperialismo e os monopólios. A Revolução Portuguesa não é um modelo para aplicar a todas as situações, mas contém em si, peculiaridades susceptíveis de inspirar a luta dos povos de outros países e de coroar o estelo principal do aparelho de Estado capitalista — as Forças Armadas — particularmente nos países ainda submetidos à opressão imperialista.

Compreende-se, assim, porque se inquieta tanto a grande burguesia internacional com o que se passa em Portugal, a atenção com que segue o processo revolucionário português e os esforços que leva a cabo para dividir a classe operária portuguesa e desmembrar o MFA, nervuras fundamentais das duas componentes do processo.

A ofensiva contra as duas componentes motoras da Revolução Portuguesa pode talvez ser concebida nos grandes centros internacionais de diversão ideológica, mas tem os seus marionetes em Portugal. E as suas formas.

Na alta política o eleitoralismo é a artilharia pesada no combate ao processo revolucionário.

O povo elegeu — tantos por cento para aqui, tantos por cento para ali — e agora «mais respeitinho, senhores pequenos tantos-por-cento, porque quem regula esta coisa já não é o pacto MFA-partidos mas a vontade maioritária do povo livremente expressa...».

Os senhores pequenos tantos-por-cento até são contra-revolucionários por estarem a levantar a grimpia e a não aceitarem a hegemonia da maioria bem pensante dos senhores grandes tantos-por-cento...

E não é só na Assembleia Constituinte, onde a «santa aliança» anticomunista está já muito bem organizada, e também fora dela, em toda a parte onde a força do voto possa impor uma nova arrumação de forças: nos sindicatos, nas autarquias, nas comissões de trabalhadores, etc., e fora do País onde uma avalanche de calúnias contra Portugal, contra o MFA e contra o processo revolucionário, sem falar, claro está, na feroz deturpação, a frio, do carácter e da política do PCP, feita ao nível mais responsável, vão corroendo a confiança nas forças revolucionárias portuguesas.

Seria um erro de cálculo de consequências graves para os que pretendem recuperar pela via eleitoralista o processo revolucionário, basear as intenções hegemónicas nos números de votação de 25 de Abril último, ou na manipulação da maioria da Assembleia Constituinte para fins diferentes dos que lhe foram assinalados. Ou no movimento popular de massas...

Os pecados oportunistas pagam-se caro. Do «aprendiz de feiticeiro», que desencadeou forças depois incontroláveis só ficou a lenda. O Chile teve o seu Frey mas o Frey português não passa pela democracia cristã. E não terá sorte nenhuma.

Schlesinger fala da Portugal no meio da sua histeria atómica e na NATO, conhecidos inimigos da liberdade estão preocupadíssimos com a «falta de liberdades» em Portugal.

O caos e a confusão política no interior, a desconfiança e hostilidade no exterior, são o caldo da cultura para novos atentados ao processo revolucionário. De onde virá a iniciativa?

Mas, tal como em tempos foi afirmado pelo PCP, não será a dinâmica do processo revolucionário que será contida pela carapaça, pelo colete de forças em que pretendem metê-lo certos partidos da coligação — será antes a carapaça que voará em estilhaços pela dinâmica do processo revolucionário e este triunfará.

Os pecados da direita pagam-se com o pulular das tendências esquerdizantes.

A tendência que procura afastar os partidos revolucionários, em especial o partido da vanguarda revolucionária — o PCP —, da organização, dinamização e direcção da componente popular, do movimento popular de massas, não terá hipóteses, mas poderá trazer graves prejuízos à dinâmica do processo revolucionário, se a classe operária não lhe fizer firme e decididamente frente.

O eleitoralismo, como expressão oportunista de direita no seio do movimento democrático, e os seus reflexos nas tentativas esquerdizantes de superação dos partidos defensores do processo revolucionário como forma de estruturação da aliança entre o movimento popular e o MFA, poderiam levar o divisionismo ao movimento operário português se o proletariado das fábricas e dos campos não pusesse rapidamente à prova a sua maturidade política e a sua consciência de classe, a sua vocação unitária.

No momento presente, perante o perigo de novos atentados contra o processo revolucionário, a criação de Comissões de Defesa da Revolução é uma tarefa prioritária.

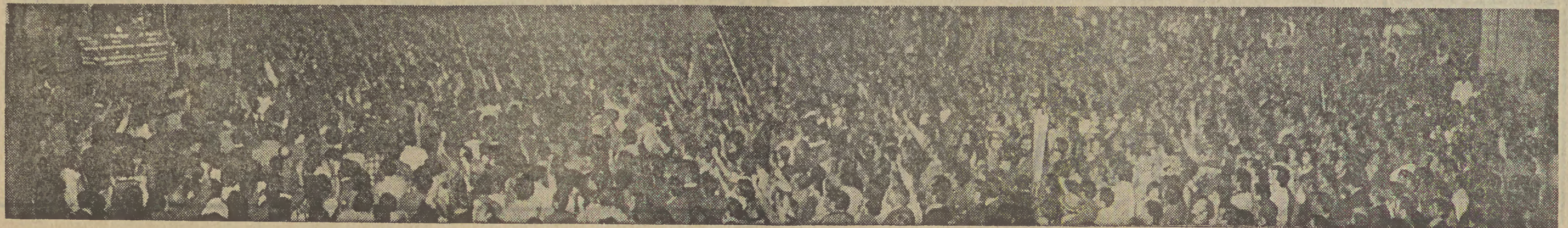
Na criação de rápidas estruturas que assegurem desde já um progressivo controlo operário nas empresas nacionalizadas ou sob administração do Estado, na multiplicação de comissões de trabalhadores e de delegados sindicais nas empresas e de moradores nas zonas habitacionais; na criação de organismos para a Reforma Agrária nos campos, e de Conselhos de Aldeias; na realização de grandes assembleias populares e na organização de amplos debates públicos sobre problemas de interesse popular e colectivo se dinamizará e fortalecerá o movimento popular de massas.

No plano externo, os amigos do nosso processo revolucionário são mais fortes e numerosos do que os inimigos. Ao lado do Povo Português estão os países socialistas e a classe operária internacional. Também os povos do Mundo que têm os olhos postos na difícil luta do nosso Povo são suportes valiosos do nosso combate pela democracia a caminho do socialismo. A solidariedade activa de muitos trabalhadores — homens, mulheres e jovens — aos trabalhadores de Portugal é um factor importante a contar no conjunto das nossas forças.

Todos os dias chegam até ao PCP as vozes solidárias de partidos-irmãos que compreendem a dificuldade e a complexidade da luta revolucionária que os comunistas portugueses travam em Portugal, que nos dizem que o caminho seguido é o único capaz de assegurar o pleno êxito do processo revolucionário.

A importância internacional da Revolução Portuguesa e a justeza da orientação do PCP na luta diária pela realização da Revolução Democrática rumo ao Socialismo, canalizam para o lado da luta do nosso povo, forças e energias que não devem desprezar-se e nos ajudam a encerrar, com confiança, a vitória final.

A Importância Internacional da Revolução Democrática Portuguesa



NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

(CONT. DA PAG. 1)

Na situação actual, o PCP sublinha a importância das formas unitárias de organização dos trabalhadores e das massas populares, designadamente de comissões, de assembleias e de «comités» com as mais variadas tarefas revolucionárias, incluindo o controlo operário, a vigilância popular e a defesa da revolução.

5. Os partidos políticos participantes no processo revolucionário têm destacada importância na organização e dinamização do movimento popular.

Se certos partidos políticos com responsabilidades não estão à altura do processo revolucionário, isso não significa que se possa considerar todos os partidos no mesmo pé de reprobção.

É fundamental distinguir os partidos que estão com o processo revolucionário dos partidos que estão contra o processo revolucionário. Não distinguir uns dos outros seria particularmente perigoso.

É também necessária atenção à propaganda de pequenos partidos ou grupos sem apoio das massas que pretendem, a pretexto da luta «contra as querelas dos partidos», ganhar posições tipicamente partidárias e do mais característico sectarismo.

No que lhe diz respeito, o PCP insiste em que a construção da democracia e do socialismo em Portugal não serão possíveis sem o PCP e muito menos contra o PCP.

6. O PCP tem insistentemente defendido o sistema de coligação governamental correspondente à ampla frente de classes e camadas sociais interessadas em liquidar o poder dos monopólios e dos agrários e caminhar para o socialismo.

Coerente com essa política, o PCP tem feito constantes propostas e apelos à unidade e à cooperação dos partidos democráticos.

Entretanto, tornar-se-á inviável uma coligação se algumas das forças que a compõem estão com o processo revolucionário e outras passam a combatê-lo.

Um governo que tenha dentro de si próprio a própria oposição acabará inevitavelmente por não poder funcionar.

As atitudes assumidas por alguns partidos da coligação contra o processo revolucionário antes do 11 de Março, mas particularmente após as eleições para a Assembleia Constituinte, a não serem rapidamente rectificadas, virão a conduzir à impossibilidade prática de funcionamento da coligação e à necessidade da formação, numa nova base, de um governo que, continuando a representar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, assegure uma política homogênea dentro das grandes linhas da revolução portuguesa, a caminho do socialismo, definida pelo MFA.

7. O PCP sublinha os perigos das tentativas feitas para desviar a Assembleia Constituinte das suas funções e voltá-la contra o processo revolucionário. A Assembleia Constituinte tem como missão elaborar

a nova Constituição e nada tem que intervir na política corrente e na actividade do Governo.

Qualquer partido que pretenda transformar a Assembleia Constituinte num parlamento e opô-la ao processo revolucionário e às conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, viola o pacto que assinou com o MFA e faz surgir reais perigos para a situação democrática e para as actuais instituições democráticas, incluindo a própria Assembleia.

8. A pesada herança do fascismo, a sabotagem económica, a desagregação do sistema dos monopólios e dos agrários, e as incidências da crise geral do capitalismo, conduziram a economia portuguesa a uma crise que deve ser enfrentada com decisão.

O ataque imediato aos sectores de obras públicas, habitação, têxteis, confecções, vestuário, calçado e outras, a batalha da produção compreendida no seu sentido mais lato, o desenvolvimento da cooperação económica e tecnológica e o aumento das exportações, particularmente para os países socialistas, são passos essenciais para sair da situação actual.

A partir das nacionalizações e da reforma agrária, a nova organização da economia em bases revolucionárias e o controlo dos trabalhadores são essenciais para criar uma nova dinâmica que assegure a estabilidade económica e financeira e abra caminho a uma nova política de desenvolvimento.

9. A política externa de amizade e cooperação com todos os povos do Mundo adquire particular significado na conjuntura actual.

A continuação das relações tradicionais e a ampla abertura para os países socialistas e países do Terceiro Mundo constituem um importante factor da defesa e consolidação da Revolução.

Portugal está interessado em desenvolver as suas relações de cooperação com todos os Estados, independentemente do seu regime social, dentro do respeito dos princípios do mútuo interesse, da soberania, da independência e da não ingerência nas questões internas.

O povo português tem o direito de exigir que cessem pressões e tentativas de ingerência externa na política nacional, que alguns sectores políticos portugueses infelizmente fomentam.

O povo português tem, pois, o direito de escolher livremente o regime social e político para a sua própria pátria.

10. O processo da revolução portuguesa tem sido irregular e acidentado. Mas as sucessivas derrotas das tentativas contra-revolucionárias, as grandes vitórias alcançadas, as realizações revolucionárias levadas a cabo ou em vias de realização, mostram que as forças revolucionárias estão em condições de assegurar o prosseguimento do processo até à construção de um Portugal democrático, de um Portugal socialista.

16 de Junho de 1975.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Na semana passada, a Comissão Política do CC do PCP tinha divulgado a seguinte nota acerca da situação actual no nosso país:

1. Volta a assistir-se, nos últimos dias, a uma intensa actividade de todos os meios reacçãoários para provocar a deterioração da situação política, económica e social.

A grande burguesia e os defensores, declarados e encapotados, do capitalismo monopolista, sentindo que a Revolução portuguesa se encaminha inexoravelmente para a liquidação total dos monopólios e para a realização da Reforma Agrária, bases essenciais da construção de uma sociedade democrática rumo ao socialismo, desencadeiam, no plano nacional e internacional, uma campanha multifórmula contra o processo revolucionário em curso.

2. Nos Açores, em Trás-os-Montes, no Minho, no Douro e nas Beiras foi desencadeada uma ofensiva concertada das forças reacçãoárias que se exprime em exigências de demissão das autoridades democráticas, em assaltos e tentativas de assaltos aos centros de trabalho de partidos progressistas, na destruição e tentativas de destruição de postos de propaganda destes mesmos partidos, em manifestações contra-revolucionárias em que são atacados o MFA e os partidos empenhados no processo.

Os comunicados virulentos, de organismos locais do PS, CDS e PPD sobre alguns destes acontecimentos, pretendendo apresentar explicações políticas para os factos, acabam por retomar os mesmos ataques, incluindo ao MFA, e transformam-se em encorajamentos àquelas actividades reacçãoárias.

Neste clima que se inscrevem, ainda, as acções terroristas e tentativas de acções terroristas levadas a cabo no Norte pelo ELP, a Juventude Comunista e outros grupos contra-revolucionários.

Em Lisboa e nos arredores da capital, provocadores do MRPP e pistoleiros a soldo da reacção procuram criar, através de tentativas de acções terroristas um clima de confusão e de medo e visam, também, alimentar campanhas reacçãoárias no exterior contra o processo revolucionário em Portugal.

3. A grande burguesia e todas as forças reacçãoárias procuram desmobilizar e intimidar as massas populares agitando, tal como

antes o fizera Spínola e os spínolistas, a ameaça do caos económico para breve. O País atravessa, na verdade, uma difícil situação económica, mas esta é provocada, em larga medida, pela grande burguesia e a reacção através da sabotagem económica, dos entraves que originam à solução de problemas urgentes, dos obstáculos que levantam à batalha da produção.

A grande burguesia e as forças reacçãoárias anunciam o caos que pretendem provocar.

4. No plano internacional, as forças da reacção e do imperialismo operam para criar novas dificuldades económicas e políticas à revolução portuguesa. Partidos ditos socialistas ou social-democratas da Europa estão a dar apoio e cobertura política a estas manobras e preparam-se para lançar uma nova campanha de calúnia e de pressões de toda a ordem visando desacreditar a Revolução portuguesa e fazer recuar o MFA na sua determinação de marchar rumo ao socialismo em estreita aliança com as massas populares.

5. A situação em Angola atingiu um ponto crítico. Os imperialistas e neocolonialistas provocam confrontos armados, fazem correr sangue num esforço desesperado para manter os seus privilégios, impedir a libertação do povo angolano, e criar, simultaneamente, as maiores dificuldades ao processo revolucionário em Portugal. Estes planos estão condenados ao fracasso. O povo angolano triunfará.

Os portugueses que entendem abandonar, agora, as terras de Angola, devem compreender que os culpados da situação aflitiva que os atinge, neste momento, não são nem o povo angolano e menos ainda as forças progressistas de Angola, não são nem o MFA nem o processo revolucionário português, mas a criminoso política colonial de Salazar e Caetano e a conspiração actual do imperialismo e do neocolonialismo para manter a dominação sobre o povo e as riquezas de Angola.

6. Políticos responsáveis continuam a fazer da intriga e da calúnia anticomunista a sua arma favorita. Silenciando a actividade da grande burguesia

e da reacção contra o processo revolucionário, retomam-lhe os argumentos na crítica ao Governo Provisório, concentram energias no combate ao PCP e às outras forças revolucionárias, atacam cada vez mais descaradamente o MFA e a sua acção, redobram de esforços para separar as massas populares do MFA e para lançar a divisão e a desmobilização entre as massas populares.

Colaborando objectivamente na deterioração da situação política, económica e social, dando-lhes novos pretextos com a exploração e empolamento de casos como o do «República», estes políticos desfalcam a bandeira do eleitoralismo como forma de travar a dinâmica revolucionária e recuperarem o processo para a via capitalista.

7. A intensificação da actividade da reacção não traduz força, mas fraqueza. A grande burguesia monopolista e os meios que lhe são afectos não estão a avançar, estão a recuar, mas resistem encarnadamente neste recuo. É aqui que se localizam os perigos da presente situação.

As dificuldades económicas podem ser superadas. Não com o regresso ao reinado dos monopólios, como propõem os advogados da grande burguesia. Tão-pouco serão superadas com medidas hesitantes, que mantêm todos os equívocos em que pescam os inimigos declarados e encobertos da nossa Revolução e lhes permite minar e enterrar o processo revolucionário.

As dificuldades económicas serão superadas, através da mobilização das mais vastas massas trabalhadoras e populares na batalha da produção. Mas isto exige que se prossiga firmemente a política definida pelo Conselho da Revolução e o Governo Provisório visando a liquidação completa dos monopólios e dos latifundiários, a instauração do «controlo» da produção pelos trabalhadores, a adopção de medidas políticas que paralise todas as actividades contra-revolucionárias.

8. A unidade das massas populares e a aliança Povo-MFA continuam a ser as condições decisivas para o prosseguimento do processo revolucionário.

É grande tarefa do momento o reforço das diversas formas de organização do movimento unitário das massas populares e a sua ligação e combinação com o MFA.

Urge multiplicar e reforçar as comissões de trabalhadores nas empresas, as comissões e conselhos de moradores, as estruturas sindicais nas empresas, os sindicatos, as ligas camponesas, as ligas e associações de pequenos comerciantes e industriais, as associações e outras organizações unitárias de estudantes.

As Assembleias Populares, onde as massas trabalhadoras e o povo se farão representar através daquelas estruturas, devem transformar-se em organismos permanentes de intervenção popular no processo revolucionário.

A marcha da revolução coloca na ordem do dia a formação e a multiplicação de organismos unitários de trabalhadores que, em estreita ligação com o MFA, assegurem a vigilância face às forças contra-revolucionárias e a sabotagem, tomem a seu cargo a defesa de instalações várias do património do Estado democrático, cooperem com as Forças Armadas em acções de defesa da Revolução.

O reforço de todas as formas de organização do movimento unitário de massas não contradiz o importante papel dos partidos democráticos na tarefa de ganhar para o processo revolucionário as mais largas camadas do povo português. O desenvolvimento da cooperação entre os partidos democráticos representará um contributo precioso para a própria unidade das massas populares. O PCP entende que, apesar de dificuldades ultimamente verificadas, todos os portugueses que estão sinceramente com o processo revolucionário, independentemente de ideologias, podem e devem unir os seus esforços na luta pelo grande objectivo da construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo.

12 de Junho de 1975

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O prédio onde está instalado o novo Centro de Trabalho do nosso Partido, em Sines

Assim se vê a força dos comunistas

O CENTRO DE TRABALHO DE SINES FOI CONSTRUÍDO PELA POPULAÇÃO

O novo Centro de Trabalho do nosso Partido em Sines foi obra da população daquela vila — militantes ou simpatizantes — que contribuiu, não só com o seu trabalho, mas também com doativos monetários e equipamentos necessários para a construção. Inúmeras foram as pessoas que sacrificaram os seus dias de folga para tornarem possível a edificação do novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português naquela vila piscatória. E na data prevista a obra estava concluída. Ultrapassadas as barreiras, vencidas as maiores dificuldades, erguia-se finalmente o edifício que a partir de agora será local de trabalho das classes trabalhadoras e do seu Partido.

No domingo passado, uma grande festa popular comemorou a inauguração. Centenas e centenas de camaradas nossos deslocaram-se a Sines, onde confraternizaram com os habitantes daquela vila, que se encontrava profusamente engalanada. E mesmo os veranctes que se encontravam ali de férias participaram.

Não há casas em Sines

O camarada José Pacheco, da Comissão Concelhia de Sines do nosso Partido, contou-nos todas as dificuldades que encontraram para tornar viável a abertura de um Centro de Trabalho na povoação, e como a dado momento surgiu a ideia de aproveitar uma construção desabitada e praticamente em ruínas para a reconstruírem. A ideia ganhou vulto e dentro em pouco a adesão era completa. E acrescenta:

— Depois do 25 de Abril e com a reorganização do nosso Partido nesta região, a necessidade de instalações era premente. Mas as casas faltavam em Sines. Assim, utilizámos primeiro as instalações da Sociedade Centro Recreativo de Sines, que para o efeito nos cedeu algumas salas que não eram aproveitadas. Mas era a título provisório, pois não podíamos ficar ali eternamente.

Trabalhar ao fim-de-semana

E o nosso camarada prossegue com a sua história, em que fala do entusiasmo com que os militantes e outros trabalhadores aceitaram a ideia de serem eles a construir o novo Centro de Trabalho e o apoio que de imediato receberam de grande parte da população. Refere ainda que a câmara se comprometeu a pagar a compra de alguns materiais que eram indispensáveis e que este ano ficou acordado não pagarem renda. A partir de Janeiro próximo a renda que irão pagar não ultrapassará os 500\$00. E prossegue:

— A reconstrução do edifício começou em Outubro do ano passado. Praticamente, a única coisa que ficou de pé foi a parede fronteira, pois tudo o resto estava em ruínas. Todos os fins-de-semana ali apareciam grupos de camaradas nossos, e não só, que trabalhavam duramente para erguerem o edifício. Muitos deles nunca tinham visto uma colher de pedreiro, o que não os impediu de andarem a transportar baldes de massa, tijolos ou outras coisas. A orientação das obras ficou a cargo do nosso camarada José Domingos e o resultado está à vista. Constantemente nos ofereciam materiais para constru-

ção, e uma colecta que fizemos rendeu mais de vinte contos. Mas também os pescadores contribuíram para o trabalho que estávamos a fazer, oferecendo peixe, que era aproveitado para as refeições dos que trabalhavam nas obras.

No final, houve um grande empenhamento por parte das pessoas para que a casa estivesse pronta na data prevista, e a azáfama foi enorme. Nesta altura, a participação das mulheres também foi grande, ajudando a tornar apresentável as instalações.

Domingo, Sines estava em festa. De todo o distrito chegaram camionetas. Com a alvorada e o desfile da banda pelas principais ruas da vila, procedeu-se depois à inauguração simbólica do Centro de Trabalho, em que o camarada José Domingos, que acompanhou mais de perto os trabalhos, fez uma breve intervenção, salientando o exemplo dado pelos trabalhadores de Sines. Mais tarde foi inaugurada ao público uma exposição de fotografias sobre os países socialistas. Pela hora do almoço houve sardinhas assadas oferecidas pelos pescadores e que as assavam e, ao princípio da tarde, realizou-se uma sessão de cinema na sala do Instituto de Obras Sociais, com a projecção de um filme sobre a vida na União Soviética. Entretanto, a confraternização era total.

A Banda de Grândola, que entretanto comparecera, ajudou também a alegrar o ambiente tocando pelas ruas.

A festa de inauguração do Centro de Trabalho prosseguiria ao fim da tarde com um comício em que estiveram presentes centenas de pessoas que se aglomeravam no Largo do Posto Bocale, onde fica localizado o Centro de Trabalho. Presidiu ao comício a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central, encontrando-se presentes os camaradas Américo Leal e Francisco Miguel, também do Comité Central do nosso Partido e, ainda, delegações de numerosas comissões concelhias do distrito de

Setúbal do nosso Partido e representações da Comissão Sindical de Sines, da comissão administrativa da Câmara Municipal, do IOS, do MDP/CDE, do MDM e da UJC.

Apelo à unidade

Falou em primeiro lugar o camarada José Pacheco, da Comissão Concelhia de Sines, que traçou a história da edificação do Centro de Trabalho, enumerando depois todos os que deram o seu contributo. Seguidamente, o camarada Chumbinho, da célula do Consórcio Construtor de Parques de Armazenamento, fez um apelo para a batalha da produção, salientando que no próximo dia 21 grande parte das empresas estão a trabalhar e pediu para que a população de Sines colaborasse também na batalha que é necessário travar, mesmo que fosse na limpeza das ruas ou noutras iniciativas.

Depois das saudações proferidas pelas diversas comissões concelhias presentes, falou em nome da DORS o camarada Américo Leal que, na sua intervenção, salientou a necessidade da união entre todos os trabalhadores face aos problemas que os afligem, alertando contra as manobras divisionistas que certos partidos, que se dizem representantes dos trabalhadores, procuram fomentar e que visam unicamente manter o regime de exploração das classes operárias. A este respeito referiu o que se estava a passar em certas zonas do distrito, onde estava a surgir a manobra que levaria para a frente das cooperativas agrícolas apenas os trabalhadores administrativos, pon-do de parte os operários agrícolas com a evidente intenção de assim se criar uma aliança distorcida com o patronato. Salientou ainda a necessidade de todos colaborarem efectivamente na batalha da produção, e que se resume em trabalhar mais e melhor, sem o que o caminho para o socialismo ficaria ameaçado.

Por último, usou da palavra o camarada Francisco Miguel, em representação do Comité Central do nosso Partido, que depois de salientar o exemplo dado pelos habitantes de Sines com a construção do Centro de Trabalho abordou a necessidade da unidade de todos os trabalhadores para consolidar, defender e alargar todas as conquistas do 25 de Abril, frisando que o Partido Comunista estava disposto a unir-se a todos os partidos verdadeiramente progressistas, acrescentando: «Se não nos podemos unir a contra-revolucionários nem a fins contra-revolucionários, salientando que os interesses dos exploradores são opostos aos interesses dos explorados e que o Partido Comunista, como o seu passado demonstra, sempre esteve na defesa destes últimos.

Por várias vezes a assistência presente interrompeu os oradores, gritando frases de apoio ao nosso Partido e à aliança do Povo com o MFA, ou então «Assim se vê a força do PC», e ela ali estava, bem presente no novo Centro de Trabalho que a vontade dos trabalhadores erguera, apesar de todos os sacrifícios e esforços. Exemplos destes são bem a prova de que a construção do socialismo — «o do povo e mais nenhum» — será uma realidade. A vitória é difícil, mas pertence às classes trabalhadoras,

PROMOVIDA PELO PCF

JORNADA DE LUTA DAS MULHERES FRANCESAS

• O PCP esteve representado pela camarada Alda Nogueira

«As mulheres com o PCF», foi a palavra de ordem que concentrou milhares de mulheres, no passado dia 7, na Ille de Vannes — Saint Quen. A iniciativa, promovida pelas mulheres comunistas do Partido Comunista Francês tinha como objectivo a recolha de um milhão de assinaturas de mulheres no sentido de reforçarem as medidas reclamadas pelo PCF, e que as militantes francesas se propõem recolher num curto espaço de tempo.

No encontro estiveram presentes delegações de vários partidos irmãos, nomeada-

mente o PCP, que se fez representar através da camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central, que foi convidada a dirigir-se à assistência, esclarecendo a situação política que presentemente se vive no nosso País, referindo-se em particular à luta das mulheres portuguesas.

Salientou Alda Nogueira que as trabalhadoras darão a sua adesão e a sua contribuição cada vez maiores à batalha da produção que neste momento se trava em Portugal para a construção de um regime democrático rumo ao socialismo.

O comício, que teve a presença do camarada Georges Marchais, secretário-geral do PCF, integra-se na campanha que o Partido Comunista Francês leva a cabo por todo o país para garantir às mulheres direitos efectivos, para que sejam dadas a todas meios e tempo para viver, pela infância e pela família, em resumo, pela melhoria de vida da mulher em geral e das mulheres trabalhadoras em especial.

Entre os convidados presentes, destacavam-se a soviética Valentina Terechkova e a americana Angela Davis.

MENSAGEM DO PC DA GRÉCIA

Inúmeras são as provas de solidariedade recebidas diariamente pelo nosso Partido, vindas de organizações e partidos irmãos, dirigidas à revolução portuguesa, aos trabalhadores portugueses, à sua vanguarda revolucionária, o PCP, e à sua luta, a luta pelo socialismo e pelo comunismo.

O camarada Harilaos Florakis, primeiro secretário do Comité Central do Partido Comunista da Grécia, dirigiu ao camarada Alvaro Cunhal e ao Comité Central do nosso Partido a seguinte mensagem:

No momento em que o imperialismo e a oligarquia interna intrigam e ameaçam sabotar o esforço da revolução portuguesa, o Partido Comunista da Grécia e todos os trabalhadores e progressistas gregos expressam a sua inteira solidariedade com o Partido Comunista Português e o Movimento das Forças Armadas. O povo grego, agora recém-saído da ditadura da junta fascista, luta para se libertar do jugo das bases da USA-NATO e desmantelar a máquina fascista que ainda se mantém e conspira no nosso país. O inimigo dos povos é o mesmo, assim como igual é a sua luta. A unidade das forças do povo português e do Movimento das Forças Armadas encontrará o meio de assegurar os direitos do povo e a revolução.

EM ALJUSTREL

FESTA DA JUVENTUDE PROMOVIDA PELA UJC

A comissão concelhia de Aljustrel da União da Juventude de Comunista vai realizar no próximo domingo, na república da vila, uma festa, destinada à juventude na qual colaboram, também, camaradas da UEC.

Esta iniciativa enquadra-se na perspectiva de trabalho da UJC, que se fundamenta essencialmente na luta pela unidade e organização da juventude portuguesa no sentido de conseguir a sua total integração e participação no processo revolucionário, rumo ao socialismo.

Do programa desta festa da juventude consta:

As 10 horas, desporto (salto em altura, salto em comprimento, corridas de estafetas, corridas várias, para todas as idades, pois haverá inscrição para crianças a partir dos 4 anos, corridas de sacos, etc.).

APELO

Para resolver alguns problemas de interesse para o nosso Partido no distrito de Viseu, Guarda, Vila Real e Castelo Branco (particularmente na zona do Pinheiro — concelhos de Vila do Rei, Oleiros, Proença-a-Nova e Serf) pedimos as nossas camaradas que vivem na região de Lisboa mas que sejam naturais daqueles distritos, ou que lá vão passar fins-de-semana ou as férias, para entrarem em contacto com a Recepção do Centro de Trabalho da Rua António Sérgio, 26, 2.º, Esq., em Lisboa, de preferência das 14 às 21 horas, segundo o seguinte calendário: distrito de Viseu, segunda-feira, dia 23 e 30 de Junho; distrito de Guarda, terça-feira, dia 24 de Junho e 1 de Julho; distrito de Vila Real, quarta-feira, dia 25 de Junho e 2 de Julho; distrito de Castelo Branco, quinta-feira, dia 26 de Junho e 3 de Julho.

UMA INICIATIVA QUE É UM EXEMPLO

No sentido de colaborarmos activamente na batalha da produção rumo ao socialismo e dando provas de uma fraterna solidariedade de trabalhadores para trabalhadores, os comunistas de Alverca do Ribatejo, através da Comissão de Fundos local, iniciaram uma campanha com vista a oferecer um tractor aos camponeses da freguesia do distrito de Beja em que o nosso Partido tenha obtido o melhor resultado eleitoral. Trata-se de uma excelente prova do empenhamento dos comunistas na arrancada decisiva que há-de conduzir o nosso país ao socialismo. Uma iniciativa a apoiar por todos os trabalhadores, por todos os comunistas. Uma iniciativa que é também um exemplo.

O «AVANTE!» PRESENTE NA GRANDE FESTA ANUAL DO «NEUES DEUTSCHLAND»

Realizou-se, recentemente, em Berlim, a festa anual do «Neues Deutschland», órgão central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, a qual registou a comparecimento de cerca de 500 000 pessoas, que participaram nas iniciativas culturais e desportivas organizadas para comemorar o acontecimento. A festa este ano decorreu no Parque Popular Friedrichshain, no coração da capital da República Democrática Alemã e consistiu numa grande afirmação do espírito solidário do povo alemão e dos comunistas da RDA.

No primeiro dia, o camarada Joachim Herrmann, redactor-chefe do «Neues Deutschland» e membro suplente do Bureau Político do Comité Central do PSUA, saudou

os representantes dos 26 jornais comunistas dos países socialistas e capitalistas convidados, entre os quais se encontrava o director do «Avante!», António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

Foi manifesta a solidariedade do povo alemão ao nosso Partido e ao Povo Português em todas as recepções em que o director do nosso jornal esteve presente, tendo sido por várias vezes reafirmado o apoio da RDA ao processo revolucionário que decorre em Portugal. Num encontro que se realizou posteriormente entre o nosso director e o camarada Herrmann Haxen, membro do Comité Central do PSUA foi confirmada a firme solidarie-

dade da classe operária e do povo da RDA com a luta dos comunistas portugueses e de todas as forças verdadeiramente democráticas de Portugal.

Entretanto, a reunião dos representantes dos órgãos comunistas de vários países serviu para se debater o papel da Imprensa comunista na luta dos trabalhadores, tendo sido aprovada uma declaração da iniciativa do chefe da redacção de «L'Humanité», René Andrieu, membro do Comité Central do Partido Comunista Francês, a propósito da atitude antidemocrática do governo da República Federal da Alemanha, e que transcrevemos: Os representantes dos jornais comunistas e operários que se encontram na festa de Imprensa do «Neues Deutschland», em Berlim, capital da RDA, protestam firmemente contra o impedimento escandaloso à realização da festa de Imprensa do órgão central do Partido Comunista Alemão, «Unsere Zeit».

Esta medida antidemocrática ocorre sob um governo dirigido por sociais-democratas — numa altura em que os esforços para o desanuviamento e a cooperação na Europa estão a fazer progressos visíveis.

Declaramos a nossa solidariedade com os nossos camaradas na República Federal da Alemanha e com o «Unsere Zeit», o jornal dos trabalhadores.

Entretanto, pouco antes da festa do «Neues Deutschland», o PSUA anunciou a realização do seu IX Congresso para 18 a 22 de Maio de 1976, o qual estabelecerá, entre outros pontos, directrizes para o plano quinquenal para o desenvolvimento da economia da RDA de 1976 a 1980 e ainda a eleição dos órgãos directivos do Partido.

EDITORIAL «AVANTE!»

PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ACTIVIDADE LEGAL

Assinalando o primeiro aniversário da sua actividade na legalidade, a Editorial «Avante!» organizou, na Feira Popular, no passado dia 12, um convívio em que participaram intelectuais do nosso Partido e que foi uma magnífica oportunidade de estreitamento do contacto com o povo. E o recinto de Entrecampos viveu, em noite de Santo António, horas de grande animação.

Na vanguarda do processo de esclarecimento teórico, arma essencial para a prática revolucionária, que brota dessa mesma prática, a nossa Editorial, no decorrer deste primeiro ano de existência legal, lançou 61 volumes de autores portugueses e estrangeiros, o que representa uma tiragem de um milhão e meio de exemplares. A comemoração deste período de actividade essencialmente dirigida para as massas com o objectivo de as munir dos instrumentos teóricos fundamentais para as tarefas revolucionárias que se colocam a todo o Povo Português, foi coerente com a orientação constante da Editorial «Avante!».

A assinalar este primeiro aniversário foram lançados vários títulos: Discursos Políticos n.º 3, do nosso camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido; A Democracia Popular: uma nova forma de Estado Socialista; O PCP e a luta pela Reforma Agrária, A Doença Infantil do Comunismo e O Radicalismo de Esquerda e ainda uma obra da célula de Lisboa dos escritores comunistas, Abril, Abril, em que participaram 28 intelectuais nossos camaradas e que, de certo modo, inicia uma etapa mais diversificada nas nossas edições cuja programação passará a reflectir outros aspectos do processo revolucionário português. Paralelamente a estas lançamentos, surgiram reedições: A Força Invenível do Movimento Comunista, O Internacionalismo Proletário, uma Política e uma Concepção do Mundo.

A encerrar as festividades realizou-se num dos largos da Feira, com larga participação popular, uma festa em que colaborou a comissão organizadora da Feira Popular, na qual actuaram artistas nossos camaradas com um espectáculo de canto livre e de declamação de poemas.

Assinalando o primeiro aniversário da sua actividade na legalidade, a Editorial «Avante!» organizou, na Feira Popular, no passado dia 12, um convívio em que participaram intelectuais do nosso Partido e que foi uma magnífica oportunidade de estreitamento do contacto com o povo. E o recinto de Entrecampos viveu, em noite de Santo António, horas de grande animação.

Na vanguarda do processo de esclarecimento teórico, arma essencial para a prática revolucionária, que brota dessa mesma prática, a nossa Editorial, no decorrer deste primeiro ano de existência legal, lançou 61 volumes de autores portugueses e estrangeiros, o que representa uma tiragem de um milhão e meio de exemplares. A comemoração deste período de actividade essencialmente dirigida para as massas com o objectivo de as munir dos instrumentos teóricos fundamentais para as tarefas revolucionárias que se colocam a todo o Povo Português, foi coerente com a orientação constante da Editorial «Avante!».

A assinalar este primeiro aniversário foram lançados



Aspecto parcial da sede após o atentado

O ATENTADO À GRANADA EM FAFE CONTRA O NOSSO CENTRO DE TRABALHO

As cinco horas da manhã, do passado dia 11, rebentou um engenho explosivo no Centro de Trabalho de Fafe, do nosso Partido, destruindo bastante material, as vidraças das instalações e diverso material de propaganda.

Esta criminosa acção enquadra-se numa vasta ofensiva contra-revolucionária de que destacamos os acontecimentos na Casa do Douro, a manifestação reaccionária de Bragança, com agressões a militantes de partidos pro-

gressistas, o ataque feito por elementos reaccionários a bancas de apoio ao MPLA, em Viseu, as manifestações reaccionárias dos Açores, o recrudescer da campanha anticomunista.

De facto, esta ofensiva contra-revolucionária coincide com o avanço do processo revolucionário, com as decisivas medidas para a concretização da reforma agrária e do papel cada vez maior dos trabalhadores no «controle» dos meios de produção.

Efectivamente, este atentado não está isolado de toda uma prática reaccionária. Neste caso concreto, e acima de tudo, devemos ter presente os acontecimentos que o antecederam. Com a divisão do trabalhadores provocada pelo patronato, estes visam continuar a manter os seus privilégios de classe exploradora. Mas no momento revolucionário que o nosso país atravessa, a divisão dos trabalhadores tem um objectivo mais profundo, não se fica por aí.

O que aconteceu dois dias antes, no dia 9, na Fábrica do Ferro, em Fafe, é significativo.

As atitudes divisionistas levadas a cabo nesta empresa, pelo patrão e por dois dos seus lacaios, os irmãos Milrães, e que dividiram os 1500 trabalhadores, vieram criar em toda a zona condições para a agudização e desenvolvimento da actividade reaccionária.

A grande agitação e divisão que teve lugar no dia 9, seguida de uma grande campanha de provocações de toda a ordem, no dia 10, permitiu que, nesta escalada, se sucedesse o atentado ao Centro de Trabalho Concelhio do nosso Partido.

Os reaccionários queriam, assim, neutralizar de alguma forma a organização de vanguarda da classe operária desta zona, a Organização Concelhio do Partido Comunista Português.

Por isso, no dia seguinte, reaccionários terroristas, de madrugada, pelas 5 horas, arremessaram uma granada contra o Centro de Trabalho, causando prejuízos avaliados

em cerca de 30 contos. De registar, nomeadamente: a destruição total da montra, no chão ficou aberto um buraco, uma porta foi pelos ares e outra ficou inutilizada, ficou destruído diverso material de propaganda e dois cadeirões ficaram queimados.

Resposta inequívoca do povo de Fafe

A grande intensidade da detonação fez acordar muita gente da vila, nomeadamente da zona onde se situa o Centro de Trabalho. Então, logo de manhã cedo, grande número de pessoas ali acorria a tomar conhecimento das consequências do atentado.

Com a chegada de novas caras repetiam-se exclamações de profunda e sentida repulsa pelo ocorrido. Dezenas de pessoas, militantes, simpatizantes, democratas, antifascistas, mostravam-se verdadeiramente indignados e empenhados em demonstrar o seu repúdio.

Entretanto, ao princípio da tarde, a Comissão Concelhia de Fafe, do nosso Partido, fez distribuir um comunicado a toda a população.

Nomeadamente, refere-se a dado passo:

Com o ataque ao Partido Comunista Português, a reacção pretende, uma vez mais, encobrir as suas verdadeiras intenções: esmagar o processo revolucionário e restaurar um Governo em que se dê lugar ao domínio dos monopólios e dos latifundiários, baseado na mais feroz exploração e repressão. O encobrimento destas intenções do Povo Português, servem apenas à reacção e a todas as forças contra-revolucionárias.

O PCP — prossegue o comunicado — alerta novamente a classe operária, todos os trabalhadores, para a vigilância e desmascaramento de todos os que a coberto do anticomunismo não mais pretendem do que dividir os trabalhadores na defesa dos interesses próprios e voltá-los contra as forças progressistas, o MFA e o processo revolucionário.

O processo revolucionário depende da unidade de todos os trabalhadores. A reacção sabe-o e tudo faz para romper essa unidade. Para a defesa dos seus interesses comuns devem os trabalhadores responder com a sua unidade, não permitindo que entre si interfiram de forma a provocar a sua divisão.

O avanço do processo revolucionário — diz a Comissão Concelhia de Fafe a terminar — depende da vigilância e da unidade popular, depende do desmascaramento e denunciação de todas as actividades contra-revolucionárias.

A grande manifestação de repúdio pelo atentado e a grande receptividade que este comunicado mereceu obrigaram a uma demonstração de massas que provou a verdadeira posição do povo de Fafe.

Comité de Defesa da Revolução!

Assim, às 22 horas, teria lugar uma manifestação de repúdio por esta sabotagem reaccionária.

Assim, uma vez, ao apelo da unidade de todos os trabalhadores, pelo avanço do processo revolucionário, pela defe-

sa da Revolução, o povo de Fafe acorreu à praça principal da vila. J... bastante tempo, antes se começavam a reunir pessoas junto do monumento, local de concentração para a manifestação. Muitos trabalhadores, mulheres, jovens e velhos, foram-se concentrando e, colectivamente, entoaram diversas canções revolucionárias, como o «Hino da Intersindical» e a «Grândola».

Algumas palavras de ordem deram a tônica à concentração e, posteriormente, à manifestação, como «Unidade, unidade», «A reacção não passará», «Abaixo a reacção», «Uma só solução, esmagar a reacção», «Fascista escuta, o povo está em luta» e «Morte ao fascismo e a quem o apoiar».

Sob a palavra de ordem de «é feio, é feio, estar no passeio», foi possível, ao longo do desfile, arrancar do passeio pessoas que ali se encontravam postadas.

Depois de se terem percorrido diversas ruas da vila, as pessoas voltaram a concentrar-se na praça principal, onde vários oradores usaram da palavra.

No final, foi proposto que se entregasse uma moção aos partidos e sindicatos que nesse preciso momento se encontravam reunidos, em que se propunha a constituição, em Fafe, de um Comité de Defesa da Revolução.

A resposta foi inequívoca. A longa salva de palmas e a repetição imediata de diversos «logans» revolucionários foram uma demonstração inequívoca da total identificação dos trabalhadores de Fafe, com os objectivos deste Comité de Defesa da Revolução e da importância política de uma organização unitária como esta, num momento em que a reacção cada vez mais desesperadamente tenta ganhar tempo.

Pois mais uma vez à prova, a capacidade combativa do povo de Fafe respondeu à reacção da melhor forma.

PELA GARANTIA DE EMPREGO NOS CONTRATOS COLECTIVOS

Tudo o despedimento se presume sem justa causa, salvo prova em contrário da entidade patronal e por via judicial — dispõe o Contrato Colectivo de Trabalho concluído com os grémios do sector e que abrange todos os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Calzadores do Distrito do Porto, Sindicato dos Profissionais em Armazéns e Sindicato dos Empregados Viajantes e de Praça do Distrito do Porto.

Além dessa disposição destinada a proteger a garantia de emprego e que inclui uma série de alíneas tendentes a desencorajar os despedimentos, o Contrato inclui muitas outras disposições vantajosas para os trabalhadores no que respeita a trabalho extraordinário, férias, participação de faltas, impedimento prolongado, complemento de pensões por invalidez, categorias profissionais e aumentos de salários ou outras remunerações.



MEJDUNARODNAIA KNIGA
CENTRAL EXPORTADORA DE LIVROS
DA U. R. S. S.

EXPOE NA FIL — FEIRA DAS INDÚSTRIAS DE LISBOA
ATÉ 22 DE JUNHO, AS ÚLTIMAS EDIÇÕES SOVIÉTICAS
DE ARTE, TÉCNICA, CIÊNCIA, POLÍTICA, LITERATURA,
REVISTAS E JORNAIS EM LÍNGUA RUSSA, FRANCESA,
INGLESA E ESPANHOLA

REPRESENTA E VENDE
EM PORTUGAL



INTERLIVRO
R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1



Pela primeira vez a Editorial «Avante!» está presente na Feira do Livro que todos os anos por esta altura se realiza em Lisboa. Quase em frente do futuro Centro do nosso Partido, na Avenida da Liberdade, os «stands» da Editorial «Avante!» têm presentes aos militantes e simpatizantes comunistas as obras publicadas desde o 25 de Abril, apresentando ainda edições novas que sairão durante o período da Feira. A afluência verificada logo no primeiro dia do certame é já uma constante de iniciativas semelhantes comprovando o interesse das pessoas pelas publicações do nosso Partido. Afluência essa que, estamos certos, continuará até ao último dia da Feira do Livro.

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE VAI FAZER A CONSTITUIÇÃO? GRANDE APOIO À DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

A Assembleia Constituinte reuniu-se no passado dia 12 e é em torno de questões de Regimento que se têm centrado até agora as intervenções dos deputados.

A natureza das propostas e projectos submetidos à Assembleia, as declarações produzidas pelos representantes dos diversos partidos que a compõem e, principalmente, os incidentes provocados pelas diatribes do deputado do PS, Medeiros Ferreira, contra a Imprensa, que levaram ao abandono generalizado das bancadas pelos representantes das bancadas de Informação nacionais e estrangeiros, são factos reveladores das tendências e intenções dos sectores políticos em presença.

Começa a estar claro para o observador isento a justeza das denúncias do PCP quanto aos perigos do elitismo. E também quem se dispõe a actuar na Assembleia de acordo com os compromissos assumidos com o MFA, nas vésperas das eleições de 25 de Abril, e quem procura impor regras que na prática reduzirão a zero esses compromissos; quem se propõe circunscrever as discussões ao objectivo específico para que foi feita a Assembleia — elaborar e aprovar uma Constituição — e quem se propõe usá-la para objectivos muito diversos que apontam inequivocamente contra o processo revolucionário.

A declaração lida por Octávio Pato, em nome do grupo de deputados comunistas e que a seguir reproduzimos, é uma reafirmação dos princípios que norteiam a actividade dos deputados do PCP na Assembleia Constituinte e no mesmo sentido se deve interpretar a advertência lida na sessão do dia 16. Esse sentido é o da defesa intransigente do processo revolucionário e da aliança Povo-MFA, que é o seu esteio.

Não se pode dissociar o que se passa na Assembleia do que se passa fora dela, nem as palavras que as mesmas pessoas proferem dentro e fora da Constituinte. Quando o «leader» do grupo socialista, Lopes Cardoso, diz a um jornal que o divórcio entre o Povo e o MFA é cada vez maior e se assiste na Assembleia a uma escalada que objectivamente conduz a uma ruptura com o espírito e a letra do Pacto entre os partidos e o MFA da parte de uma vasta coligação de deputados que vai do CDS e PPD ao PS, incluindo o próprio dr. Lopes Cardoso, não há dúvida que existe uma estreita relação entre estas duas frentes de acção política.

A proposta aprovada por esta larga maioria, PS, PPD e CDS, a que se juntou o deputado da UDP, para se conceder um período limitado às questões de antes da ordem do dia, tem a intenção de transformar a Assembleia numa tribuna contra o processo revolucionário sob a máscara das «liberdades» e da «vontade popular».

Já se ouviram belas tiradas «tribunais» que fizeram lembrar vozes ainda mal extintas entre as paredes da Assembleia. O deputado Emídio Guerreiro, do PPD, até usou, relativamente ao MFA, da expressão «leito de Procusta» — isto é, o célebre leito de tortura de que fala a mitologia em que os corpos eram alongados e distorcidos à medida do leito — o que é uma expressão significativa do deputado do PPD.

Ouvindo o coro desta vasta frente de deputados, apreciando o sentido das suas propostas, projectos e declarações, vê-se que o processo revolucionário não passa pela Constituinte.

Quem ainda não sabe o que é o elitismo social-democrata, tire-se dos seus cuidados e vá até à Assembleia Constituinte. Ouça as belas tiradas oratórias, aprenda o seu sentido e tire as suas conclusões. É instrutivo.

E também preocupante. A irresponsabilidade é das falhas mais graves em política. Ao ouvir-se o deputado trinta-e-sete-porcentista Sottomayor Cardia usar do apelo de contra-revolucionários contra os partidos «minoritários», somos levados a pensar nas grandes indigestões da história. No processo revolucionário português não jogam o elitismo e a revolução.

Posição de princípio

No dia 12 do corrente, o camarada Octávio Pato, «leader» do nosso Partido na Assembleia



INTERLIVRO

R. PEDRO NUNES 9-A-LISBOA

DICIONÁRIO POLÍTECNICO PORTUGUÊS-RUSSO

por Matveev-Asyrtan

cerca de 36 000 termos e

LIVROS PARA ESTUDO DA LÍNGUA RUSSA

VISITE A URSS A FALAR RUSSO

Única livraria especializada em livros soviéticos

Constituinte, proferiu em São Bento estas palavras:

Em dezenas de longos anos, o povo português lutou pelo derubamento da ditadura fascista e pela instauração das liberdades democráticas, associando a esses objectivos a reivindicação de eleger uma Assembleia Constituinte, uma Assembleia democrática e representativa, com a missão de elaborar a lei fundamental do País.

Daqui prestamos a mais sentida homenagem aos muitos milhares de portugueses que nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nos portos, nas escolas, nas aldeias e cidades do nosso País, lutaram nas mais difíceis condições contra a opressão fascista e a dominação dos monopólios; daqui homenageamos todos os que sofreram prisões e torturas ou que deram mesmo o que tinham de melhor — as suas próprias vidas — para que fossem alcançados os objectivos que, ou não há realidade do Portugal democrático que estamos construindo ou estão na ordem do dia da revolução portuguesa.

O Portugal democrático que se está a construir foi libertado do fascismo pelas gloriosas forças do MFA, com o apoio entusiástico e a intervenção em massa de todo o nosso povo. São ainda essas mesmas forças — Movimento Popular e o MFA — que asseguram o avanço de todo o processo revolucionário.

Estamos aqui para elaborar e aprovar uma nova Constituição, e, tal como afirmou o Senhor Presidente da República, no acto inaugural desta Assembleia, o País precisa que seja criado «um esquema Constitucional capaz de gerir o período transitório desta revolução original em marcha rápida para o socialismo».

Sim, é bem verdade que caminhamos para o socialismo, esperança e anseio de milhões de portugueses. E é igualmente verdade que a marcha do processo democrático faz-se com dificuldades e até sobressaltos criados por forças que perderam a dominação política e privilégios que tinham, mas não perderam ainda a esperança de voltar a submeter o nosso povo à tirania fascista e à mais desenfreada exploração económica.

Estamos encarregados, em colaboração com o MFA, de elaborar uma nova Constituição. Mas essa Constituição não será o produto exclusivo do nosso trabalho aqui. Essa nova Constituição terá de reflectir o resultado da acção revolucionária que se desenvolve por todo o País. Onde se luta contra o desemprego, contra a sabotagem económica e por melhores condições de vida, onde se trava a batalha da produção, onde se luta contra as manobras e as conspirações contra-revolucionárias, onde se luta pela liquidação dos monopólios e dos latifúndios, por uma efectiva Reforma Agrária, onde se luta por um Portugal democrático a caminho do socialismo, em todos esses recantos do País, também se está a contribuir para que seja elaborada uma Constituição que corresponda aos interesses do País e da revolução em marcha.

Existem forças possuídas de grande firmeza na elaboração da Constituição, não dando qualquer atenção, antes por vezes opondo-se à realização das tarefas urgentes da revolução. Essas mesmas forças não mostram igual firmeza (e pode-se mesmo dizer que não revelam sequer nenhum firmeza) na batalha da produção e na luta pela consolidação das conquistas democráticas, essas sim — tarefas urgentes. Em contrapartida, essas mesmas forças não escondem a sua animosidade às nacionalizações já realizadas.

A elaboração da Constituição é uma importante tarefa, mas que não se pode dissociar das questões mais inadiáveis que recaem sobre todo o País. A Constituição só poderá corresponder às esperanças do País se ela reflectir a vontade das massas populares, manifestadas nas lutas revolucionárias orientadas para uma sociedade socialista.

Nós, comunistas, defendemos que a Constituição consagre as mais amplas liberdades. As liberdades pelas quais dezenas de comunistas deram as suas vidas e milhares de outros fizeram anos de prisão. Defendemos que a Constituição consagre as transformações económicas e sociais já realizadas ou perspectivadas, assim como transformações administrativas e políticas. Uma política de amizade e cooperação com todos os povos, designadamente com os povos da expressão portuguesa que se libertaram do colonialismo ou que estão em vias de se libertarem. Defendemos uma Constituição que seja a expressão de uma democracia política, de uma democracia económica e social orientada decididamente na via do socialismo, para um Portugal socialista.

Há dias, numa manifestação de apoio ao MFA e ao Conselho da Revolução, mais de 100 mil pessoas clamaram nas ruas da nossa capital, que «socialismo só há um, o do povo e mais nenhum». Efectivamente, o socialismo implica a socialização dos principais meios de produção, eliminar a exploração do homem pelo homem, o direito ao trabalho, deixando o trabalho de ser sinónimo de escravidão para se tornar motivo de honra para todos os que anseiam construir um Portugal livre e independente, próspero e feliz.

A Assembleia Constituinte pode e deve desempenhar uma importante missão. Mas convém não esquecer que se trata de uma missão específica: a elaboração e aprovação de uma nova Constituição.

Seria arriscado e deveras pernicioso para a revolução que o povo português está a realizar, se nesta Assembleia se erguessem barreiras à dinâmica da revolução. O processo revolucionário em curso e a urgência de enfrentar decididamente as dificuldades económicas que herdámos do fascismo ou foram provocadas pelos monopólios que têm sido varridos dos seus antigos feudos, não se compadecem com manobras e concepções elitistas que visam paralisar o avanço do processo revolucionário e manter a dominação capitalista.

Convém, igualmente, não esquecer que, além desta Assembleia, existe também a Assembleia do MFA e o Conselho da Revolução, que têm pleno direito a acompanhar o andamento de todos os nossos trabalhos.

O pacto estabelecido entre o MFA e os partidos políticos deve ser respeitado por todos. Não em meras palavras, mas principalmente nos actos de cada um.

A unidade do movimento popular, a unidade do MFA, a aliança entre estas duas componentes, representa a garantia do prosseguimento vitorioso da revolução portuguesa. Por esta mesma razão não deixaremos de acusar os que promovem intrigas e acções tendentes a enfraquecer esta aliança para mais tarde tentarem destruí-la. Seria bom que todos os que estão a actuar com este objectivo divisionista e contra-revolucionário, meditassem nas suas responsabilidades e nas prováveis consequências de uma política partidária irresponsável.

Partidos políticos que não souberam ou não quiseram integrar-se na dinâmica do actual processo revolucionário serão inevitavelmente ultrapassados. O movimento democrático popular, em aliança com o MFA, reforçar-se-á em torno dos partidos que se mantiverem fiéis à revolução portuguesa e através de outras formas de organização que assegurem o prosseguimento do processo revolucionário a caminho do socialismo.

No que a nós respeita, podemos assegurar que respeitaremos fielmente os compromissos que assumimos ao subscrivermos o pacto firmado entre o MFA e diversos partidos políticos.

O POVO ANGOLANO VAI TRIUNFAR!

A cimeira de Nairobi, que está neste momento a realizar-se no Quênia, manifestou a atenção de toda a África, do povo português, das forças progressistas, e também do imperialismo mundial. É o futuro de Angola que está em jogo.

No processo de descolonização empreendido pelos órgãos do poder democrático do novo Portugal, e as vanguardas revolucionárias dos povos outrora colonizados pelo governo fascista, os problemas que se têm vindo a gerar à volta da independência de Angola são particularmente graves e complexos. Um processo de descolonização real, em que não fiquem acobertadas por uma independência política formal, novas formas de colonialismo económico e também, necessariamente político, como o que ora está a ser empreendido pelo nosso País, nunca pode, naturalmente, evoluir com uma simplicidade linear. Tal processo de descolonização envolve uma verdadeira revolução, o empoderamento dos povos dos países libertados na construção de uma nova sociedade, de uma sociedade justa, que corresponda aos seus interesses, de uma sociedade necessariamente hostil a qualquer forma de exploração, e em particular à rapina sistemática, a que foram sujeitas as suas riquezas por parte das multinacionais, com sede nos grandes centros capitalistas da Europa e da América.

No caso particular da descolonização portuguesa, a libertação dos povos colonizados é inseparável da libertação do próprio povo colonizador. Sofrendo assim sérios reveses na África e na Europa, é natural que o mundo capitalista reaja, e tente recorrer aos meios de que dispõe, e aos apoios e conivências a nível nacional, para se opor ao processo revolucionário nestes países. As várias tentativas que têm sido feitas nesse sentido — e que continuam a manifestar-se, nomeadamente no campo económico — são bem conhecidas do nosso povo. Tais tentativas verificaram-se de uma forma geral e simultaneamente em Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde e mesmo na Guiné-Bissau. Angola tem sido, entretanto, o grande centro de provocação em África. Quer em relação a golpes da reacção no nosso País, quer, e sobretudo, nos esforços desmedidos que

E reafirmamos hoje aqui o que por diversas vezes já afirmámos: estamos na firme disposição de cooperar com todos os que desejam intervir activamente para assegurar o processo revolucionário, com todos os que anseiam realmente consolidar a nossa jovem democracia, uma democracia orientada para a liquidação de todos os monopólios e latifúndios, rumo ao socialismo.

Advertência

Intervenção do camarada Octávio Pato na Assembleia Constituinte em 16 do corrente:

1.º — O PCP entende necessário fazer na Assembleia Constituinte uma solene advertência quanto às graves consequências que podem ter certas tendências de utilizar esta Assembleia para fins objectivamente contrários ao processo revolucionário.

Algumas das disposições do Projecto de Regimento submetido à apreciação da Comissão do Regimento mereceram já uma declaração de voto da parte do grupo de deputados do PCP.

Designadamente, o projecto de estabelecer um período limitado para questões de «antes da ordem do dia» e as intenções formuladas quanto ao uso desta projectada disposição regimental, contrariam claramente o Pacto assinado entre os partidos representados nesta Assembleia Constituinte e o MFA.

Igualmente são preocupantes e indicativas do mesmo espírito as declarações públicas de dirigentes políticos, alguns dos quais se sentam nesta Assembleia.

Tais tendências são incompatíveis com o espírito e a letra do referido Pacto e são susceptíveis de criar dificuldades ao processo revolucionário, que, pelo menos, os partidos da coligação governamental, se obrigaram a respeitar.

2.º — O grupo de deputados do PCP, ao advertir solenemente os restantes membros da Assembleia Constituinte e os partidos que representam, para os perigos destas tendências, reitera a sua disposição de defender estritamente os compromissos a que o PCP e os outros partidos apusem a sua assinatura, quer quanto ao objectivo específico que foi consignado a esta Assembleia — elaborar e aprovar uma Constituição Política de acordo com as linhas aprovadas entre os partidos e o MFA — quer quanto à defesa do processo revolucionário expresso na aliança Povo-MFA.

estão a ser feitos, ao preço do sangue e dos massacres do povo angolano, para manter este imenso e rico país sob o domínio do imperialismo.

A cimeira de Nairobi visa uma solução para a trágica situação que se vive em Angola. Difícil será chegar-se a algum acordo imediato que se consiga impor na prática, pois o jogo de interesses que manobra em Angola nada tem a ver com pequenas divergências ideológicas ou de opinião, ajustáveis ou relativamente inócuas face a objectivos comuns. O que está em causa, é algo de muito mais profundo. É o fosso abissal que se abre entre os verdadeiros defensores dos interesses das massas trabalhadoras e do povo angolano, secularmente explorado e oprimido, e os que defendem — apesar de afirmarem de princípio em contrário — os interesses dos diversos sectores do capital internacional, temerários de que as riquezas minerais e agrícolas de Angola, lhes escapem definitivamente das mãos. Este o fundo do problema, a que as oscilações na luta, que continua a ensanguentar a terra angolana não pode desvanecer, pois é disso consequência. Dar um relevo desproporcionado ao possível causador, aqui ou acolá, deste ou daquele conflito armado, é no fundo confundir os dados da questão. É um erro colocar no mesmo pé os que defendem de facto os interesses do povo angolano e uma futura Angola progressista, e os que se lhe opõem, mau grado as suas cínicas declarações de patriotismo. O MPLA demonstrou ao longo de uma guerra de treze anos que conta com o apoio das massas angolanas, que encarna o desejo de paz e progresso, as aspirações a uma independência real do povo de Angola.

Como afirma a Comissão Política do CC do PCP, num comunicado recentemente emitido sobre o momento político: «A situação em Angola atingiu um ponto crítico. Os imperialistas e neocolonialistas provocam confrontos armados, fazem correr sangue num esforço desesperado para manter os seus privilégios, impedir a libertação do povo angolano e criar, simultaneamente, as maiores dificuldades ao processo revolucionário em Portugal. Estes planos estão condenados ao fracasso. O povo angolano triunfará».

«Portugal vem fazendo um estorço gigantesco para que o processo de descolonização dos territórios sob a sua administração prossiga em paz e na fraternidade» — declarou, ontem, o general Costa Gomes no seu discurso de encerramento dos trabalhos da Comissão de Descolonização da ONU.

Aliás, a reunião revestiu-se de um significado especial pela posição expressa pelo Governo Português relativamente à Rodésia do Sul e à Namíbia, condenando a política discriminatória e repressiva da minoria que detém o poder político naqueles territórios e reconhecendo o direito daqueles povos à autodeterminação e à independência.

É manifestada igualmente a defesa de uma política de pressão, concertada à escala internacional, caso a política das minorias daqueles países insistam numa linha manifestamente votada ao malogro, fonte de sofrimento para os povos oprimidos e ameaça para a paz e o equilíbrio entre as nações.

A reunião da Comissão de Descolonização da ONU, que nos últimos dias tem decorrido em Lisboa — a primeira reunião efectuada na Europa, Vasco Gonçalves, quando, na colisão para se realizarem os trabalhos — representa o reconhecimento internacional à política de descolonização empreendida pelo Movimento das Forças Armadas e o Povo Português, quando numa manhã de Abril escorçaram, definitivamente, a repressão fascista.

O facto foi, aliás, sublinhado pelo Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, quando, na sessão de abertura, se dirigiu às delegações presentes, salientando que a sua estada em Portugal simboliza o reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas pelo «papel que Portugal ocupa no Mundo de hoje». E acrescentou: «Com efeito, o Movimento do 25 de Abril de 1974 abriu para o Povo Português um novo caminho de liberdade e justiça social e trouxe-lhe, assim, a reconquista de sua própria dignidade como povo e nação. Mas esta liberdade não seria verdadeiramente alcançada se não significasse, também, a conquista de igual direito para os povos dos territórios que, sob o jugo do colonialismo praticado pelo anterior regime, viveram tão longeamente privados da sua própria afirmação nacional».

Prosseguindo na sua intervenção, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves frisou que o objectivo fundamental da revolução foi reconhecer aos povos dos territórios coloniais o seu legítimo direito à autodeterminação e à independência, declarando que «o curto espaço de um ano pode o Governo Português demonstrar de maneira inequívoca a sinceridade do seu propósito, que está expresso já na realidade da existência de um novo país irmão de língua portuguesa, na República da Guiné-Bissau, e no acesso iminente à independência de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Está também previsto, para 11 de Novembro próximo, o acesso à independência de Angola».

«Não podemos deixar de sentir orgulho»

Continuando a sua intervenção na sessão de abertura da reunião da Comissão de Descolonização da ONU, cuja presença em Portugal seria impensável há pouco mais de um ano, o general Vasco Gonçalves afirmou:

«Não podemos deixar de sentir particular orgulho pelo processo de descolonização dos antigos territórios sob administração portuguesa, que, julgo, se pode considerar, em justiça, como impar na História. Com efeito, esse processo caracterizou-se, essencialmente, desde o início, pela estreita cooperação com os legítimos representantes dos povos coloniais, os seus movimentos de libertação nacional, e pelo estabelecimento de uma nova relação de amizade entre os povos de Portugal e das suas antigas colónias, baseada agora, como países livres e independentes, na igualdade soberana, respeito mútuo e benefício comum, pondo, deste modo, termo à dominação e exploração de que os povos daqueles territórios foram longamente vítimas».

«O anticolonialismo é hoje uma pedra angular da nova política externa portuguesa, coerente com os seus princípios democráticos, que a Revolução do 25 de Abril defendeu desde as suas primeiras horas. Assim, as questões da Rodésia do Sul e da Namíbia, sobre as quais este «comité» se irá debruçar, também, durante o período da sua reunião em Lisboa, merecem a

nossa melhor atenção e estamos cientes de que a sua solução só poderá ser encontrada pela aplicação efectiva dos princípios da autodeterminação e independência consignados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Anti-colonialista de 1960, permitindo aos povos daqueles territórios o pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, alicerçados na regra da maioria e da não discriminação em termos de raça, credo político ou religião».

O significado da reunião

A reunião da Comissão de Descolonização da ONU, vulgarmente denominada «Comité dos 24» por englobar o mesmo número de países membros da Organização, termina hoje os seus trabalhos, constando da agenda das sessões o tratamento de questões relativas aos territórios ainda sob administração portuguesa — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor — e também as questões relativas a Rodésia do Sul e à Namíbia. Actualmente, a Comissão de Descolonização é composta pelos seguintes países: Afeganistão, Austrália, Bulgária, Chile, Congo, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Etiópia, Fiji, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Costa do Marfim, Mali, Serra Leoa, Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, URSS, Tanzânia, Iugoslávia e China. Dos territórios sob tutela de que a comissão se ocupa fazem parte, actualmente, para além dos territórios ainda sob administração portuguesa, a Namíbia, a Rodésia do Sul, o Saharã Espanhol, a Países (Nova Guiné), Gibraltar, a Somália Francesa e outros pequenos territórios e ilhas ainda sob domínio britânico.

Os trabalhos, que têm estado a decorrer em Lisboa, foram presididos pelo representante permanente da Tanzânia na ONU, dr. Salim Ahmed Salim.

Nova era de esperança e optimismo em África

Na sessão inaugural, o presidente da comissão focou que a evolução dos acontecimentos, nos territórios administrados por Portugal, conduzia a uma nova fase da luta de libertação nos territórios coloniais ainda existentes na África Austral e que, o actual equilíbrio de forças na região, fez aumentar, claramente, as possibilidades de uma descolonização rápida da Namíbia e da Rodésia do Sul.

Seguidamente, o subsecretário-geral da ONU, para os Assuntos Políticos e Descolonização, Tang Ming-Chao, leu uma mensagem do secretário-geral da Organização, Kurt Waldheim, em que se testemunha o processo português de descolonização, e se recorda que os novos Estados independentes, teriam necessidade de ajuda para a consolidação da sua independência, salientando que a ONU tudo faria para ajudar as nações em causa. Na sua mensagem, o secretário-geral da ONU, referiu-se, também, à Namíbia e à Rodésia do Sul, acrescentando que «a manutenção de uma atitude negativa e de uma política de repressão só poderiam levar a uma confrontação cada vez mais perigosa, naquela região da África, pondo-se, assim, em risco a paz e a segurança do Mundo».

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, que usou da palavra, no primeiro dia dos trabalhos, analisou a evolução da situação nos territórios, sob a Administração portuguesa, referindo a dada altura:



INTERLIVRO

R. PEDRO NUNES, 9-A-LISBOA

EQUATIONS DIFFÉRENTIELLES ORDINAIRES

L. Pontriaguine 130\$00

ÉLÉMENTS DE MATHÉMATIQUES APPLIQUÉES Zeldovitch et Mychik 160\$00

ÉLÉMENTS DE LA THÉORIE DES REPRÉSENTATIONS Kirillov 160\$00

THÉORIE DU CONTRÔLE AUTOMATIQUE Roittemberg 204\$00

GÉOCHIMIE DES GAZ NATURELS Sokolov 173\$50

LIVROS TÉCNICOS DA URSS

Única livraria especializada em livros soviéticos

«Estamos firmemente empenhados neste processo de descolonização, conscientes do facto de que não queremos que um território determinado apenas desapareça da lista dos territórios não-autónomos — o que seria só uma vitória aparente da liberdade: de nada vale dar uma independência que esconda uma situação neocolonialista, ainda mais difícil de combater, ou uma independência que leve o novo Estado a condições de miséria ou sofrimento humano para cuja eliminação a sociedade internacional ainda não conseguiu encontrar as soluções adequadas».

Abordando mais adiante, o problema da descolonização em Angola, o ministro português manifestou a esperança de que os três movimentos de libertação tenham em conta os interesses da grande pátria angolana, de molde a prevalecerem sobre as diferenças ideológicas face à tarefa em que todos têm de participar, declarando, a seguir: «Certamente, interesses estranhos a uma autêntica independência angolana e alheios ao povo e aos seus movimentos de libertação, tentam entravar estes processos».

Os trabalhos decorreram com intervenções por parte de quase todas as delegações presentes, tendo sido aprovados dois projectos de acordo, referentes aos territórios sob administração portuguesa, o primeiro dos quais põe em relevo a urgência com que deve ser prestada toda a assistência ao povo de Cabo Verde, por parte de todos os governos e instituições especializadas e organizações das Nações Unidas. O segundo pede ao Governo Português para salvaguardar a unidade nacional e a integridade dos territórios que ainda se encontrem sob a sua administração e apelando, no respeitante à Angola, para que os três movimentos de libertação «trabalhem activamente, no sentido da unidade e independência nacionais e respectiva consolidação, bem como para a manutenção da solidariedade nacional, com vista à realização das aspirações».

«No mundo de hoje, são os povos e não os imperialistas quem está em condições de dizer a última palavra. Mobilizemos os povos contra os regimes colonialistas e contra os interesses financeiros e militares que os sustentam».

MOÇAMBIQUE: O PARTO DE UMA GRANDE NAÇÃO AFRICANA

No dia 25 de Junho, Moçambique adquire a independência completa. Não se trata de uma mera formalidade de transferência de poderes. O 25 de Junho é o parto de uma grande e futuramente poderosa nação africana. Uma grande e poderosa nação progressista no Sul da África. Uma grande e poderosa nação africana de expressão portuguesa.

O 25 de Junho é o marco histórico carregado de significado. Representa uma viragem profunda no evoluir de dois povos: o povo de Moçambique e o povo do Portugal. Mas repercutirá em toda a situação política, económica e social de África e influirá positivamente na marcha do processo revolucionário mundial.

O 25 de Junho constitui o coroamento de uma grande vitória do povo moçambicano. Uma vitória preparada por anos e anos de luta heróica, incluindo mais de dez anos de luta armada. Uma vitória alicerçada num intenso e vasto labor político e ideológico, num tenaz trabalho de organização, numa incansável busca de unidade que a vanguarda revolucionária do povo moçambicano — a FRELIMO — soube pôr em prática nas complexas situações de luta contra o colonialismo e de simultânea reconstrução nacional.

A unidade da vanguarda revolucionária e a unidade das massas em torno dela representam sucessos de extraordinário alcance conquistados pela direcção da FRELIMO, encabeçada pelo camarada Samora Machel, sucessos que estão na raiz da luta vitoriosa do povo moçambicano.

O 25 de Junho é também uma vitória das forças revolucionárias portuguesas e do povo português. Assim a sentem os comunistas portugueses, que desde sempre defenderam a independência de Moçambique, que tudo fizeram para levantar as massas populares contra a guerra colonial, que não pouparam esforços para subtrair soldados, sargentos e oficiais portugueses à influência dos comandos fascistas — colonialistas, que realizaram o que puderam para divulgar entre o povo português a luta do povo de Moçambique e despertar entre as massas a simpatia e a solidariedade por ela.

O derrubamento da ditadura fascista em Portugal, e a acção revolucionária desenvolvida posteriormente pelo MFA e as massas populares do nosso País, favoreceram de forma apreciável a concretização, agora, dos objectivos do povo moçambicano — a independência completa e total.

A derrota implacável infligida pela FRELIMO e povo moçambicano ao colonialismo, primeiro, e a todas as tentativas e manobras da reacção e dos colonialistas portugueses para estabelecerem em Moçambique uma situação neocolonial, depois, favoreceram e favoreceram a interinfluência não vai cessar.

Nos, os comunistas portugueses, não temos dúvidas que as vitórias e os sucessos do povo de Moçambique terão importante influência na nossa luta. Sentimos que a mesma compreensão existe do lado da camarada Samora Machel e da direcção da FRELIMO, quando com eles estivermos, integrados numa delegação do PCP com o camarada Carlos Costa.

Ficou claro, para nós, que a direcção da FRELIMO aceita como bem-vinda a solidariedade activa dos comunistas e dos revolucionários portugueses, aprecia o trabalho positivo que compatriotas nossos estão a realizar em Moçambique e garante a segurança e as condições de trabalho dos portugueses que quiserem integrar-se na nova vida da nação moçambicana.

A cooperação económica com Moçambique e a ajuda técnica e em quadros à nação moçambicana constituem um dever que o povo português não pode declinar e que cabe às forças revolucionárias estimular, tendo em conta os limitados recursos do Portugal.

A cooperação e a ajuda integrar-se-ão nas novas relações que devem unir as duas pátrias. Relações baseadas na amizade, na igualdade, soberania, respeito pelos interesses mútuos e não ingerência nas questões internas.

CARLOS BRITO

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO

RECONVERTER, REORGANIZAR TRABALHAR EM UNIDADE NA EMPRESA E NO SINDICATO

CONT. DA PÁG. 1.

ximo ano, deverão estar aptos a fabricar diariamente 200 unidades. No final de 1976, prevê-se que estejam aptos a fabricar frigoríficos nacionais cerca de 600 trabalhadores do Movauto, com uma produção programada para mil unidades diárias.

Na segunda fase do projecto, a reconversão não limitará os seus efeitos promissores apenas àquela empresa. A incorporação de 65 por cento de produtos nacionais irá dinamizar indústrias periféricas, garantindo e certamente aumentando a segurança de emprego para muitos trabalhadores.

Entretanto, não será abandonada a montagem de veículos automóveis. Os trabalhadores sabem, e assim o declararam, que os conhecimentos adquiridos ao longo de uma dúzia de anos de actividade não devem perder-se, nem tão-pouco se pode pôr de lado a perspectiva de continuar a montar veículos com a incorporação de pelo menos 60 por cento de material português, é certo. Mas, certamente, eles aparecerão a curto prazo.

Os quadros são também trabalhadores

Esta experiência que agora começa sob os melhores auspícios vai certamente servir de exemplo para outras actividades industriais onde os mercados não serão hoje os melhores com a produção actual e onde haverá possibilidades de escolher outros ramos industriais mais adequados. As necessidades de um maior número de compradores e susceptíveis de criar novos postos de trabalho, sem que isso obrigue a investimentos, incompatíveis de momento.

As virtudes da reconversão estão à vista neste caso. Não só ganha a abalada economia nacional que herdamos do fascismo, como se evita decisivamente o subemprego e o desemprego, um dos objectivos principais da batalha da produção.

Obra dos trabalhadores, a reconversão do Movauto é um claro exemplo da capacidade de acção do movimento popular de massas nas tarefas que o processo revolucionário lhe apresenta diariamente e a que sabará dar resposta, solidificando e fazendo avançar na prática a aliança com o MFA. E essa aliança passa pela unidade sem vacilações, pela unidade activa contra as tentativas divisionistas com fins exclusivamente partidários, que só poderão prejudicar iniciativas como a do Movauto, desorganizando o trabalho de reestruturação sindical a nível da empresa, cuja aceleração se impõe no mesmo plano exigido pelo controlo da produção por parte dos trabalhadores, de todos os trabalhadores independentemente da sua profissão.

E dizemos todos os trabalhadores porque os técnicos, aquele pessoal que normalmente se designa por quadros, os trabalhadores com formação especializada, não poderão ser afastados, pois têm o direito e o dever de participar na luta contra o capital monopolista e latifundiário. As suas capacidades devem ser totalmente aproveitadas ao lado das restantes trabalhadores, numa prática unitária durante a qual abandonarão de vez as posições de privilégio que o sistema capitalista e o fascismo lhes criavam.

Não se trata de defender privilégios — que não queremos — mas princípios de real e colectiva importância (...). A economia está numa fase crítica, num plano inclinado perigoso, exigindo um tratamento unitário por parte dos trabalhadores deste país. A criação de um antagonismo artificial entre os quadros e os restantes trabalhadores é um problema que diz respeito à própria economia nacional, que todos estamos interessados em restaurar. Estas palavras são de engenheiros sindicalizados para quem a batalha da produção é um empenho próprio e diário nos seus locais de trabalho.

Muitos desses engenheiros e outros técnicos, pessoal administrativo, etc., foram eleitos depois do 25 de Abril para as Comissões de Trabalhadores ou para outras organizações dentro das empresas. E foram-no de pleno direito porque muitos deles estiveram na primeira linha da resistência antifascista e, nas lutas posteriores ao derrubamento do fascismo, se colocaram sempre ao lado dos seus

camaradas de trabalho, como trabalhadores que são.

Lado a lado com a classe operária

Forma altamente perigosa do divisionismo e que se presta à manipulação demagógica, o afastamento de engenheiros, advogados, médicos, contabilistas, técnicos de contas, só porque são quadros, é de combater com toda a energia por todos os trabalhadores conscientes e verdadeiramente empenhados na defesa do Revolução.

Os quadros devem ser atraídos ao trabalho unitário, embora não tenham mostrado ainda uma atitude definida perante o processo revolucionário, pois se os quadros eram importantes numa sociedade capitalista, muito mais o serão, em unidade com todos os trabalhadores, na nova sociedade socialista que havemos de construir.

Ao manifestar esta opinião, é que uma certeza para ele e para grande parte dos seus colegas, um engenheiro, ao participar recentemente numa mesa-redonda organizada pelo jornal «Avanços», da Intersindical, a crescer e ntava: Causa-nos uma grande preocupação que haja empresas e ramos de actividade onde não se tem esta perspectiva e onde, portanto, há engenheiros e outros quadros que estão a ser injustamente pressionados.

E ainda naquela mesa-redonda, ao falar-se da situação dos técnicos de engenharia, quanto a desemprego e saneamento, salientava-se: Pelos lugares que ocupam, os quadros têm acesso a muitos dados sobre o controlo da produção, as finanças da empresa, etc. Se os trabalhadores não ganham os quadros para o seu lado, estes começam a aderir ao patronato, com grande prejuízo para o avanço do processo revolucionário e para a reconstrução da economia nacional. Lembro que mais de 90 por cento dos técnicos de engenharia são trabalhadores por conta de outrem.

A classe operária é, sem dúvida, a vanguarda do movimento popular de massas, mas para levar por diante o processo revolucionário é preciso que ela reúna à sua volta, que ela atraia à sua luta contra o inimigo comum, todas as classes trabalhadoras, incluindo os quadros — foi ainda lembrado naquela mesa-redonda realizada no Sindicato dos Engenheiros, em Lisboa. E esta a posição correcta, se quisermos avançar rumo ao socialismo, pois como muitas vezes têm repetido entidades responsáveis e governantes, a revolução portuguesa ganha-se ou perde-se fundamentalmente no campo económico.

A frente sindical na defesa da unidade

Grande parte das dificuldades encontradas na batalha da produção resultam da organização sindical fascista que dividiu os trabalhadores em centenas de associações sindicais, por profissões, na quase totalidade dos casos. Essa organização corporativa e fascista não se substitui de um dia para o outro. Mas é preciso, sobretudo agora, acelerar a marcha para terminar de vez com essa organização, reestruturando e reorganizando toda a vida sindical, da base ao topo, verticalizando a todos os níveis e estruturas.

A Intersindical e muitos sindicatos têm dedicado à verticalização, grande parte dos seus esforços, pois é essa também uma frente de luta na batalha económica e das mais importantes. Várias iniciativas já têm sido tomadas nesse campo, iniciativas concretas como a da negociação de contratos colectivos verticais por ramo de actividade com resultados dignos de registo em sectores tão vastos como a metalurgia, a metalomecânica, a construção civil, a indústria farmacêutica e muitas outras.

Agrupando os trabalhadores de um determinado ramo da actividade económica, independentemente da profissão que exerçam, os sindicatos verticais defendem, na prática, o princípio da unidade agora expresso na lei das associações sindicais. Mas a unidade a esse nível não basta. É necessário que tenha expressão concreta nas empresas, evitando tanto quanto possível a existência de órgãos paralelos, onde podem surgir confrontos de representatividade, ou de ou-

tra ordem, levando à divisão.

É usual justificar-se a criação de organizações paralelas a partir da ideia de que as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Delegados cabem tarefas incompatíveis. Tal princípio está errado — lê-se num documento da Intersindical aprovado num dos seus últimos plânrios. Não é por as suas organizações utilizarem rotulos diferentes que os trabalhadores alteram a sua posição de classe e, consequentemente, têm políticas diferentes. A especulação dos divisionistas deve ser combatida. Em vários casos, os trabalhadores já encontraram maneira de integrar pura e simplesmente os elementos das comissões existentes nas empresas num único órgão. Noutros casos, criam um órgão para coordenar a acção de todas as comissões existentes. Não há formas rígidas, que poderiam até, com as melhores intenções, levar a confrontos desnecessários ou até perigosos. As situações não são todas iguais. Devem ser vistas uma por uma, procurando a melhor forma de consolidar a unidade e de combater o divisionismo.

A defesa da unidade tem de ser um esforço constante, pois é dela que depende em grande parte o reforço da aliança Povo/MFA. Ora essa defesa não se coaduna com comissões que manifestem a tendência para se isolar dos restantes trabalhadores, isolando-se da vida sindical. A participação organizada de todos os trabalhadores tem de ser constante. Difícilmente resultará válida qualquer experiência, ou iniciativa na batalha da produção que se alheie dessa ligação permanente com os sindicatos e com a Intersindical.

E voltamos, por último, à Movauto, pois como pioneira da reconversão é esta uma das empresas onde os trabalhadores mais terão de aperfeiçoar a sua participação sindical a todos os níveis. As responsabilidades criadas a isso obrigam, agora mais do que nunca, e não só na Movauto, pois a movimentação dos trabalhadores na reconversão do ramo automóvel estende-se a todo o País.

Segundo a Intersindical, para dar resposta aos problemas urgentes que se levantam nesse ramo de actividade foi decidido criar uma comissão técnica nacional nomeada e coordenada pelos trabalhadores, que terá como objectivo o levantamento das potencialidades das várias instalações e equipamentos existentes e o estudo das formas possíveis de reconversão e adaptação no mais curto prazo, de modo a servir efectivamente a economia nacional e a evitar uma possível crise de desemprego.

Não fizemos mais do que afluor um volume de tarefas e de responsabilidades para as quais os trabalhadores têm de estar armados com o melhor que a organização e a consciência de classe se pode produzir. Sem a reestruturação e a reorganização sindical não será possível ir por diante com um mínimo de segurança e firme aptidão.

Por conseguinte, a batalha não será longa e diversificada, como dissemos de início, mas também complexa. Todo o esforço será pouco, se os problemas da unidade não forem resolvidos prioritariamente, partindo do concreto, da análise correcta das várias situações, tendo sempre presente a contribuição decisiva dos vários combates dessa batalha a fim de se consolidar e defender o rumo certo para o socialismo.

CONFERÊNCIA DE CAMPONESES

A execução das bases da Reforma Agrária, cujos avanços se devem fundamentalmente à iniciativa dos trabalhadores, e problemas da organização das massas laborais dos campos continuam a mobilizar, por todo o País, os operários agrícolas e os pequenos e médios camponeses. No próximo domingo, das 9,30 às 18 horas, realizar-se-á no Cine da Mercês, a Primeira Conferência Unitária de Camponeses do Conselho de Alentejo organizada pelo nosso Partido. Da ordem de trabalhos constam os seguintes pontos directamente relacionados com os interesses dos trabalhadores do sector agrário: 1.º Arrendamento Rural. Tabelas de Valores Máximos das Rendas. Reforma Agrária; 2.º Produção e Comercialização do Vinho e Frutas. Cooperativismo Agrícola; 3.º Apoio

NO DOMINGO PLENÁRIO UNITÁRIO DOS TÊXTEIS DO NORTE

A indústria têxtil é um dos mais importantes sectores industriais do Norte do País. Dela depende o pão de centenas de milhares de famílias. A crise que hoje se abate sobre a têxtil, longe de preocupar os patrões, enriquecidos à custa de uma política de salários de miséria, leva-os cada vez mais a empenharem-se na agudização dessa crise, através de actos de sabotagem económica, fuga de capitais, financiamentos a actividades contra-revolucionárias, falências fraudulentas, despedimentos, etc. Melhor se compreenderá assim o redobrado ardor com que os trabalhadores têxteis tomam nas mãos a resolução dos seus problemas, na defesa dos seus interesses e dos interesses gerais dos portugueses.

No passado dia 1 de Junho foi dado o alerta sobre esta situação. Convocada pelas células do PCP das empresas têxteis, realizou-se em Riba d'Ave uma Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis do Distrito de Braga. Pela primeira vez foi elaborada uma política coerente para esta indústria, e foram os trabalhadores presentes na Conferência que a elaboraram. A realização da Conferência interessou um leque muito variado de trabalhadores, organizações sindicais, etc. Para a sua realização foi criada uma Comissão Executiva Unitária que, interpretando o sentir dos trabalhadores presentes, entendeu dever dar novos passos no sentido de as conclusões da Conferência serem levadas à prática.

Assim, a Comissão Executiva da Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis do Distrito de Braga, agora alargada ao distrito do Porto, convocou todos os trabalhadores, técnicos e pessoas interessadas na resolução dos problemas da indústria para um grande plenário dos trabalhadores têxteis do Norte (distritos de Braga e Porto), a realizar no próximo domingo, às 15 e 30, no Pavilhão Gimnodesportivo de Santo Tirso. O plenário tem como objectivo estudar as formas de concretização de algumas das conclusões da Conferência de Riba d'Ave.

Os trabalhadores têxteis sabem encontrar as formas de organização revolucionária capazes de fazer frente aos principais problemas do sector, de modo a garantir o emprego e o desenvolvimento da indústria têxtil. Estes serão passos decisivos na grande batalha da produção, para a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

S. PEDRO DA COVA

HÁ QUE CONSOLIDAR A VITÓRIA DOS MINEIROS

No passado dia 22 de Maio o «império» das minas da freguesia de S. Pedro da Cova caiu sob a decisão e firmeza dos trabalhadores, organizados num Centro Revolucionário Mineiro, que ocuparam os escritórios da companhia, pondo assim termo a uma longa exploração que enriqueceu fabulosamente os patrões sem se melhorarem as horribéis condições de trabalho.

Nun comunicado da Comissão Conciliadora do nosso Partido, em Gondomar, recorda-se o que foi durante anos o domínio da Companhia das Minas da freguesia de S. Pedro da Cova, a estreita colaboração com a PIDE-DGS através da organização de ficheiros dos militantes mineiros que mais se destacavam na luta antifascista, a repressão da qual os acontecimentos da greve de 1923 são um momento trágico, o odiado serviço médico que apressava a morte dos silicóticos, vítimas das desumanas condições de trabalho.

Quando em 1970 as minas foram encerradas, consequência do entendimento entre os patrões das minas e das multinacionais petrolíferas, a companhia ficou liberta das responsabilidades que lhe cabiam na produção energética do País. O encerramento foi uma dádiva fascista que os libertou dos enormes encargos de beneficiação das minas que tinham atingido o mais elevado ponto de degradação. O encerramento foi um odioso compromisso com o fascismo que permitiu ao patronato mineiro de S. Pedro da Cova a prática da exploração do pagamento das rendas dos fuzigerios onde viviam os mineiros já com vezes pagas, com o seu suor, sangue, doença e morte.

A 22 de Maio as minas deixaram, pois, de ser propriedade dos parasitas exploradores. Da acção criminosa destes agentes do capitalismo, conservam os trabalhadores dolorosas marcas na sua saúde. Recordam

particularmente o director Machado Moura e o médico Porfírio de Andrade, responsáveis por tantas mortes ocorridas em virtude das condições de trabalho. Este passado de opressão e da resistência dos trabalhadores será historiado num museu a fundar na região.

Neste momento, a Comissão Conciliadora do nosso Partido em Gondomar chama a atenção para a necessidade de o Centro Revolucionário ter de encontrar em todos os organismos, partidos políticos, comissões de moradores e povo em geral uma forte muralha que impeça uma acção contra-revolucionária. Tal muralha deve ser suficientemente sólida para constituir uma cabeça de ponte onde partam todas as acções dinâmicas para a construção do Portugal Socialista, para o desenvolvimento da Batalha da Produção. E alerta o povo da freguesia para uma participação efectiva e revolucionária, para uma unidade contra todos os que tentem boicotar o processo revolucionário, para o avanço no sentido de novas conquistas, para a edificação de uma obra que deixou de ser sonho para se tornar numa bela realidade.

NO PORTO

MOTORISTAS CONTRA A DIRECÇÃO SINDICAL

Um grupo de motoristas do Porto distribuiu um comunicado em que toma posições face a alguns problemas surgidos no recente plenário, e em que critica certas tomadas de posição assumidas pela respectiva direcção do Sindicato, do qual passaram a transcrever parte:

«Alertamos todos os profissionais do volante para o procedimento antidemocrático da direcção do nosso Sindicato. Assim desmascaramos a direcção oportunista, que marcou uma assembleia geral às 9 horas da manhã de um dia feriado, sabendo que os motoristas dos serviços públicos, táxis e dos jornais, na grande maioria, não estavam presentes, porque trabalhavam; que a assembleia geral não teve controlo de entradas, estando presentes indivíduos alheios à profissão, para como sempre apoiar a direcção e não deixar falar os profissionais que querem alertar os colegas, como aconteceu a um colega; que quando este colega e outros abandonaram a assembleia por não concordarem, o presidente da assembleia disse ao microfone: «Não

Os exemplos da batalha da produção começam a aparecer desde o Porto até Bragança. E o povo de uma aldeia de Trás-os-Montes que, juntamente com os soldados da operação Maio-Nordeste, dedica os seus tempos livres à construção de caminhos para a sua aldeia. E o caso dos pequenos e médios rendeiros que, por todo o Minho, começam a entender e a dar passos importantes na sua organização que, nomeadamente, levarão a fazer cumprir no mais curto prazo de tempo a Lei de Arrendamento Rural. E o caso de uma aldeia que tira um domingo ao seu descanso e vai trabalhar no arranjo da escola. E o caso dos pescadores da Póvoa de Varzim, que dão passos importantes no «controlo» da lota. E o caso das muitas empresas de diversos ramos, que avançam decididamente no «controlo» total da produção. Tudo gestos de solidariedade e de determinação revolucionária, exemplos de luta pela construção do País novo.

Generaliza-se a certeza de que a possibilidade de se construir o socialismo em Portugal passa, indispensavelmente, pela conquista por parte dos operários e de todos os trabalhadores dos meios de produção, generalizase.

Surgida, inicialmente, como reacção à sabotagem dos capitalistas e de salvaguarda dos postos de trabalho, a intervenção dos trabalhadores na economia nacional tem vindo a abarcar gradualmente todas as empresas, sectores económicos inteiros.

Factores determinantes desta luta têm sido no seio das empresas a aquisição da consciência de classe e a unidade efectiva dos trabalhadores. A partir da vigilância revolucionária dos trabalhadores, que detectam fraudes de diversa ordem, se tem montado o «controlo» da produção em diversas empresas. Face às sistematizadas tentativas de boicote económico que o patronato realiza, o «controlo» dos trabalhadores surge em muitos casos com particular urgência no que se refere a movimentação dos fundos das empresas e das contas bancárias dos próprios capitalistas.

— Nós verificamos recentemente que estavam a ser apresentadas à empresa letras a favor do seu fornecedor correspondentes a material que não tinha sido adquirido. Assim compreendemos por que motivo os lucros estavam a ser absorvidos por juros de dívidas injustificadas, pois a nossa empresa trabalhou sempre em bom ritmo. Após algumas averiguações verificámos que estavam a ser lançadas na escrita da nossa firma dívidas à casa fornecedora por intermédio de um guardalivros que trabalhava simultaneamente nas duas empresas — disse-nos um trabalhador da MANIMPRE, empresa

gráfica de facturas de impressões, do Porto. Perante esta situação, os trabalhadores decidiram transformá-la numa cooperativa, a COOPAG — Cooperativa de Artes Gráficas.

Situações análogas têm-se verificado em vários sectores, nomeadamente nos têxteis, cuja subsistência depende em grande parte da exportação. Graves tentativas de sabotagem económica têm surgido nessa indústria com grande expressão regional, como acontece no distrito de Braga onde há cerca de oitenta mil pessoas a ela ligadas.

Dada a crise industrial e, na generalidade, a da situação económica, os trabalhadores enfrentam muitas dificuldades nas empresas que passaram a dirigir. Todavia, a sua consciência política, a sua unidade e o facto de saberem que o produto do seu trabalho não está a ser apropriado pelo patronato, têm-lhes dado a força necessária para abrir caminho e encontrar soluções adequadas, contribuindo de forma altamente valiosa para o objectivo da estabilização da economia, adoptando formas diversas de gerir essas empresas com relevo para a cooperativa de produção.

Para além de outros aspectos que possa revestir a batalha da economia, o aumento da produção tem representado um avanço muito significativo.

Os mineiros do Pejão, por exemplo, estão desde o início na primeira linha desse aumento. Ainda que desde Julho do ano passado estejam a pugnar pela satisfação de um caderno reivindicativo, não só não houve qualquer paralisação de trabalho, como aumentaram a produção, de 800 toneladas diárias para 1100, depois de sanada a administração da empresa concessionária. Além disso, propõem-se ainda os trabalhadores mineiros trabalhar futuramente um domingo por mês ao salário dos dias de semana.

Numa das mais importantes empresas metalúrgicas do Porto — Eduardo Ferrelhinha & Irmão — EFI, também os trabalhadores se têm empenhado nesta batalha, registando já um aumento significativo na produtividade.

A par deste, há vários outros casos de trabalhadores a participar nesta tarefa como os da Fábrica de Cerâmica de Viana do Castelo, da ROL-SOL e da MARINHOS, no Porto.

Esta batalha da reestruturação de todo o aparelho produtivo tem como vectores principais — como definiu o secretário de Estado do Trabalho numo recente visita feita à EFI — o produzir melhor, com menores custos. A busca de soluções mais económicas, a descoberta de novos mercados, a reconversão de sectores industriais, a simplificação administrativa, inovação tecnológica — prosseguem, então, o dr. Carlos Carvalhas — são outras direcções importantes.

Efectivamente este é um problema de grande importância. Por exemplo, no sector têxtil, as grandes empresas exportadoras estão agora a canalizar a sua produção para o mercado interno, o que agrava a situação económica das pequenas e médias empresas. Conscientes desta manobra de sabotagem económica por parte dos administradores, os operários têxteis apontam e têm já enveredado pela via de compor os administradores a incrementar as vendas para o estrangeiro, limitando-se-lhes o uso do mercado interno.

Quando os trabalhadores passam a controlar a empresa, quando passam a geri-la, têm essa preocupação.

Pela organização sindical nos campos

Também nas zonas agrícolas se alarga a batalha da produção. Ao mesmo tempo que grandes proprietários absentistas levam a cabo uma campanha reaccionária de luta contra a aplicação das medidas impostas pela Lei de Arrendamento Rural, nomeadamente convocando manifestações, os rendeiros organizam-se. E, ao fazê-lo, estão a dar um importante passo que conduz à efectivação da Reforma Agrária.

A par disto os assalariados

rurais agrícolas do Norte avançam decididamente na sua organização de classe. Concretamente, no distrito do Porto, no seguimento de uma série de lutas desenvolvidas no interior de algumas das maiores quintas, prevê-se para breve a criação definitiva do sindicato.

Conforme tem sido frisado em todas as intervenções dos participantes das reuniões já havidas, os assalariados vão sendo conquistados para a batalha da produção, contra todas as manobras dos grandes proprietários.

Estes, num momento em que a batalha da produção é decisiva para por fim à exploração do homem pelo homem, não se preocupam em deixar grande parte das quintas sem serem cultivadas. Conforme tem sido expresso unanimemente, esta situação é comum a todas as quintas da zona. Entretanto, em todas as intervenções ficou bem patente a predisposição para aumentarem a produção, para, ao invés de despedirem pessoal, empregarem mais trabalhadores.

Conforme ficou bem expresso na I Conferência de Camponeses do Norte, realizada em fins de Dezembro, no Porto, os assalariados agrícolas do Norte sentiam como urgente a necessidade de criar os seus sindicatos, embora não soubessem como fazê-lo.

Decorridos alguns meses após esta primeira discussão do assunto pelos directamente interessados, já se deram grandes passos com vista à efectivação deste importante objectivo, do qual está directamente relacionado a participação organizada e consciente na batalha da produção. Como eles, também os assalariados rurais da zona demarcada do vinho do Porto dão já alguns passos com vista à sua organização de classe.

Até aqui submetidos a formas ignominiosas de exploração, os assalariados rurais do Norte, contra a sabotagem dos grandes proprietários, os absentistas, avançam decididamente no caminho da Reforma Agrária, para que a terra seja entregue a quem efectivamente está interessado na produção e na melhoria das condições de vida do nosso povo.

Fazendo do trabalho um acto revolucionário, a classe operária, como vanguarda revolucionária, e todos os trabalhadores progressistas do Norte, fazem da batalha da produção uma importante etapa do momento histórico que vivemos.

COOPERATIVA

«DOPOVO»:

LUTA E CONFIANÇA

Os trabalhadores da Sociedade Industrial da Videia (Barreira Alva, Torres Novas), empenhados em assegurar os seus postos de trabalho e em contribuir para a reconstrução da economia nacional, decidiram formar uma cooperativa operária de produção a que puseram o nome «Dopovo» — Cooperativa de Produção Metalomecânica. Perante a má gestão, os salários em atraso e a fuga às responsabilidades por parte do patronato, os trabalhadores decidiram assegurar a continuidade da laboração, adquirindo com o proveito do seu trabalho os valores activos da empresa.

Nun comunicado, os trabalhadores da «Dopovo» alertam a opinião pública em geral e todos os trabalhadores portugueses em particular para as manobras reaccionárias de que tem sido alvo esta sua experiência revolucionária e que têm como objectivo fundamental denegar a capacidade de intervenção e transformação dos trabalhadores na economia e desviá-los da imparável caminhada rumo a uma sociedade mais justa, a sociedade socialista, onde desaparecerá de uma vez para sempre a exploração do homem pelo homem.

AS MAIS BELAS SEARAS DESDE HÁ 30 ANOS

EXEMPLO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES ALENTEJANOS

CONTINUADO DA PÁG. 1

ca e, principalmente, pela batalha da produção, foi decisiva para que o ano de 1975 ficasse marcado na História como o ano do início da Reforma Agrária. Por sua iniciativa, e ainda antes de ser decidida a expropriação dos latifúndios, os trabalhadores agrícolas alentejanos, através da ocupação e cultivo das terras abandonadas e subaproveitadas, tornaram-se os verdadeiros pioneiros da Reforma Agrária.

A tomada das terras pelos trabalhadores, contudo, não basta. É preciso organizar e

justo que os que não se queiram sacrificar agora venham a ter as mesmas regalias que os outros? A questão levantada leva à conclusão inevitável: «é preciso uma lei...»

O desabafo deste trabalhador confirma que a consciência de classe dos camponeses se sobrepõe no Alentejo a egoísmos ligados a uma melhoria de jornas, enquanto isso nem sempre acontece relativamente ao pessoal de origem social diferente, que exerce a sua actividade profissional nos Machados ou em outras grandes herdades. Uns estão dispostos a todos

mentos, mas isto é só o princípio. Queremos ir para a frente, mas é preciso o apoio do Estado. Até agora já gradámos um olival que estava abandonado, fizemos um megal com cerca de 10 hectares, estamos a fazer a experiência com pimentão, a ver se dá, temos 400 hectares de trigo e misturas, etc.

Possuidora de queijarias, lagar, adegas, vinhas, gado (6000 cabeças de gado ovino, 700 de bovino), e, ainda, três lojas em Lisboa, onde são vendidos os seus produtos, a Herdade dos Machados, se bem aproveitada, reúne con-

des sob controlo há quinze dias, num total de 2000 hectares.

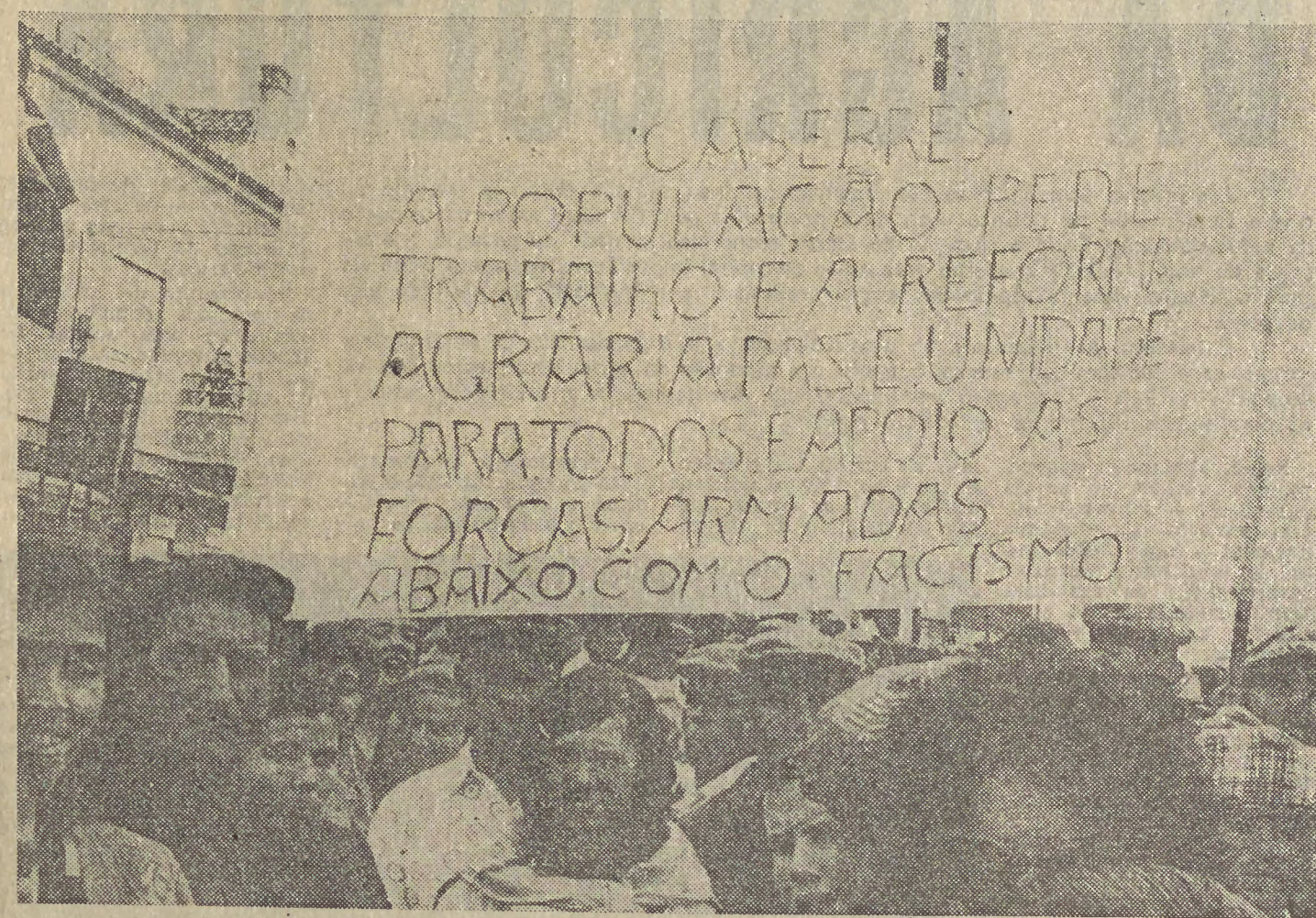
Recebendo apenas o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, o punhado de homens e mulheres (cerca de 30) que decidiram tomar nas mãos as terras, que o ex-proprietário, Domingos Costa, cultivava mal, estão firmemente dispostos a integrar-se numa unidade agrícola do Estado, sob seu controlo, sujeitando-se a trabalhar sem receber qualquer salário. Porque isto é para o bem de todos, não é verdade?

A ideia do salário único, neste tipo de explorações, parece ter ganho já a maioria dos trabalhadores agrícolas. Que a gente não quer ser patrões, nem proprietários. Queremos é ter a certeza de que podemos trabalhar e que o produto do nosso trabalho é para bem do País. Achamos que os trabalhadores devem controlar as herdades, mas que os lucros, quando os houver, devem ser repartidos, ou seja, deve ser o Estado a aproveitá-los para regalias sociais e investimentos, e para ajudar outras unidades que ainda tenham mais problemas do que nós. A gente só quer o nosso salário.

A ajuda mútua entre as herdades que vão sendo controladas pelos assalariados rurais é encarada como facto evidente e natural.

Temos de ser uns para os outros. Se cada um só pensasse no seu proveito, então era estarmos a acabar com uns patrões para dar lugar a outros. É claro, se umas herdades têm meia dúzia de máquinas e outras não têm nenhuma, essas máquinas têm de servir para todos.

Os trabalhadores da Insuinha — gente simples que da vida sabe o trabalho e os sacrificios, tão cheia de repugnância contra o mundo do patrão, que não usa ainda a «casa de caça» (e de reuniões) da herdade, onde as camas têm dois colchões (deviam ter medo de deltar a espinha no duro, e a gente a



A vontade do povo

tado. Têm para oferecer cada um dois braços de trabalho e o seu profundo amor à terra.

«O futuro está na nossa mão»

Não deixar nem um palmo de terra por cultivar é a aspiração comum de todos os trabalhadores do campo. Nas herdades, sob o seu controlo, onde já não foi possível aproveitar o ano, os trabalhos são dedicados à próxima época. No Vale das Dúvidas, por exemplo, tomado por iniciativa de 101 trabalhadores, depois de se ter semeado o que ainda ia a tempo (feijão frade e grão), trabalha-se agora intensamente na limpeza dos terrenos, que estavam que metia do.

Tendo recebido do Estado um abono de 350 contos, compraram 43 porcos e 90 borregos, que é preciso carne a preço a que se possa chegar. Essa ajuda cobriu despesas imediatas. Mas não chega para nada, sabe que para isto dar alguma coisa é preciso gastar ainda um bom bocado. Por isso é que, com sacrifício e boa vontade, cada um deu 1000500 do seu bolso para fazer o alqueve, e dez dias de trabalho voluntário.

A iniciativa criadora e o espírito de abnegação das massas camponesas, nem sempre bem compreendida, move obstáculos que a cada momento se deparam, agravados com os entraves e hesitações burocráticos (e não só) de alguns serviços do Estado.

Na aldeia de Santana, a dois passos da herdade, uma casa enche-se de mulheres todos os sábados. É o esboço duma futura cooperativa de comercialização, onde os produtos da herdade são vendidos mais baratos.

Por agora só temos carne e hortaliças, mas havemos de conseguir trazer para aqui outras coisas.

As mulheres que esperam a vez de se avariar são um exemplo da mulher na luta. Trabalhando ainda mais do que os homens, com o encargo dos filhos e os afazeres do campo, estão na primeira linha de combate.

Que a Reforma Agrária tem de ser feita por todos, homens e mulheres, que eles não são mais que a gente. Falta ainda muita coisa, sítio para deixarmos os filhos, col-

tadinhos, que ficam para aí entregues uns aos outros ou às velhas. Se o Estado ajudar a gente, podem ficar descansados que a gente faz a Reforma Agrária. A maior parte não sabe ler, mas sabemos trabalhar e conhecemos a terra como a palma das mãos.

E as mãos abertas, cor de terra e calejadas, esboçam um gesto de ternura com quem acaricia um filho.

De 700 hectares, apenas cerca de 50 estavam limpos. O resto era mato. Desde que assumiram o controlo da herdade em conjunto com outro grupo dos Barrigosos, plantaram 20 hectares de tomate, feijão frade, 25 hectares de milho, queimaram lenha para melhorar as pastagens, etc. O único apoio que receberam foi da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que os tem ajudado com dinheiro,

Enquanto certos sectores das classes trabalhadoras desencadeiam, neste momento, uma luta reivindicativa por aumento de salários, quando auferem já uma média muito superior à dos trabalhadores rurais, esquecendo egoisticamente os problemas que enfrenta a economia nacional, os camponeses do sul abdicam voluntariamente do direito às oito horas de trabalho, passam semanas sem receber qualquer salário, dão todo o seu esforço na batalha da produção, apesar de certas incompreensões. Estão confiantes na vitória, apesar das duras condições em que vivem. O futuro está nas nossas mãos, afirmam sorrindo. Como poderemos desenvolver o País a trabalhar menos e a ganhar mais?

Operários das fábricas, das cidades, empregados, jovens, como seria útil ir até aos campos do Alentejo conhecer estes trabalhadores rurais, aprender com eles o significado da revolução, ensinarlhes o que ainda não sabem, estreitar a aliança do proletariado industrial com o proletariado agrícola.

Como seria útil à Revolução Portuguesa, ao avanço decisivo para o socialismo, que o País soubesse aproveitar esta lição que nos estão a dar as massas rurais do Alentejo! Lição que nos dão todos os dias, esquecendo os descansos, os feriados, como os trabalhadores de Pias, Vale de Vargos, Baleizão e de freguesias do concelho de Moura, que vindos de longe, se juntaram no passado dia 10 na Herdade dos Machados, em número superior a 800, e fizeram uma jornada de trabalho voluntário! Ou como os de Salvada, Cabeça Gorda, Santa Vitória, Ervidel e Ferreira do Alentejo, que se reuniram em jornadas idênticas na Corte Condeça, no Outeiro e no Sobrado.

Trabalhamos gratuitamente para engrandecer o País, não porque pensemos no lucro fácil. Não somos egoístas, somos oportunistas, somos trabalhadores conscientes e revolucionários.

E contudo a reacção espreita no Alentejo. Os agra-



Os trabalhadores falando à nossa reportagem

dirigir as novas explorações agrícolas; é preciso, é indispensável, dispor de meios para levar à prática os planos de exploração e aproveitamento integral da terra.

O controlo das herdades pelos camponeses, as formas de organização que começam a tomar corpo nas terras já sob a sua administração (ou do Estado) são apenas algumas das diversas vias para a Reforma Agrária. Como pensam os trabalhadores rurais do Alentejo que deverão funcionar essas novas unidades agrícolas? Qual deverá ser o papel do Estado? Quais os principais problemas que desde já põem entraves ao avanço da revolução no sector da agricultura?

Estas algumas das questões levantadas pela reportagem do «Avante!» a que os trabalhadores das herdades dos Machados, Misericórdia, Galinhas, Insuinha, Vale das Dúvidas, Raimundo e Barrigosos procuraram responder, não como quem apresenta soluções, antes conscientes de que realizam uma experiência inédita em Portugal.

Característica comum a todas aquelas herdades, o abandono e subaproveitamento em que se encontravam. «Um verdadeiro crime tratar assim uma terra destas. Chegou a fazer aqui um milhão de litros de azeite e no ano passado só deu 200 mil litros», afirmaram os trabalhadores da Herdade dos Machados, em Moura, 6102 hectares de terra muito rica que a Sociedade Agrícola Santos Jorge parecia apostada em tornar deficitários.

Colocada sob o controlo dos trabalhadores após o 11 de Março, a administração de uma herdade tão grande como a dos Machados não é tarefa fácil para as 350 pessoas que emprega, dispersas por vários sectores profissionais — camponeses, pedreiros, metalúrgicos, motoristas, etc. «Era preciso mais esclarecimentos do que é a Reforma Agrária. Há muita gente que ainda não entende. E depois, isto de haver diferenças de salários também não ajuda, porque, é claro, se os metalúrgicos, por exemplo, ganham mais pelo contrato colectivo do que aquilo que a Cooperativa pode pagar, não querem entrar para a Cooperativa. Mas então, quando isto vier a dar benefícios, será

apoio à Comissão de Gestão, mas tudo isso é insuficiente. Precisamos de máquinas, por exemplo. Para se limpar um olival que aqui há três semanas podia arder de um momento para o outro, tal o estado em que estava, tivemos de fazer três turnos (um total de 14 horas de trabalho) para aproveitar o trabalho da máquina.

Desde que assumiram o controlo da herdade já se fizeram bastantes melhora-

Pioneiros da Reforma Agrária

ciso que nos ajudem», repetem os trabalhadores.

Os problemas que se colocam na Herdade dos Machados, nomeadamente no que respeita às diferenças de salários, não existem em propriedades mais pequenas e homogêneas: Temos de nos sacrificar todos, que é para o bem da cooperativa que queremos fazer, e o ganho é o mesmo, afirmam os camponeses da Insuinha, Misericórdia e Galinha, três proprieda-

dormir em sacas de palha, se isto se admite) —, lutam pelo direito ao trabalho, dão-se de corpo inteiro à batalha da produção.

Precisam de apoio financeiro, de tractores, semeadoras e ceifeiras, de ajuda técnica. Esperam a todo o momento a intervenção do Es-

A VIGILÂNCIA POPULAR NÃO DEVE ABRANDAR!

A cada nova vitória dos trabalhadores rurais alentejanos o desespero dos grandes agrários aumentou, levando-os a recorrer a todas as formas de intimidação, sabotagem e provocação para impedir o avanço inexorável da Reforma Agrária.

Acontece em Canhestros, onde os irmãos Cabo Pita provocam e tentam intimidar os trabalhadores rurais e o delegado sindical. É o caso da Herdade das Caneiras, freguesia de Odivelas, onde os trabalhadores são impedidos de beber água, sendo insultados e provocados por um dos criados do dr. Santos. Ou ainda a actuação do eng.º Francisco Silvestre Ferreira, da Herdade do Pinheiro, que está à cabeça das provocações dirigidas contra o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Ferreira do Alentejo, precisamente na altura em que anda a vender o gado leiteiro, sabotando, assim, a economia nacional.

Mas a acção dos contra-revolucionários assume ainda outras formas: assalto ao matadouro de Ferreira do Alentejo para esfaquear o gado, disparos sobre o monte de Vale de Évora, no concelho de Mértola, recusa do pagamento de dívidas de jornas, procurando ainda impressionar a opinião pública, como o caso das concentrações, no passado dia 9, no Governo Civil e no Centro Regional da Reforma Agrária, em Beja, tentando ao mesmo tempo criar dificuldades ao Ministério da Agricultura ao pretendem comprometer os seus serviços técnicos.

Impõe-se um reforço imediato da vigilância popular sobre as manobras da reacção, criando por toda a parte brigadas de vigilância.

A reacção não passará!



É preciso organizar e dirigir



O futuro está nas nossas mãos

A razão do controlo da terra foi expressa com a maior simplicidade e beleza pelos camponeses da herdade do Raimundo, que vai chamar-se Germano Vidigal. Sentados em roda à sombra de uma árvore, falam ao

sementes, adubos e outros materiais. Do Estado, até à data, não tiveram qualquer ajuda. Temos de dar um empurrão ao Governo para ver se isto avança. Há cinco semanas que não recebemos um tostão. Só temos os bra-



Isto é para o bem de todos

«Avante!»: O Estado pedia para a gente produzir. Mas terras a gente não tinha e estas estavam abandonadas. O Miguel Potes, que era o dono, só aproveitava a caça e a cortiça. Uma terra tão boa...

Estes homens e mulheres da Reforma Agrária são um verdadeiro exemplo revolu-

rios conspiram e provocam, aliciando alguns pequenos e médios proprietários menos conscientes, procurando dividir os trabalhadores.

A vigilância revolucionária impõe-se. A Reforma Agrária tem de avançar. E avançará!

O general Costa Gomes, proferindo algumas declarações à sua chegada da Roménia

CONT. DA PAG. 1

Noutro passo da sua visita, o general Costa Gomes visitou uma importante fábrica de equipamento pesado cuja produção é na quase totalidade destinada à exportação, onde foi recebido entusiasticamente pelos operários. No mesmo dia, Costa Gomes visitou uma cooperativa agrícola, situada a cerca de 70 quilómetros de Bucareste. Aí, o Presidente Costa Gomes foi entusiasticamente recebido pelos 1600 operários agrícolas romenos que trabalham naquela cooperativa, que possui 6400 hectares, e uma das maiores da Roménia. O general Costa Gomes percorreu demoradamente a cooperativa, verificando os resultados de quando se cumpre a justa palavra de ordem «a terra a quem a trabalha».

No articulado deste importante tratado, as duas partes acordaram na cooperação nos domínios políticos, económico, tecnológico, científico e cultural, no estreitamento das relações de amizade e na co-

O general Costa Gomes, no final da sua visita convidou o presidente da República Socialista Romena a visitar o nosso País, convite esse que foi aceite.



**APRENDER
APRENDER
APRENDER SEMPRE**

LENINE

O catálogo das publicações da Editorial «Avante!» pode ser adquirido nos pavilhões da nossa editora na Feira Popular de Lisboa ou na Feira do Livro e ainda nos Centros de Trabalho do nosso Partido. Entretanto, quem estiver interessado poderá também escrever para a Editorial «Avante!» — Avenida Santos Dumont, 57 - 2.º, Dt.ª, Lisboa — e o catálogo ser-lhe-á enviado gratuitamente.

Sob o ponto de vista da planificação econômica, o ano de 1975 tem, para a Romênia, um duplo significado. Por um lado, como último ano do plano quinquenal de 1971-1975, é particularmente importante porque se aceleram os esforços dos trabalhadores a fim de realizarem as previsões do plano antes do fim deste ano. Por outro lado, 1975 é o ano de ligação com as previsões do plano quinquenal de 1976-1980, o qual marca uma etapa na nova e decisiva no desenvolvimento crescente da economia, na construção da sociedade socialista plenamente desenvolvida.

tor de primeiro plano, na evolução das forças produtivas, no progresso da nossa sociedade socialista. O nível previsto para a produção global industrial é de 582 a 591 bilhões de «lei», o que acentuará a posição predominante da indústria nacional, contribuirá para a sua estruturação em moldes cada vez mais modernos e para a promoção de tecnologias avançadas.

No conjunto, o aumento da produção industrial é de 15%. Vejamos alguns sectores da indústria em que se verificam crescimentos significativos da produção: indústria de energia eléctrica, 17%; indústria de construção, 17%; indústria de transformações de metais, 19,4%; indústria química, 29,1%.

produção de cerca de 480 kg de aço por habitante, nível que ultrapassa o que se verificou nestes últimos anos no Canadá, no Japão, na Suécia, na Alemanha, na Checoslováquia, etc. Níveis semelhantes aos de certos países avançados industrialmente, verificam-se, igualmente, na produção de fios e fibras químicas (8,1 kg/habitante), de tecidos (47,9 m²/hab.), e de calçado (4,8 pares/hab.).

A realização dos níveis previstos na produção industrial deste ano, baseiam-se na utilização das capacidades das fábricas existentes na produção, e assim se obterá um crescimento de cerca de 60% em relação a 1974.

Tem-se em particular atenção, os ramos da indústria em que se transformam as matérias-primas e materiais. Alguns exemplos: a indústria electrónica acusou um aumento de produção de 1,5%; a mecânica ligeira e a óptica, aumentou 2,3 e 1,3 de aumento no sector das construções navais, etc.

O crescimento da produção industrial, no próximo ano, será realizado nas condições de uma utilização intensiva e eficiente das matérias-primas e dos materiais de proveniência autônoma e dos provenientes da importação. Segundo as previsões do plano, registrar-se-á um crescimento substancial do grau de valorização dos recursos materiais. Serão consideradas os aumentos de produção em diversos ramos industriais: laminados finos de aço (+11,0 por cento); produtos químicos (+3,1%); lã (+6,8%); algodão e seus derivados (respectivamente +1,7 e 3,7%).

cíficos da produção no sector em que trabalha, como a exploração de máquinas e as instalações utilizadas.

As acções desenvolvidas para a intensificação da produção agrícola multiplicam-se e aplicam-se em todos os sectores socio-económicos deste sector. Cerca de 400 herdades estatais, que possuem mais de 2 milhões de hectares de terra e gado em abundância — sobretudo porcos e animais de capoeira — representam o sector de vanguarda no que diz respeito à organização da produção e do trabalho e têm por tarefa concorrer com uma forte contribuição para a produção de fútil de reserva do Estado e de assegurar as sementes, as plantações de árvores de frutos, e as vinhas e animais de boa raça para toda a agricultura, rompen-

As cooperativas agrícolas, em número de 4420, criadas pela associação de pequenos e médios camponeses, com o objetivo de aumentar a produção e de aumentar os seus rendimentos pessoais, representam o sector preponderante da agricultura. Possuem 8,8 milhões de hectares de terreno agrícola, satisfazem as necessidades de consumo dos seus membros e vendem ao Estado grandes quantidades de cereais, baterraba açucareira, legumes, frutos, carne, leite e outros produtos.

próximo plano quinenal é orientado no sentido de estimular os membros das cooperativas e os camponeses não associados nas cooperativas nas zonas montanhosas, para a criação de gado e o crescimento da produção de batatas, legumes, e frutos, domínio no qual as explorações pessoais têm uma parte relativamente importante.

O desenvolvimento da agricultura, baseado na identificação e no reforço da base técnica-material e em outras medidas estabelecidas para a intensificação e modernização dos métodos produtivos da agricultura, engendra-se

entre Portugal e a Rómnia. De salientar que ficou acordado que as entidades competentes dos dois países iniciassem o estudo de acordos relativos a importantes sectores de actividade na cooperação entre os dois países, nomeadamente no que toca aos aspectos económicos da dupla tributação, da flossitossanção, dos transportes rodoviários de passageiros e de mercadorias, da garantia de investimentos e capitais, agências noticiosas, rádio e televisão, organizações de jornalistas e inter-âmbio desportivo.

Após o Presidente Costa Gomes ter relatado o estado actual da situação política portuguesa, nomeadamente no que toca ao processo de descolonização, cujos passos decidiram as autoridades portuguesas o mais vivo apoio aos seus chefes de Estado manifestaram o desejo de se estabelecerem novas relações entre os Estados europeus e reconhecerem a importância fundamental da segurança e cooperação europeias.

Cooperação técnica e tratado de amizade

Os dois presidentes assinaram, no final das conversações, o protocolo de desenvolvimento da cooperação econômica e técnica entre os dois países, que refere a necessidade do estabelecimento de

Os dois presidentes assinaram ainda um importante documento em treze pontos, o tratado de amizade e cooperação, que salienta a necessidade da manutenção e fortalecimento de um clima de paz e segurança na Europa, o respeito pela Carta das Nações Unidas e por sistemas políticos, econômicos e sociais independentes, com visões



edições "a opinião" 2

Preço — 80\$00

Distribuição para os Centros de Trabalho do Partido
— Editorial «Avante!»

Pedidos à Editorial «Avante!», Avenida Santos
Mont, 7 2.º — Lisboa - 1.

Gracias a aplicação destas medidas e ao estímulo dado à criação de animais que nas unidades agrícolas socialistas, quer nas explorações individuais dos membros das cooperativas e nas propriedades individuais das zonas camponesas, o número de cabeças de gado, em relação ao existente em 31 de Dezembro de 1970, aumentou de 840 000 bovinos, 2 860 000 suínos e 737 000 ovinos.

Aumentar a produção de cereais: objectivo principal

Este ano, o objectivo principal na produção agrícola é de aumentar substancialmente a colheita de cereais visando-se alcançar 18 a 20 milhões de toneladas em média durante o período de 1976-1980, e nos últimos anos do próximo quinquénio, atingir pelo menos, uma tonelada por hectare.

**SEARA
NOVA**

N.º DE JUNHO

O MFA de Angola e a
Descolonização

Medicamentos ou Como
Negociar a Saúde

Leitura Política das
Elições

A Independência na Lei
Sobre as Causas da
Actual Situação Edu.
cativa

Uma Via Socialista Para
o Fascismo
etc.

Colaboração de A. Costa
Dias, Alexandre Ribeiro,
Albano Lima, António
Teodoro, Silveira Ra-
mos, Vasco Gomes

lada de cereais por habitante. Este objectivo condiciona a realização de outras tarefas no domínio da agricul-

O crescimento da produção gro-pecuária durante o próximo quinquenato baseia-se sobre a consolidação da base

são 6,8 milhões de hectares, regularizar-se-ão rios, o que contribuirá para uma melhor utilização do património no sector agrícola.

No domínio de utilização de produtos químicos, em correlação com acções de grande envergadura adoptadas para o desenvolvimento da indústria química em 1980, distribuir-se-á à agricultura mais de 3 milhões de toneladas de adubos, ou seja 250 e 280 kg por hectare de terra cultivável, de vinhas e pomares. E também grandes quan-

de máquinas representa um outro elemento importante que contribui para o crescimento da produção e da produtividade do trabalho. Paralelamente à construção de novos complexos e à modernização dos edifícios das explorações existentes, está em curso a aplicação de um vasto programa de melhoria de mais de 4 milhões de hectares de pastagens naturais que representam um importante recurso de forragem para os bovinos e ovinos. Prossegui-se a construção de fabricas de forragens combinadas de tal modo que até 1980 se possa assegurar anualmente, uma quantidade suficiente de forragens combinadas.

As cooperativas, sector preponderante da agricultura

O desenvolvimento da base técnica-material da agricultura conjuga-se com os esforços da investigação científica para a criação de novas variedades e de hibridos, tendo um potencial de produção elevado, para aperfeiçoamento das raças animal e a generalização na produção dos resultados da investigação.

Por conseguinte, aplicam-se medidas concretas para elevar o nível dos conhecimentos dos que trabalham na agricultura, de tal modo que cada trabalhador da herdade do Estado e cada membro das cooperativas conheça bem os problemas especiais

ALGUNS NÚMEROS

- O valor médio da produção anual na agricultura atingiu no período de 1970 - 1975, 94 bilhões de «leix», e no próximo quinquênio, 1976 - 1980, alcançará 133 bilhões de «leix».
- O aumento, média da produção agrícola anualmente em relação a alguns produtos, é o seguinte:
 - Cereais:
 - 15,8 milhões de toneladas (1971 - 1975);
 - 20 milhões de toneladas (1976 - 1980).
 - Beterraba açucareira:
 - 5,5 milhões de toneladas (1971 - 1975);
 - 9 milhões de toneladas (1976 - 1980).
 - Culturas hortícolas:
 - 2 900 000 toneladas (1971 - 1975);
 - 4 400 000 toneladas (1976 - 1980).
 - Carne:
 - 2 113 000 toneladas (em 1975);
 - 3 110 000 toneladas (em 1980).
 - Leite:
 - 52 milhões de hl (em 1975);
 - 86 milhões de hl (em 1980).
- As maiores colheitas da história do nosso País, foram obtidas em:
 - 1971, 1972, de cereais;
 - 1973, de legumes e de uvas.

Equipar-se-á a agricultura com mais tratores e mais diversificados: além dos de 40-45 CV, aparecerão os de 65 CV e de 180 CV, assim como diversos tipos de máquinas agrícolas. As instalações aperfeiçoadas de fabrico

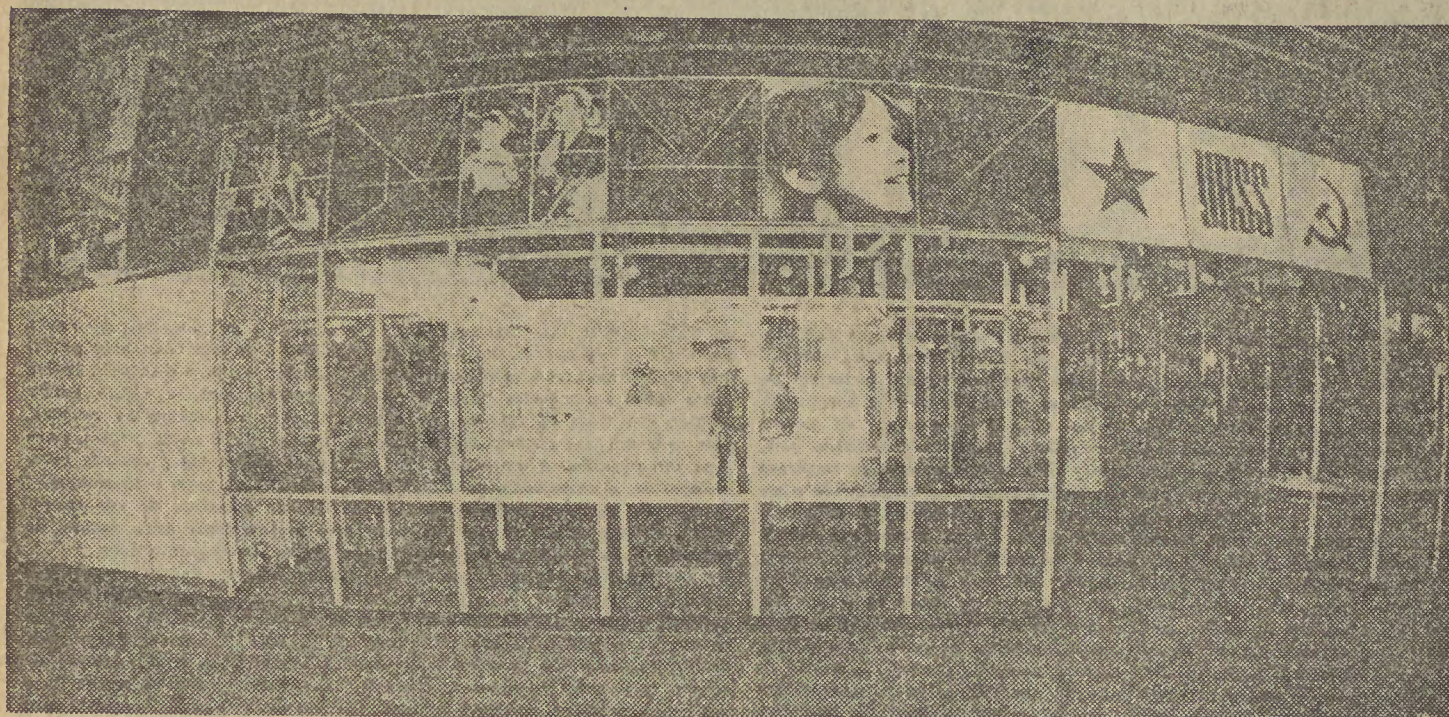
cíficos da produção no sector em que trabalha, como a exploração de máquinas e as instalações utilizadas.

As acções desenvolvidas para a intensificação da produção agrícola multiplicam-se e aplicam-se em todos os sectores socio-económicos do Estado. Por exemplo, as herdades estatais, que possuem mais de 2 milhões de hectares de terra e gado em abundância — sobretudo porcos e animais de capoeira — representam o sector de vanguarda no que diz respeito à intensificação da produção do trabalho e têm por tarefa concorrer com uma forte contribuição para a formação do fundo de reserva do Estado, e de assegurar as sementes, as plantações de árvores e frutíferas, as plantas e animais de boa raça para toda a agricultura camponesa.

As cooperativas agrícolas, em número de 4420, criadas pela associação de pequenos e médios camponeses, com o objetivo de aumentar a produção e de aumentar os seus rendimentos pessoais, representam o sector preponderante da agricultura. Possuem 8,8 milhões de hectares de terreno agrícola, satisfazem as necessidades de consumo dos seus membros e vendem ao Estado grandes quantidades de cereais, baterraba açucareira, legumes, frutos, carne, leite e outros produtos.

próximo plano quinenal é orientado no sentido de estimular os membros das cooperativas e os camponeses não associados nas cooperativas nas zonas montanhosas, para a criação de gado e o crescimento da produção de batatas, legumes, e frutos, domínio no qual as explorações pessoais têm uma parte relativamente importante.

O desenvolvimento da agricultura, baseado na identificação e reforço da base técnica-material e em outras medidas estabelecidas para a intensificação e modernização dos métodos produtivos da agricultura, engendra-se



O pavilhão da URSS na FIL

INTENSIFICA-SE A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

• Presença destacada de representações comerciais dos países socialistas na Feira Internacional de Lisboa

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o nosso país e a comunidade dos países socialistas, após o 25 de Abril, veio permitir o desenvolvimento de amplas relações económicas, culturais, científicas e humanas entre Portugal e os países socialistas, baseadas na reciprocidade de vantagens, e trazer a solução para alguns dos graves problemas deixados pelo regime fascista à economia portuguesa.

Os laços de amizade e cooperação que hoje ligam a República Portuguesa aos diversos países socialistas representam também um importante contributo para o desenvolvimento mundial e para a paz na Europa e no Mundo.

Prosseguindo na sua política de amizade e cooperação com os povos dos países socialistas, foram assinados, recentemente, vários acordos, nomeadamente com a Roménia, aquando da visita do general Costa Gomes a aquele país. Os três acordos dizem respeito à cooperação nos campos cultural, económico e técnico, e de amizade e cooperação.

Também com a Polónia foi há dias assinado um acordo de construção naval, o primeiro pacto pormenorizado complementar do acordo geral a longo prazo para a colaboração económica, científica, técnica e comercial, assinado entre os dois países em Maio último.

Por seu turno, a cooperação de Portugal com a RDA, segundo afirmou o dr. Gerhard Beil, ministro do Comércio Externo, renderá ao nosso país, só no campo da reparação dos primeiros navios provenientes da República Democrática Alemã, quatro milhões e meio de dólares, nos termos de um acordo de cooperação económica, técnica e científica entre os dois países. Esse acordo, o primeiro a nível governamental, foi precedido da assinatura de um outro, a longo prazo, celebrado em Lisboa a 25 de Janeiro do presente ano, que inclui a importação de vinho português e de têxteis por parte da RDA, fornecimento de máquinas agrícolas de todos os tipos a Portugal, e reforço dos contratos a nível da ciência e da técnica.

Nos termos deste acordo, serão importados pela RDA, em Agosto e Setembro deste ano, 200 000 hectolitros de vinho português. As relações entre Portugal e a União Soviética têm igualmente vindo a ser desenvolvidas no melhor espírito de cooperação, estando aquele país a importar os mais diversos produtos portugueses, nomeadamente vinho, calçado, amêndoa, cortiça, etc. Presentemente, encontra-se de visita a Portugal um missão económica da URSS que estabeleceu nas instalações da Câmara do Comércio Portuguesa — As-

sociação Comercial de Lisboa, contactos com empresas portuguesas interessadas no intercâmbio comercial entre os dois países.

Também estão de visita a Portugal missões comerciais da Bulgária e da Jugoslávia para darem a conhecer as potencialidades dos seus sectores de exportação e importação.

Dia da URSS

Na sequência da cooperação estabelecida com o bloco socialista, participam, este ano, na Feira Internacional de Lisboa (FIL) todos os países socialistas europeus e Cuba.

Anteontem, dia dedicado à União Soviética, realizou-se uma cerimónia simbólica e muito comvente, tendo sido tocado o hino soviético

e hasteada a bandeira daquele país, após o que o embaixador soviético Arnold Kalinine pronunciou algumas palavras relacionadas com a nova situação em que se realiza a FIL, pela primeira vez em liberdade. A originalidade deste certame — frisou — está bem expressa numa das suas palavras de ordem: «Com a Revolução Portuguesa, fraternidade com todos os povos».

Segundo afirmou, a União Soviética atribui uma grande importância ao desenvolvimento multilateral das relações com o nosso país, sendo a sua intenção, com a participação na FIL, dar a conhecer as empresas e organizações comerciais portuguesas, e os produtos com que queremos e podemos pagar as mercadorias portu-

guesas que amplamente compramos.

A nossa frente — disse a terminar — encontramos, temos a certeza, novos acordos do interesse de Portugal revolucionário e do primeiro país socialista do Mundo, no interesse da paz e da colaboração entre os povos do Mundo.

Presentes à cerimónia vários membros do Governo, nomeadamente o ministro dos Transportes, os secretários de Estado do Trabalho, do Emprego, da Marinha Mercante, o governador civil de Lisboa, vários representantes do Fundo de Fomento da Exportação, bem como os camaradas do Comité Central do PCP Dias Lourenço, Octávio Pato e Aurélio Santos, para além do corpo diplomático soviético.

AS AUTARQUIAS LOCAIS AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

—entrevista com o camarada Teixeira de Sousa presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar

Em regiões onde a organização de classe se encontra ainda em estado embrionário, particularmente no Norte e interior do País, as autarquias locais são ainda um veículo da reacção, são ainda uma alavanca do poder de caciques locais.

Importa, pois, dinamizar o aparelho administrativo pondo-o ao serviço da revolução. Importa democratizá-lo e torná-lo um eficiente meio de dinamização económica e social, sem o que não será possível a participação das potencialidades criadoras da população na revolução em curso.

E isto é possível. Exemplo disso é o que se tem feito em Gondomar, nesse mesmo Norte de condições mais difíceis.

Para nos dar conta das realidades deste concelho, falamos com o dr. Teixeira de Sousa, um dos poucos comunistas presidente de uma comissão administrativa.

Muitas e difíceis questões veio encontrar esta comissão administrativa de um dos maiores concelhos do distrito do Porto, como seja a água, os acessos, o problema sanitário, o problema habitacional, as construções clandestinas, as escolas e os transportes.

Organizar as populações

Depois de nos fazer uma longa análise dessa situação que considera nada optimista, mas que não pode conduzir a uma situação de pessimismo, o camarada Teixeira de Sousa adiantou:

—As dificuldades que se depararam à comissão administrativa — herança dos 48 anos fascistas — são enormes; à primeira observação inultrapassáveis. Mas não pensamos que assim seja.

Se é certo que o concelho não pode contar com uma total contribuição do Poder Central, dadas as más condições económicas nacionais, algo de precioso já se obteve e estão em marcha comparticipações que nos levam a com-

bater o pessimismo. Tal pessimismo, se existisse, seria relegado ao depauperamento com a espantosa receptividade da parte das populações.

O nosso apelo, a nossa dinamização no sentido de se elegem comissões de moradores ultrapassou todas as previsões. As populações do concelho estão absolutamente conscientes da extrema importância que tem o Movimento Popular na construção do Portugal Socialista.

Especificando como se tem processado esse movimento popular, apontou, referindo alguns exemplos:

—Neste momento estamos a trabalhar em estreita colaboração com mais de 80 comissões de moradores viradas para a resolução de graves problemas que afligem o concelho:

—Abertura ou alargamento de acessos para ligar lugares isolados. Exploração e condução de água para zonas isoladas e desprovidas de tão precioso líquido. Contribuição para a instalação de luz pública em locais às escuras. Arranjo de escolas. Adaptação de terrenos a parques infantis nas escolas. Ocupações e arranjos de prédios em ruínas e abandonados para neles funcionarem creches, postos clínicos, centros de alfabetização, etc.

Seja-nos permitido aqui salientar a nossa estranheza pela reacção de determinado sector minoritário da freguesia de Fânzeres, contra a ocupação do prédio da freguesia, antiga residência do pároco, que estava desocupado há dois anos e que a reacção pretendia demolir para o terreno ser convertido num parque de estacionamento para os carros dos bens instalados economicamente.

Salientamos ainda a bela arrancada em S. Pedro da Cova com a ocupação das instalações da Companhia das Minas de S. Pedro da Cova. O império da Mina, responsável por inúmeros crimes, em largas dezenas de actividade criminosas, patrocinada pelos governos até ao seu encerramento em 1970, ruína para bem do povo da freguesia.

Péssimas condições de trabalho e de assistência médica mataram um grande número de mineiros. Altamente explorado, o mineiro fugia ao regime escravagista lá implantado ou ia para greves reivindicativas. Porém, o patrão, com a cumplicidade do Poder Central ou mobilização obrigatória dos mineiros ou os reprimia brutalmente com a intervenção da PIDE/DGS.

O Centro Revolucionário Mineiro, eleito em plenário com vários milhares de habitantes propõe-se meter om-

bro à dignificação da população.

As minas não estão esgotadas, a sua rentabilidade parece evidente — até o expatriado o declarou — e nesta época em que estamos empenhados na Batalha da Produção, poderemos assistir ao novo funcionamento da Mina em condições de humanidade.

De facto, conforme se depreende das considerações anteriores, a organização das populações do concelho num amplo movimento de massas, precursor do movimento revolucionário popular tem sido a pedra basilar e orientadora de toda a acção da Comissão Administrativa.

—Favorecer a organização dos trabalhadores dos sectores de actividade da câmara no sentido de se estreitar uma íntima colaboração com a Comissão Administrativa e de lutar pelos seus legítimos interesses — frisou seguidamente. E prosseguiu:

Salienta-se aqui a magnífica colaboração prestada pela Comissão de Trabalhadores da Câmara na preparação da última recepção à camarada Valentina Tereshkova à nossa Câmara. Tal contribuição não passou despercebida à camarada Valentina que me pediu fosse intérprete junto da Comissão dos seus agradecimentos.

No seguimento deste diálogo levantámos uma última questão ao camarada Teixeira de Sousa acerca de como deverá ser orientada uma administração local e quais os objectivos que lhe deverão estar inerentes.

—As Juntas de Freguesia

APOIO AO MFA NOS AÇORES

Ponta Delgada, que ainda há pouco tempo foi cenário de manobras contra-revolucionárias, assistiu, na segunda-feira passada, a uma grandiosa manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas, numa firme resposta às intenções dos grandes latifundiários e separatistas que actuam naquela região.

A manifestação, que congregou cerca de quatro mil pessoas, foi convocada pelos partidos progressistas da ilha (PCP, MDP, MES e PS) e a participação da população açoriana provou que as manobras que se pretendem levar a cabo não terão possibilidade de passar naquele arquipélago. Os manifestantes transportavam inúmeras bandeiras nacionais e cartazes onde se podia ler: Socialismo sim, separatismo não; Para bater a reacção apoio ao MFA; Unidade democrá-

tica — Vigilância popular e

anda Açores são Portugal. É de salientar que grande parte da propaganda que antecedeu a manifestação foi feita por camaradas nossos de Ponta Delgada, que mais uma vez, como já o tinham feito nas difíceis horas dos dias 6 e 7 de Junho, mostraram a sua abnegação na luta contra a reacção e na mobilização das massas populares em defesa da revolução.

A reacção não passará, importando, agora, que sejam levadas para a frente as medidas que resolvam os graves problemas dos trabalhadores e dos pequenos e médios rendeiros, lavradores e camponeses dos Açores, em especial no que se refere à aplicação da lei do arrendamento rural naquele arquipélago, posição que o nosso Partido sempre tem defendido.

DISTRITO DE SANTARÉM

SITUAÇÃO ECONÓMICA DIFÍCIL E ESCALADA DOS REACCIÓNÁRIOS

A situação política e económica nacional, com particular incidência no distrito de Santarém, foi abordada num recente comunicado da Comissão Distrital do nosso Partido.

Depois de alertar contra «as manobras reacçãoárias surgidas nos mais variados

quadrantes e nos mais variados sectores, nomeadamente as investidas no sentido de dividir os trabalhadores nas empresas e nos sindicatos», o comunicado chama a atenção para a realização no distrito de «numerosas reuniões de elementos reacçãoários ou ligados a sectores potencialmente reacçãoários» e para «as agressões ideológicas reacçãoárias feitas através dos mais variados meios, nomeadamente pela utilização da Imprensa Regional».

Acerca da situação económica, o documento afirma: «É preocupante para a Comissão Distrital de Santarém do Partido Comunista Português o panorama da nossa economia. A par das medidas revolucionárias, tonadas pelo Conselho da Revolução e Governo Provisório, surgem na região factores de perturbação e de travão ao desenvolvimento do processo revolucionário.

É o que sucede, nomeadamente, quanto às incidências do comércio externo. No distrito de Santarém é particularmente sentida a falta de medidas protectoras e de apoio, relativamente às indústrias de cortumes, de que se importam anualmente milhares de contos do estrangeiro em mercadorias de fácil produção no nosso País. Mas também a fabricação de máquinas para a construção civil, é exemplo a Casa Nery e a Cooperativa do Povo, ambas de Torres Novas, não têm ao nível do comércio externo, as medidas protectoras mais eficazes. De facto são importadas máquinas que se produzem no distrito, enquanto aqui os «stoks» se acumulam pondo em risco a segurança de emprego de centenas de operários.

Mas não é só neste aspecto e nestes sectores que a situação económica se torna apreensiva. Também na indústria têxtil, com largas tradições no distrito, na do papel, na construção civil e muitas outras se levantam apreensões quanto ao seu futuro próximo. Apreensiva também é a situação da in-

dústria ligada à agricultura, exemplo da Inter-Agro, concelho do Cartaxo, dependentes do estrangeiro, para onde enviamos matéria-prima que voltamos a importar depois de valorizar com incorporação de mão-de-obra, incorporação essa que sem grande dificuldade pode ser feita com mão-de-obra nacional se se adaptaram empresas para actividade de ponta (exemplo da Compal — grupo CUF — que pode ser adaptada para o efeito).

O problema do vinho e seu escoamento é também uma situação da máxima importância que só poderá ser resolvido com medidas revolucionárias.

O problema do desemprego, que se manifesta na agricultura e em certos sectores da indústria é também motivo de apreensão para a Comissão Distrital de Santarém.

E o comunicado termina: Face a toda esta situação, pensa a Comissão Distrital de Santarém do PCP que é neste momento fundamental reforçar a aliança POVO-MFA mobilizando-se todos os esforços para que o caminho para o socialismo seja concretizado a todos os níveis, desde a batalha da produção, com os seus diversos aspectos, até à constituição de largas comissões locais e de empresa para resolução dos problemas concretos. A população trabalhadora do nosso distrito, os operários agrícolas e industriais, os pequenos e médios camponeses, os sectores da pequena burguesia urbana, os sectores antimonopolistas da média burguesia, os estudantes e intelectuais progressistas deverão desempenhar no processo revolucionário um papel preponderante.

A Comissão Distrital de Santarém do PCP, apesar de todos os entraves, deposita toda a confiança no processo revolucionário em curso, comprometendo-se firmemente a levar à prática todas as medidas que ponham o nosso País, no caminho do socialismo, pelo fim da exploração do homem pelo homem.

A CONSTITUIÇÃO DE NOVA COMISSÃO ADMINISTRATIVA NA CÂMARA DO PORTO

Logo após a decisão do Ministério da Administração Interna de nomear uma equipa militar para presidir à Câmara Municipal do Porto, a Comissão Distrital do Porto do Partido Comunista Português publicou um comunicado em que, a este respeito, afirmava:

«É uma medida que certamente permitirá aplanar as dificuldades surgidas entre as forças políticas e pôr fim a atrasos e delongas injustificáveis, abrindo caminho rápido a uma administração municipal democrática e eficaz na defesa dos interesses da população da cidade».

Num momento em que decorrem negociações entre o PCP, o MDP/CDE, o PS e o PPD, com vista à constituição de uma nova Comissão Administrativa, a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP vem reafirmar, através dum documento recentemente divulgado, a posição assumida nesse comunicado.

Assim, refere este documento: A Comissão Administrativa anteriormente existente revelou-se incapaz de proceder a uma administração dinâmica e de acordo com os interesses da população. A nomeação da actual equipa militar permitiu vencer essa fase de estagnação e constituiu um importante passo em frente.

Em seguida, adianta a DORN: Nas negociações em curso o PCP não aceitará soluções que traduzam no restabelecimento de uma Comissão Administrativa idêntica à anterior.

Participando nas negociações, o PCP propõe uma solução que tenha em conta, por um lado, o avanço do processo revolucionário do nosso país, por outro lado o trabalho que está a ser realizado pela actual equipa militar da Câmara Municipal do Porto em estreita colaboração com as comissões de moradores, juntas de freguesia e toda a população, na defesa dos seus interesses. Uma nova Comissão Administrativa que, pela sua constituição, não dê garantias de prosseguir este trabalho, não poderá ser aceite pelo Partido Comunista Português.

A terminar, esclarece a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido:

O PCP sempre defendeu uma política municipal que rompa definitivamente com o passado fascista, que abra novas perspectivas, que encare com dinamismo e eficácia a solução dos problemas de toda a população e em especial dos sectores mais desfavorecidos. Nesse sentido se estão a dar actualmente passos importantes. O povo do Porto tem esperança em que esse processo revolucionário continue. A DORN do PCP não fará que o ponha em causa, e espera que as outras forças políticas a saibam compreender e não o obstaculizem.

SÉRGIO RIBEIRO

SOBRE O COMUNISMO

Preço: 40\$00

MORAES editores

• O Presidente da República, general Costa Gomes, deslocar-se-á em visita à União Soviética, no próximo Outono.

• A FIL-16 — uma Feira Internacional de Lisboa nova, pensada e criada pelos trabalhadores, sob o lema «Com a Revolução Portuguesa — Fraternidade com todos os povos do Mundo», tem, pela primeira vez, representadas pequenas e médias empresas portuguesas e sete países socialistas, com particular destaque para a URSS e a Polónia, a Argélia e Moçambique.

• Não foi admitida caução aos membros da família Espírito Santo, presos sob a acusação de delitos contra a economia nacional e exportação ilegal de capitais.

• Trinta e quatro mil postos de trabalho, de duração calculada entre seis e dezoito meses, ficarão assegurados através da realização de empreendimentos públicos no valor de oito milhões e 200 mil contos que constam da primeira lista elaborada pela Comissão Executiva Permanente do Programa Nacional de Emprego. Os empreendimentos distribuem-se pelos sectores de construções escolares, construções hospitalares, electrificação rural, habitação, saneamento básico e transportes e comunicações.

• Visando ainda incentivar a criação de novos postos de trabalho «está em preparação um esquema geral de incentivos e apoios» a novos projectos de investimentos de iniciativa privada, nomeadamente de pequenos e médios empresários e cooperativas de produção. No mesmo sentido foi proposto pela Comissão Executiva Permanente o financiamento excepcional a 100 por cento dos projectos das autarquias locais.

• «O Povo Português tem o direito de escolher o seu futuro sem qualquer interferência externa», afirmou o camarada Janos Kadar, secretário-geral do Partido Comunista Húngaro, ao expressar, num discurso pronunciado em Dunajvaros, a sua solidariedade com a luta revolucionária do nosso Partido, e a sua oposição a qualquer interferência estrangeira nos assuntos internos portugueses.

• Em entrevista concedida ao diário búlgaro «Trud», o camarada Alvaro Cunhal afirmou que as questões da adesão portuguesa à NATO e as bases norte-americanas nos Açores não deveriam ser discutidas isoladamente, mas no contexto dos problemas europeus, da segurança europeia e da cooperação entre países de sistemas sociais diferentes.

• Os Partidos Comunistas do Luxemburgo, Líbano e da Noruega expressaram a sua solidariedade com o nosso Partido, em declarações dos respectivos secretários-gerais e em comunicados distribuídos à imprensa.

• Está a ser estudada a concessão de subsídios para a protecção da indústria de bordados da Madeira e ao fomento de constituição de cooperativas. Os montantes dos subsídios foram, respectivamente, pelos 20 000 contos e pelos 30 000 contos.

• Em conversações efectuadas por uma delegação portuguesa e uma delegação francesa no âmbito da comissão mista para aplicação dos acordos de segurança social entre Portugal e a França, foi decidido aumentar os abonos de família pagos em Portugal aos filhos dos trabalhadores, emigrantes portugueses em França.

• A Junta Patriótica Portuguesa, movimento de unidade democrática com sede na Venezuela, em Caracas, decidiu apoiar a candidatura do MFA ao Prémio Nobel da Paz, proposta pela Comissão Central do MDP/CDE.

• Numa experiência da necessária divulgação das mais diversas formas de cultura entre as massas trabalhadoras, de que o fascismo sempre se esforçou por as manter arredadas, foram interpretadas pela Orquestra da Gulbenkian, para os operários da Fábrica de Contraplacado Seicla, obras de Beethoven, Vivaldi e Frederico de Freitas.

• Encontra-se em Portugal uma delegação soviética que representa a Inturist e a Direcção Central do Turismo Estrangeiro, adjunta ao Conselho de Ministros da URSS. A delegação soviética contactou com representantes das agências de viagens portuguesas, no primeiro encontro entre os dois países no que respeita a relações turísticas, no intuito de fomentar o turismo português na União Soviética.

• Está em curso, no Algarve, a execução de um Plano de Aquisição de Habitações, no âmbito do qual se encontram em construção 342 fogos. O programa está a ser concretizado pelo Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

• Em artigo denunciando as tentativas de ingerência do mundo capitalista nos assuntos internos do nosso país, o «Rude Pravo», de Praga, afirma: «Na última reunião da NATO, tornou-se evidente que os Estados Unidos e outros Estados capitalistas querem aproveitar todos os meios para exercer pressões sobre o Governo Português, que desenvolve uma política de transformações democráticas.»

• Neste momento, em Moçambique, todos os grupos dinamizadores e toda a população se encontram empenhados na preparação dos festejos da Independência, que decorrerão de 21 a 29 deste mês. Entretanto, em Lisboa, a independência de Moçambique também será comemorada. Por iniciativa da Associação Portugal-Moçambique, estão previstas várias iniciativas, nomeadamente a apresentação de uma representação teatral e um comício a realizar na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

• Reafirmando a posição de desconfiança e de hostilidade do mundo capitalista em relação à revolução portuguesa, o presidente americano Ford afirmou, em entrevista ao «L'Express», referindo-se ao nosso país: «Pretendemos que ali haja democracia e não estou tão encorajado quanto gostaria de estar sobre a atitude do Governo.» Quanto às relações económicas entre os dois países, que pelos vistos continua a considerar condicionadas, Ford afirmou: «Gostaríamos de ajudar, mas temos de ter, digamos, uma atitude mais decidida na direcção da democracia antes de podermos fazer o que gostaríamos de fazer.» A que género de democracia se refere o sr. Ford?

• Dentro da mesma linha de raciocínio, o comissário da CEE, Henry Simonet, afirmou que os nove países do Mercado Comum devem prometer auxílio económico a Portugal, em gesto politicamente motivado.

• Em conferência de imprensa na FIL, o secretário de Estado do Comércio Externo da RDA, que se encontra à frente da delegação do seu país em Portugal, anunciou a compra, pela RDA, de 20 mil hectolitros de vinho e a reparação de oito navios da frota daquele país nos estaleiros da Lisnave e da Setenave, no valor de cerca de 108 mil contos.

• Para reestruturação, por forma a colocá-la ao serviço da Revolução e das classes trabalhadoras, foi encerrada temporariamente a Academia Militar. Estão formados grupos de trabalho, que se debruçarão sobre todo o funcionamento da Academia: cursos, condições de admissão de alunos, reestruturação orgânica, dinamização política e cultural, etc.

• O jornal oficial do Peru «El Peruano», insere nas suas páginas um artigo referente a Portugal, em que se afirma: «As Forças Armadas e o Povo de Portugal, realizam uma revolução popular que constitui um novo movimento de libertação nacional no mundo para acabar com as velhas estruturas de opressão e de dependência.»

informação

Os atrasos do saneamento no serviço diplomático

A intensidade da campanha de calúnias promovida contra a Revolução portuguesa em vários países aumentou nas últimas semanas. O Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, revelou, no seu regresso de Bruxelas, factos graves relacionados com a deturpação intencional da imagem do processo revolucionário. A visita a Paris, do Presidente da República, permitiu também confirmar que partidos e forças políticas europeias continuam empenhados em confundir a opinião pública dos seus países no tocante à situação existente em Portugal. Até órgãos oficiais de Informação colaboram nessa campanha. É significativo que a televisão francesa, depois de transmitir uma brevíssima entrevista com o general Costa Gomes tenha, imediatamente depois, dedicado quatro ou cinco vezes mais tempo a uma entrevista com o ex-general Spínola. Essa atitude, por envolver uma descortesia diplomática, suscitou, aliás, justas críticas dos meios progressistas franceses. Sendo o general Costa Gomes um convidado oficial do Governo de Paris, estranhou-se, com caradas de razão, que a sua palavra, como Presidente do Portugal livre, tenha merecido menos crédito na televisão francesa do que as opiniões e intrigas de um traídor.

É verdade que alguns partidos sociais-democratas europeus se lançaram numa ofensiva sistemática contra a Revolução portuguesa. Mas é também verdade que, salvo raras excepções, a passividade das embaixadas e consulados portugueses diante da campanha reaccionária contra Portugal continua a ser um facto. O serviço diplomático reflete os erros e o atraso de um saneamento superficial. Antes do 25 de Abril os senhores embaixadores e cônsules desenvolviam intensa actividade, bombardeando os órgãos de Informação com notas e desmentidos em que faziam a apologia do fascismo e do colonialismo. Agora, de modo geral, acham que não lhes compete defender a Revolução de ataques e calúnias.

É natural. Numerosos membros do serviço diplomático não escondem a sua simpatia pelo regime derrubado a 25 de Abril. E os repetidos relatórios e protestos da emigração não mereceram até ao 11 de Março a menor atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Eram simplesmente ignorados.

Esperase, agora, que essa situação mude. Mas para isso é necessário que o saneamento seja encetado sob uma nova perspectiva. É preciso que mereçam atenção factos como aqueles que constam de uma carta enviada ao cônsul em Versalhes pela secção de Arpejon da Associação dos Ori-



ginários de Portugal. Nesse documento revela-se, por exemplo, que o cônsul não se deu sequer ao trabalho de convocar os portugueses de Arpejon para a recepção conjunta ao general Costa Gomes. Não é de estranhar. O cônsul em Junho de 1973 defendia calorosamente a guerra colonial e o governo fascista de Caetano e combatia todas as iniciativas antifascistas dos democratas portugueses. Hoje é o representante da revolução portuguesa em Versalhes. No Consulado há funcionários que proclamam com arrogância que preferem «o fascismo à actual democracia» e que «o governo de Caetano era muito melhor do que o actual». E, portanto, correcta a atitude assumida pelos trabalhadores portugueses de Arpejon ao exigirem o saneamento de um cônsul que se comporta como um adversário da Revolução.

É um caso igual a muitos outros. No Brasil, por exemplo, o saneamento foi tão superficial como em França. O novo adido cultural da Embaixada, Paulo de Castro, tem-se destacado pela sua política partidária. Não faz nada para combater a fanática campanha de calúnias contra Portugal. Prefere fazer a apologia da «elite cultural» portuguesa, apresentando-a como «garantia do processo português no sentido democrático, socializante, pluralista». «É o que pensamos — afirmou em Porto Alegre — homens como eu, que lutaram contra o sistema passado e querem para o seu país o Estado jurídico, que tem de ser o mesmo tempo o Estado de justiça, como afirmou o ministro Salgado Zenha.» O sr. Paulo de Castro está preocupado com o papel das elites e com citações do dr. Salgado Zenha, mas não com o papel dos trabalhadores, do movimento popular de massas. O MFA é alvo de insultos diários dos órgãos de Informação brasileiros. Mas o seu papel e a sua defesa não mereceram uma referência a um adido cultural para quem, «no plano exterior a pedra angular da nossa diplomacia são as boas relações com o Brasil, que felizmente estão no melhor nível de compreensão e fraternidade». E acrescentou: «Para isso muito contribuíram o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, S. Ex.º o chanceler do Brasil, Azeredo Silveira, e o embaixador de Portugal em Brasília, Vasco Futscher.»

Enquanto no serviço diplomático houver homens que consideram «a pedra angular da nossa diplomacia» as boas relações com a ditadura brasileira e substituem a defesa da Revolução pelo elogio pessoal e a propaganda partidária, o Ministério dos Negócios Estrangeiros não poderá cumprir tarefas fundamentais.

Exemplos como os citados justificam o apelo do Conselho da Informação para que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de um melhor esclarecimento da verdadeira situação do País junto dos emigrantes e da opinião pública estrangeira.

Duas concepções de jornalismo

O «Izvestia», órgão do Governo da União Soviética, voltou a inserir nas suas páginas um importante artigo sobre a actual situação política em Portugal.

«O novo Portugal democrático tem pouco mais de 400 dias de idade. Isto é suficiente para provar a vitalidade de um sistema originado pela revolução de 25 de Abril e a força da aliança do Povo com o Movimento das Forças Armadas — afirma o articulista do «Izvestia», numa análise global dos progressos obtidos pela nossa revolução. Prosseguindo, o diário soviético salienta:

«Uma forte unidade do povo trabalhador — os combatentes por um novo Portugal democrático — está a ser forjada no País, no processo de uma difícil reorganização da sociedade e as odiosas intrigas dos revisionistas estão a ser rejeitadas.» O «Izvestia» prossegue, afirmando:

«As actividades subversivas dos contra-revolucionários internos e externos opõem o Povo e a sua unidade com o Movimento das Forças Armadas, a sua solidariedade em apoio do programa baseado em ideais socialistas. A luta para fortalecer a unidade do povo trabalhador, para aumentar a consciência de classe de camponeses e operários é um factor da maior importância para uma conclusão com êxito da revolução popular.

«Sem poupar esforços nesta luta está a vanguarda do povo trabalhador — o Partido Comunista Português — endurecido em meio século de actividades clandestinas, que trabalha persistentemente para a concretização das reformas progressistas elaboradas pelo Programa do Movimento das Forças Armadas e se mantém firmemente nas posições de luta pela unidade do movimento da classe trabalhadora.»

Comentando, em seguida, a posição assumida pelos dirigentes do Partido Socialista Português face à situação gerada e empoçada deliberadamente por este Partido, em torno do jornal «Repúblicas», o «Izvestia» salienta que apesar de o conflito se manter e de o diário voltar a ser publicado dentro de alguns dias, «o dano ao país já foi causado pela clamorosa campanha desencadeada pelos dirigentes do Partido Socialista e os danos não podem ser cancelados».

E o «Izvestia» observa:

«Mário Soares poderia atentar no seguinte pensamento: porque será que ele agora anda nos cabeçalhos dos jornais e não durante os anos de luta contra a ditadura de Salazar e Caetano?

«A resposta é simples e lamentável. Os dirigentes do Partido Socialista Português estão coroados de louros porque põem mais energia e dão mais atenção aos ataques contra o Partido Comunista do que às outras actividades.»

A imprensa dos países socialistas, em particular a imprensa soviética, tem-se distinguido pela objectividade e seriedade com que se tem referido à evolução da situação política no nosso país. A solidarie-

riedade que hoje manifesta à luta do povo português por uma vida melhor, não nasceu aliás com os alvares do 25 de Abril. Data também da dura e difícil batalha empreendida contra o regime terrorista de Salazar e Caetano, batalha que criou as condições para o amadurecimento da queda do fascismo. Então, quando a imprensa do mundo capitalista, nas raras vezes que se referia ao nosso desprezado país, o fazia para falar da «estabilidade», da «segurança» que se respirava nas ruas da nossa terra (possivelmente a pensar na estabilidade e segurança que encontravam cá os interesses das grandes multinacionais), a imprensa do mundo socialista referia-se à luta antifascista com a solidariedade e o respeito só possível da parte de quem sente de facto os problemas e a importância decisiva dos que se batem pela liberdade. Hoje, os acontecimentos que ocorrem no nosso país vêm nos cabeçalhos das primeiras páginas dos jornais de todo o mundo. Pode afirmar-se sem margem de dúvida que deixámos de ser os «esquecidos». Hoje, dificilmente alguém fala de nós, como se de uma província de Espanha se tratasse. Estamos em crer que muitos jornalistas actualizaram finalmente os seus débeis conhecimentos de geografia. Mas nem todos esses cabeçalhos nas primeiras páginas revelam um mínimo de objectividade sobre a revolução portuguesa. Antes pelo contrário. A imprensa burguesa, que se tornou pródiga no espaço dedicado ao nosso país, éo igualmente nas falsificações e insultos e mesmo na provocação contra o nosso processo revolucionário. Não a impressionavam as chacinhas coloniais, o terror e a miséria em Portugal. Em contrapartida, revela uma sensibilidade incomparavelmente mais acentuada para com a sorte dos monopolistas, para com a sorte de uma «liberdade» e de uma «democracia» talhada para a defesa desses interesses alheios aos do povo português, «democracia» e «liberdade» bem nossas conhecidas e que sem dúvida alguma (nisto podemos considerar-nos de acordo) sofrem um perigo de morte no nosso país. Preferimos a liberdade e a democracia para o povo português.

Quem se divorciou?

O deputado Lopes Cardoso, presidente do Grupo Parlamentar Socialista na Constituinte, tem-se destacado em São Bento por uma série de intervenções reveladoras da posição hostil do seu partido relativamente ao processo revolucionário e da pretensão de transformar aquela Assembleia num Parlamento burguês tradicional. Mas não lhe basta, pelo visto, a tribuna da Constituinte para expor teses eleitoralistas que subordinam o futuro da Revolução à aritmética do voto. O deputado Lopes Cardoso entendeu ser necessário expor com mais clareza as suas opiniões políticas durante um encontro com correligionários seus da indústria de electricidade. «Somos — disse — a única força capaz de se opor aos desvios que se têm verificado para a imposição de um regime ditatorial. A «única força» a que aludo nessa alarmança previsão é, evidentemente, o Partido Socialista.» Em Portugal tudo dependia do PS, desde a criação de fórmulas novas de organização da sociedade à salvação da democracia, ameaçada pelos «desvios» que visam impor o tal regime ditatorial.

Talvez por se ter apercebido da confusão que as suas palavras provocavam, considerou o deputado Lopes Cardoso, no entanto, necessário esclarecer que alguns membros do Governo e do Conselho da Revolução manifestam comunhão com os órgãos de Informação tratam de desmobilizar as massas populares que estão cada vez mais céticas em relação ao futuro do País. O caso do «República», como era de esperar, veio à baila e foi relacionado com a «desmobilização». «É cada vez maior o divórcio entre o Povo e o MFA — afirmou — por mais que se grite este chavão.» E concluiu que a responsabilidade pelo dito «divórcio» não cabe ao PS, mas sim aqueles que «pretendem instrumentalizar as massas trabalhadoras para uma política que não é, ou pelo menos não foi escolhida pelo povo».

Esqueça-se o recorte da última frase que a torna ininteligível. Do que sobra depreende-se que, na opinião do deputado Lopes Cardoso:

- 1 — O País está sob a ameaça de uma ditadura;
- 2 — Só o Partido Socialista pode impedir essa ditadura;
- 3 — A aliança Povo-MFA não existe mais;
- 4 — Existe uma conspiração para desmobilizar as massas, na qual participam membros do Governo e do Conselho da Revolução em conluio com os órgãos de Informação;
- 5 — O povo não acredita no futuro da Revolução.

São afirmações muito graves. São afirmações tão ridículas, tão falsas que parecem extraídas de um dos muitos órgãos de Informação europeus empenhados numa campanha de calúnias contra a Revolução portuguesa. O tom, o estilo, o conteúdo, a fantasia, o objectivo são os mesmos a que recorrem os porta-vozes da social-democracia europeia, o «New York Times» ou o «Figaro». E, contudo, essas declarações foram feitas por um destacado dirigente do Partido Socialista. Contem, certamente, com a concordância do Partido Socialista, exprimem a sua visão da Revolução portuguesa. O que nos dá uma imagem da tática e dos desejos da direcção do Partido Socialista e do divórcio existente entre ele e as massas, entre ele e o MFA.

«Nós e a Revolução»

Sob o título «Nós e a Revolução», o último número do Boletim Informativo do MFA publicou o editorial que abaixo transcrevemos:

«O processo revolucionário em curso não é propriedade de nenhum partido político, nem sequer do MFA. O processo revolucionário terá de ser principalmente obra das massas populares e não se poderá compadecer com políticas partidárias que não sobreponham o interesse nacional aos interesses dos partidos.

Vale a pena, num momento em que o processo revolucionário se afirma, e por esse facto engendra novas contradições, vale a pena lembrar este pedaço da mensagem do Conselho da Revolução aos trabalhadores portugueses. Porque o socialismo exige uma real participação popular em todos os escalões de decisão; porque uma sociedade que se pretende de quem detém a responsabilidade do Poder (seja em que grau for) uma ligação permanente às massas, uma compreensão perfeita das suas ideias e necessidades e o estabelecimento de discussões democráticas, de formas de controlo popular que sejam o necessário contrapeso da disciplina e autoridade necessárias a um regime que inicia, num país de características subdesenvolvidas, a marcha para o socialismo.

Na fase actual da revolução portuguesa parece claramente compreensível a necessidade de uma sólida disciplina para arrancar o país do atraso legado pelo fascismo, sobretudo porque é preciso sair depressa desse estado de atraso. Mas essa necessidade de disciplina não é contraditória com a necessidade da participação das massas populares na elaboração das decisões. Sobre tudo quando uma batalha da produção está em curso e é vital para o futuro da democracia socialista, o reforço da disciplina colectiva só será possível através da participação consciente dos trabalhadores nas tarefas da revolução. O avanço da consciência política das massas pressupõe o estabelecimento de discussões democráticas e todos os níveis dos órgãos de participação popular e das unidades de produção.

Uma discussão aberta a todos, no seio dos sindicatos, das comissões

de trabalhadores, das comissões de moradores e dos conselhos de aldeia nascentes — não apenas dos planos de produção e da sua orientação global mas também da organização quotidiana do trabalho —, uma discussão aberta sobre todas as questões da vida colectiva poderia levar a algum tempo perdido em troca de opiniões. Mas seria fútil em melhorias valiosas, pois cada um terá decerto algo a dizer de muito útil. E daria origem, para citar um estudioso e um conhecedor na prática de muitos processos revolucionários, a consciência absolutamente insubstituível para o trabalhador: de que ele participa realmente na gestão da sua empresa, da sua cooperação, da sua aldeia, de que ele contribui pessoalmente para decidir da natureza e da qualidade do seu trabalho e das tarefas colectivas.

A revolução não é apenas um jogo de palavreado revolucionário, é a capacidade de actuar de forma revolucionária — e isso nem sempre exige palavras sonoras. O revolucionário verdadeiro cuida sobretudo da ligação da prática à teoria, da sua capacidade de se ligar às massas e aos seus problemas reais, sob pena de criar uma realidade mítica e de, debaixo de sonoro palavreado pseudo-revolucionário, não entender nada da revolução e das aspirações e necessidades do povo. Quando assim sucede, quando assim sucede, a revolução corre perigo, não apenas pela acção dos seus inimigos externos, mas porque internamente, em nome da revolução, se criou uma dinâmica; grandes clássicos ensinam isto; eis pois uma lição que tem de ser correctamente aprendida. Ser revolucionário é também um acto de inteligência e de humildade. É sobretudo a capacidade de entender que as grandes lições de prática revolucionária nos vêm do povo. Recorrer à prática, recorrer ao povo é encontrar uma fonte inesgotável de sabedoria. Porque o povo é a força principal de qualquer processo revolucionário.»

O roubo de armas em Santa Margarida

O Comando Operacional do Continente divulgou um comunicado em que informa o povo português da efectivação de um roubo, em Santa Margarida, de diverso material de guerra e apela para um reforço da vigilância popular. É o seguinte o texto do comunicado:

«Pelas 9 e 30, do dia 15, foi assaltada uma arrecadação de material de guerra, no destacamento do Regimento de Cavalaria de Santa Margarida, onde estão alojados militares em instrução destinados ao Ultramar, tendo sido roubadas 21 espingardas automáticas G3, 6 pistolas-metralhadoras FBP e 2 metralhadoras ligeiras MG.

O assalto foi executado por cinco indivíduos, dos quais dois com uniformes militares não camuflados, que se faziam transportar num carro ligeiro de cor clara. Três destes elementos estavam armados.

Os assaltantes, que se moviam com o à-vontade de quem conhece perfeitamente o local, bateram à porta da arrecadação, tendo mantido o respectivo quarteirão quando este, despreocupadamente, lhes abriu a porta.

Ao ter conhecimento do assalto, desencadeado certamente por elementos contra-revolucionários e inimigos do povo português, o COPCON montou uma vasta operação «stop» a nível nacional, conjugada com o reconhecimento da zona por meios aéreos. A par destas medidas procedeu ao «controlo» dos acessos às principais cidades do País (Lisboa, Porto e Coimbra), numa tentativa de intercepção dos assaltantes.

O COPCON apela para a compreensão da população que possa ter sido afectada pelas medidas tomadas. Apela, igualmente, para a vigilância popular e dos verdadeiros revolucionários, que devem canalizar para o COPCON todos os indícios ou informações que possam facilitar as investigações em curso.»

A nacionalização de 54 empresas rodoviárias

O Ministério dos Transportes e Comunicações emitiu um comunicado informativo de mais uma importante medida do Conselho de Ministros no campo das nacionalizações, que abrange 54 grandes empresas rodoviárias. É o seguinte o texto da nota ministerial:

«Nas suas duas últimas reuniões, o Conselho de Ministros apreciou também a nacionalização das grandes operadoras rodoviárias dentro do programa traçado para o sector dos transportes e comunicações, constante do Decreto-Lei n.º 203-C/75 de 15 de Abril.

«Foi aprovada a nacionalização do Grupo João Belo (constituído por três empresas), do Grupo Claras (constituído por 10 empresas), do Grupo Sernache (constituído por 23 empresas), do Grupo Eduardo Jorge (constituído por três empresas), do Grupo Transul (constituído por duas empresas), do Grupo Boa Viagem (constituído por seis empresas), do Grupo Pereira Marques (constituído por três empresas) e ainda a Empresa de Viação Algarve, Lda., António Magalhães e C.ª, Lda., (Viação Automotora de Braga) e Arboricultura, Lda.»

A vitória das forças progressistas no 11 de Março, permitiu à revolução portuguesa um importantíssimo salto qualitativo — a correspondência da democracia política já conquistada a uma real democracia económica. Esta correspondência, cuja necessidade se estava a fazer sentir com um inadiável carácter de urgência, tornava-se tanto mais importante, quanto a continuidade da anterior situação fazia perigosa a própria democracia política. Como foi e tem sido muitas vezes salientada por todas as forças consequentemente progressistas do nosso país, a alternativa que se nos coloca é bastante clara — ou o futuro socialista, e consequentemente, um futuro de verdadeira liberdade, entendida como uma real democracia ao serviço das massas populares, ou a liberdade de acção para os monopolistas, a liberdade de acção para as forças de direita que defendem de facto os seus interesses, independentemente do que verbalmente dizem defender, a que corresponderia o retorno de uma sangrenta ditadura ao nosso país.

As nacionalizações era efectuadas, que se inserem num plano de recuperação para o povo português dos principais sectores da economia nacional, atestam da firmeza com que se tem vindo a dar os passos necessários no caminho traçado, e apoiado pelo povo português. Com elas, larga-se ainda mais o âmbito dos sectores em que a batalha da produção deve assumir um carácter pioneiro e exemplar. Importa que se reforce uma democracia política que possa corresponder inequivocamente, e com a mesma firmeza, aos decisivos passos que estão a ser dados no campo económico.

A descolonização de Cabo Verde

O processo de descolonização empreendido pelo novo Portugal democrático assumiu características ímpares na história mundial, em que o povo outrora colonizador e os povos colonizados se identificaram e bateram contra o seu inimigo comum — o fascismo e o colonialismo. Essas características do processo de descolonização permitiram e estão a ter a sua conclusão lógica no estabelecimento de laços de profunda amizade, laços preferenciais, em todos os domínios, entre países que se sentem irmãos. O comunicado relativo à segunda fase das negociações entre Portugal e Cabo Verde é disso um exemplo. Publicamos, a seguir, as suas passagens principais:

«De 12 a 15 de Junho decorreu no Estoril a segunda fase das negociações entre Portugal e Cabo Verde, representado por uma delegação do PAIGC.

As conversações decorreram em ambiente de grande cordialidade e franqueza, sendo devidamente realçado o espírito de fraternidade que une os dois povos, empenhados numa via progressista de alteração das respectivas estruturas socioeconómicas e no estabelecimento de relações futuras de conteúdo novo, a todos os níveis, baseadas no respeito mútuo e na reciprocidade de interesses.

Os assuntos abordados, nos domínios social, económico, financeiro e jurídico (questões de nacionalidade, acordo judiciário, emigração e relações de trabalho, pesca, transportes aéreos e marítimos, trocas comerciais, telecomunicações, transferências do Banco Nacional Ultramarino e Banco de Fomento Nacional, implicações das nacionalizações, questões financeiras decorrentes da administração colonial), foram já, em certos casos, objecto de concordância de princípios e objectivos que conduziu à rubrica de alguns acordos.

Assim, no âmbito geral, foi rubricado o acordo geral de cooperação e amizade, estabelecendo o quadro em que se hão-de desenvolver as relações futuras entre os dois países e prevendo a celebração de acordos especiais em vários domínios. Neste sentido, foram já rubricados os seguintes acordos especiais:

1. Cooperação técnica e científica, que contempla, designadamente, o estatuto do cooperante;
2. Acordo judiciário, que regula, em bases novas, as relações neste campo entre os dois países;
3. Acordo de serviços aéreos, que fixa as condições de exploração das relações, nesse sector, entre os dois países e entre transportadores nacionais.»

O comunicado prossegue, afirmando:

«Finalmente, teve lugar uma troca de impressões aprofundada e uma inventariação sistemática dos problemas aeronáuticos e financeiros decorrentes da administração colonial, nomeadamente os relacionados com a dívida pública, transferência para Cabo Verde dos departamentos do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Fomento Nacional, além da consideração dos interesses empresariais portugueses, da assistência financeira e apoio de emergência à população cabo-verdiana, tendo-se procurado enquadrar na globalidade da negociação os encargos que advêm da descolonização de Cabo Verde e da cooperação a estabelecer, no futuro, entre os dois países.

As duas delegações congratularam-se pelo ambiente cordial e fraterno, já referido, em que as negociações se desenvolveram, e acordaram na sua continuação em data próxima, a fixar oportunamente.»



informação

Salvemos a vida do camarada Luís Corvalán!

Operários, estudantes e artistas da República Democrática da Alemanha, denunciaram os planos da Junta Militar do Chile tendentes a assassinar lentamente o secretário-geral do Partido Comunista Chileno, camarada Luís Corvalán.

Luís Corvalán foi recentemente transferido de Ritoque para o campo de concentração «Trás Alamos», perto de Santiago do Chile, um dos locais de tortura mais terríveis do regime fascista chileno, que se encontra sob a orientação directa dos serviços secretos da Junta. Corvalán foi encerrado, no maior segredo, no terceiro andar do edifício do campo de concentração, onde estão instaladas as câmaras de tortura.

«A América Latina é um vasto cenário de uma luta intensa de amplas massas populares que se revoltam contra o domínio imperialista e a opressão das oligarquias do continente. É uma luta dura, prolongada e difícil, convergente no seu objectivo, múltipla na sua forma, única pelo seu conteúdo. Os povos latino-americanos avançam pelo caminho da libertação nacional e social, da democracia e do socialismo.

«A causa da sua emancipação, corresponde às exigências do desenvolvimento social e tem a seu favor os ventos da História.» Quando Corvalán pronunciou estas palavras, o Chile estava ainda sob o governo de Frei. Não conhecera ainda a experiência da liberdade. Tão pouco a da sangüinária ditadura fascista de Pinochet. Mas se hoje o camarada Corvalán pudesse voltar a falar ao seu povo e ao seu partido, se a sua voz pudesse fazer-se ouvir no Chile, as suas palavras sobre esse continente em ebulição que é a América Latina não difeririam das que então pronunciou. O povo chileno perdeu uma batalha. É um momento dramático da sua história. Mas o futuro pertence-lhe. E hoje bate-se, nas duras condições do fascismo, por um futuro que adiar, mas que não lhe podem roubar.

A luta pela libertação de Corvalán, pela defesa da sua vida ameaçada, a necessária solidariedade internacional a essa luta, inserem-se na batalha pelo futuro que pertence ao povo chileno, a todos os povos de América Latina e de todo o Mundo. É urgente salvar a vida do camarada Luís Corvalán, herói da América Latina.

Quem luta pela paz sr. Schlesinger?

O secretário da Defesa dos Estados Unidos, James Schlesinger, é um «falção». Definiu-se há muito como um adversário da política da coexistência pacífica. No seu próprio país critica como «irresponsáveis» os jovens que «consideram superada a política da guerra fria» e defendem uma política de paz.

Schlesinger, cujas relações com o poderoso complexo militar-industrial são conhecidas, é um propagandista convicto da escalada armamentista. E acaba de fazer a sua entusiástica apologia num longo artigo publicado na revista da NATO sob o título «A Aliança e a Segurança Mútua».

O método utilizado pelo secretário da Defesa dos EUA não é original. Para fazer pressão sobre o Congresso americano e sobre os governos e forças conservadoras do Ocidente desfralda o espantalho dos perigos que ameaçariam a Europa. Neste seu artigo, Schlesinger exagera proposadamente o poderio militar das forças do Pacto de Varsóvia e, particularmente, da União Soviética, e esboça o quadro de uma NATO inferiorizada. «Devemos dispor — escreve — de uma força com elevada probabilidade de sobrevivência que possa ser mantida em reserva e dirigida contra a base económica de um adversário. Essa força deveria servir para desencorajar qualquer ataque coercivo ou desesperado lançado contra a base económica e as populações da Aliança». Schlesinger fala da «defesa», mas as suas sugestões são todas agressivas. «Devemos ter uma força — salienta — que, para ripostar a um ataque inimigo, possa recorrer a várias opções limitadas pré-estabelecidas e reagir rapidamente às ordens de mudança de objectivos, a fim de dissuadir qualquer tipo de ataque encorajado por um inimigo eventual. Essa força deveria dispor de certa capacidade para destruir os objectivos protegidos — nomeadamente os MBRM e os IRBM (misséis balísticos de alcance médio) — embora preferíssemos que os dois campos evitassem a utilização de um potencial de réplica maior e se dedicassem a uma redução equilibrada das suas forças estratégicas ofensivas».

Segue-se a passagem mais grave do artigo. «A nossa força — sugere Schlesinger — deveria também possuir armas precisas, de fraca potência, para atacar objectivos desprotegidos sem provocar paralelamente estragos de grande envergadura. E deveria ser apoiada por um modesto programa de construção de abrigos contra poeiras radioactivas, para garantir a protecção das nossas populações na eventualidade de um ataque lançado contra objectivos militares (...) Do ponto de vista da dissuasão é essencial também



que essa defesa seja apoiada e reforçada a cada momento pelas forças nucleares do teatro de operações. De acordo com a estratégia atlântica de resposta gradual, não excluímos o recurso de Aliança às armas nucleares se isso for necessário para conter e repelir um ataque convencional importante, lançado pelo Pacto de Varsóvia».

O artigo termina com considerações em torno da necessidade do envio para a Europa Ocidental de novas e poderosas forças terrestres e aéreas dos Estados Unidos.

É um brevíssimo resumo. Mas suficiente para deixar claro que o secretário de Defesa dos Estados Unidos fala como se o mundo esti-

vesse à beira de uma guerra atómica. Não faz no seu artigo a mais leve referência ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares do qual o seu país é um dos signatários. A sua linguagem é uma linguagem de guerra, semelhante à que usava Foster Dulles. Pretende o apoio dos aliados dos EUA para criar uma nova NATO, armada até aos dentes. E para o conseguir intenta perigos e ataques que só existem na sua imaginação. Pinta um quadro sombrio de uma Europa desarmada, lamenta a fraqueza e a vulnerabilidade dos flancos da Aliança — numa clara alusão à Revolução Portuguesa — e esforça-se sobretudo para criar um clima de medo propício à escalada. Não é por acaso que Schlesinger defende a construção de abrigos antiatômicos na Europa. Não é por acaso que insiste tanto no emprego de armas nucleares, «precisas, de fraca potência». Schlesinger sabe perfeitamente que os países do Pacto de Varsóvia desenvolvem os maiores esforços para que seja estabelecido um sistema de segurança europeia eficaz e que afaste para sempre a possibilidade de guerras. Mas deturpa a realidade, mente, intimida para que mais facilmente sejam aprovados programas de rearmamento, para que o imperialismo americano reforce o seu domínio sobre a Europa Ocidental, para que os grandes monopólios americanos da indústria bélica, como a General Dynamics, possam fechar contratos de centenas de milhões de contos com o Pentágono e com «aliados» da NATO, para que os trabalhadores europeus acabem por pagar, contra sua vontade, a política de submissão a Washington de governos reaccionários.

Enquanto os EUA, pela palavra do seu secretário da Defesa tocam tambores de guerra, a União Soviética, injustamente acusada de intenções agressivas, defende a paz e o desarmamento. Em Moscovo, o camarada Leonid Brezhnev, secretário-geral do PCUS, acaba de propor que as grandes potências proibam «novos tipos de armas de destruição maciças». «A sabedoria e a consciência da Humanidade — disse — impõem que se erga uma barreira intransponível à criação de tais armas (...) Nós somos defensores da redução dos orçamentos militares e pedimos às outras potências que façam o mesmo. O nosso país tem sido e continuará a ser um firme defensor da limitação de armas, um defensor do desarmamento».

Quem faz a propaganda da guerra, quem defende a escalada armamentista, quem luta pela paz, quem se pronuncia pelo desarmamento, sr. Schlesinger?

Peru: reforço da aliança Povo-Forças Armadas

A festa do 7 de Junho ficou a assinalar, em Lima, o reforço da aliança Povo-Forças Armadas. A data, durante muitos anos, não foi comemorada pelas massas populares, confundidas pela política demagógica dos governos oligárquicos que sempre se esforçaram por separar o povo das Forças Armadas. Mas o 7 de Junho de 1880 foi precisamente um dia em que o povo e as Forças Armadas lutaram lado a lado em defesa da soberania nacional. Nessa jornada, o coronel Francisco Bolognesi, cercado pelo Exército chileno invasor, lutou até à morte em Arica, à frente da pequena guarnição, rejeitando as propostas de rendição. O Peru perdeu a guerra e nunca mais recuperou Arica. Mas o comportamento de Bolognesi não foi esquecido e a Revolução Peruana, num momento em que a reacção e o imperialismo aproveitam todos os pretextos para criar tensões entre o Chile fascista e o Peru, transformou o 7 de Junho numa festa de confraternização entre Forças Armadas e o povo.

Dezenas de milhares de trabalhadores aclamaram este ano o presidente da República, recebido pelas massas com a palavra de ordem «Veleco-Revolução!»

O primeiro-ministro, general Francisco Morales Bermudez, em proclamação dirigida às Forças Armadas exortou-as a lutar, se necessário, «até à morte» pela causa da independência e em defesa das conquistas revolucionárias.

Os apelos da Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos e do Partido Comunista Peruano contribuíram decisivamente para a comparsa massiva dos trabalhadores. «Unidade», órgão central do Partido Comunista Peruano convocou o povo a aderir à manifestação, lançando a palavra de ordem: «Com as armas do povo, o povo unido — As ruas com a Revolução».

Em editorial dedicado ao 7 de Junho, «Unidade» salienta que «esta demonstração unitária é uma derrota do anticomunismo, cuja bandeira reaccionária destinada a dividir os povos. Será uma derrota dos divisionistas do movimento popular que estão empenhados em destruir as organizações da classe operária». E acrescenta: «Este acto tem um segundo significado. Não é apenas uma acção unitária. É fundamentalmente uma expressão viva da aliança cada vez mais firme entre o Povo e as Forças Armadas que a classe operária e todas as forças revolucionárias devem construir cada dia, aproximando-se, procurando posições comuns e coordenando acções. Porque ninguém poderá negar a vantagem histórica para a Revolução Peruana significa ter a seu lado as Forças Armadas (...) Com a sua presença no 7 de Junho, a classe operária manifesta a sua adesão ao processo revolucionário. Erguendo bem alto as suas bandeiras de independência política da classe, identifica-se com o processo que está resolvendo as tarefas mais transcendentes da libertação nacional pela qual lutou durante mais de meio século. Porque as transformações anti-imperialistas e antioligárquicas correspondem inteiramente aos interesses da classe operária. Porque a classe operária está vitalmente interessada na defesa e no aprofundamento do processo. Porque, por isso mesmo, luta contra aqueles que querem desviar o curso da revolução. Por isso mesmo, combate para libertar o processo de heranças antigas do passado que travam o seu desenvolvimento».

A Revolução Peruana, como todas as revoluções, tem características que são suas, que exprimem as condições objectivas e subjectivas da sociedade peruana. É um processo profundamente diferente do português em que nem o papel das Forças Armadas nem o do movimento popular de massas são semelhantes ao que ambas as componentes desempenham em Portugal. Mas no Peru como em Portugal é do reforço da aliança entre as Forças Armadas e o Povo que depende o avanço da Revolução. E, lá como aqui, os adversários da Revolução, empenhados em preservar as estruturas de um capitalismo monopolista rudemente golpeado, impuseram-se como tarefa prioritária dividir os trabalhadores, dividir as Forças Armadas, tentar destruir a aliança que une o povo e as Forças Armadas. No 7 de Junho mais uma vez ficou claro quem está com a Revolução e quem está contra ela. Enquanto a Confederação Geral dos Trabalhadores e o Partido Comunista convocavam o povo a prestigiar as comemorações promovidas pelas Forças Armadas, a APRA — partido burguês, que afirma ser democrata e socialista e que é apoiado pelo imperialismo americano — não aderiu à jornada do 7 de Junho. Lá como aqui, a ultra-esquerda adopta um comportamento contra-revolucionário. Boicotou o 7 de Junho. Os grupelhos esquerdistas de Lima utilizam para atacar a Revolução Peruana e particularmente as Forças Armadas a mesma linguagem que os seus irmãos do MRPP usam em Portugal contra os partidos e forças progressistas e contra o MFA. A ultra-esquerda peruana boicotou também o 7 de Junho. A reacção peruana e a reacção portuguesa não podem escender o seu parentesco.

Denúncias sobre a CIA que encobrem as actividades da CIA

Após seis meses de investigações, a Comissão Rockefeller reconheceu que a CIA se tem dedicado a actividades ilegais de espionagem e vigilância nos Estados Unidos, de há vinte anos para cá. Entre as actividades ilegais, o relatório da Comissão Rockefeller menciona, a intercepção de correio entre os Estados Unidos e a União Soviética, a partir de 1953, a vigilância e a infiltração em organizações norte-americanas que se opunham à guerra do Vietnã, a vigilância física e a escuta telefónica de pessoas suspeitas de ter contacto com organizações internacionais progressistas, pouco do agrado da Casa Branca. Em 1972, por exemplo, 2.300.000 objectos postais foram examinados, 33.000 sobrescritos foram fotografados e 8.700 abertos. Como nota adicional, nas criminosas actividades da CIA, é revelado que esta organização policial submeteu várias pessoas a experiências com drogas, sem as prevenir. Em particular, na década de 50, efectuou experiências com a droga LSD em pessoas que desconheciam estar a ser drogadas.

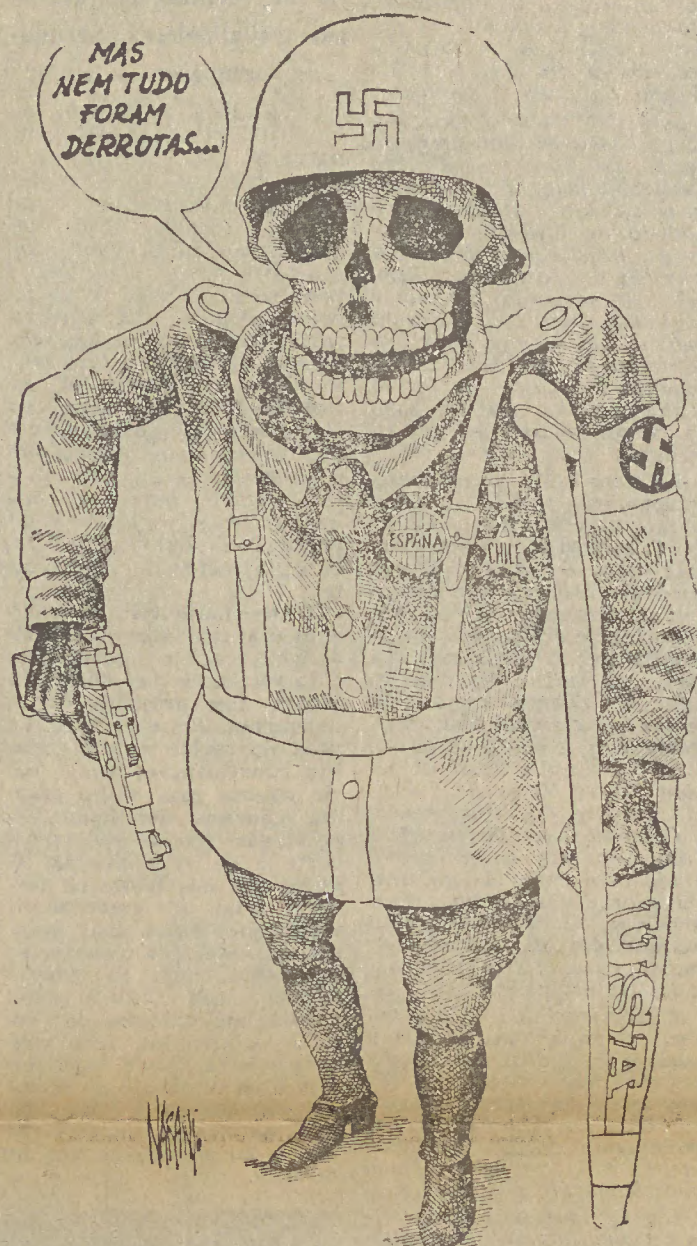
O relatório, elaborado por um conjunto de pessoas intimamente ligadas à Casa Branca, e que se baseia em testemunhos de indivíduos ligados à CIA, nomeadamente alguns antigos directores desta organização e do secretário de Estado e chefe do Conselho Nacional de Segurança, Henry Kissinger, vai ser agora estudado pelo Congresso, com uma limitação desde já colocada pelo presidente Ford: o capítulo referente às tentativas de assassinio de personalidades estrangeiras, nomeadamente o camarada Fidel Castro, não será divulgado, sob o absurdo pretexto de «falta de tempo» da comissão para aprofundar o estudo desse problema.

A criação da Comissão Rockefeller, para uma pretensa investigação das actividades da CIA, não corresponde, como é evidente, a qualquer intenção seria de verificar irregularidades cometidas por uma organização que é obra e apoio fundamental da política da Casa Branca. Aliás, não é esta ou aquela actividade particular a que a CIA se tem dedicado que pode ser considerada criminosa, a sua própria existência e os objectivos que prossegue, inserem a toda a sua acção num cunho criminoso. É significativo que a Comissão Rockefeller faça parte vários «dirigentes da CIA».

Forçado a montar uma farsa de investigação — o que em si já é positivo — o governo dos EUA escolheu naturalmente elementos que podem ser justamente considerados cabeças da própria CIA. Estes ele-

mentos esforçaram-se por fazer um trabalho, em que demagogicamente são apontadas à CIA a prática de uma ou outra «irregularidade», e em que fica a salvo o conjunto dos seus objectivos e da sua actividade criminosas. Assim, a CIA poderá continuar a ser pacificamente considerada uma instituição de utilidade pública e mesmo uma organização de cunho patriótico, destinada a garantir a continuidade da «liberdade» norte-americana, face às «ameaças subversivas» externas e internas.

Entretanto, por muito inócuo que pretenda ser o relatório, um aspecto resalta de imediato — as actividades da CIA mencionadas como ilegais, como a violação de correspondência para países socialistas e de pessoas ligadas a organizações progressistas, e o trabalho de provocação nas organizações que se opunham à guerra do Vietnã, só poderiam interessar profundamente aos seus reais patrões da Casa Branca. E por de mais evidente que a CIA não age por conta própria, pelo simples prazer de «investigação». A CIA age com objectivos muito determinados — a defesa dos interesses das grandes multinacionais e do



imperialismo, e com ordens com uma origem muito precisa — a cabeça da hidra do imperialismo mundial — a Casa Branca. Não são necessárias quaisquer provas suplementares para o demonstrar. O simples facto de agir em conformidade com interesses bem localizados, denuncia o centro que determina as suas tenebrosas actividades. A mascarada com que se pretende encobrir essa realidade, e lançar um manto sobre o conjunto das actividades da CIA, fazendo ressaltar uma ou outra «irregularidade», não surtirá qualquer efeito.

A violência da direita e a linguagem da direita

Está-se a viver na Argentina um clima particularmente tenso, em que campeia um desenfreado terrorismo contra pessoas e organizações progressistas, terrorismo que é fomentado e desenvolvido por organizações de extrema-direita, que actuam à margem de toda a legalidade. O Partido Comunista da Argentina, denunciando os promotores e os reais intentos desta campanha de intimidação, afirma que tais expressões de terrorismo da extrema-direita são encorajadas no país pelo imperialismo e pela sua tenebrosa e célebre arma da CIA. O Partido Comunista da Argentina assinala que estas acções, realizadas de complicidade com os grandes latifundiários e os monopólios, visam «semear o pânico e paralisar as lutas populares, amordagar os sentimentos patrióticos e preparar assim a submissão da República a interesses alheios aos do seu povo». «Trata-se de bandos de mercenários armados e de grupos para-políciais ou mesmo de delinquentes de direito comum «libertados» para seqüestrar, torturar e matar os combatentes da democracia» — afirma-se numa declaração do PCA.

A violência desencadeada na Argentina pelas forças de direita, apostadas em travar a luta popular por uma sociedade verdadeiramente livre e democrática, tem sido oportunisticamente aproveitada para, numa generalização totalmente inadequada, combater a própria luta dos trabalhadores. Assim, utiliza-se a violência fascista, não só para arredondar directamente os trabalhadores mais conseqüentes, como se pretende facilitar uma repressão contra a luta das massas trabalhadoras, através da indiscriminada atribuição do epíteto de «subversivos», quer à acção dos grupelhos terroristas (que, aliás, não parecem encontrar grandes entraves à sua criminoso acção), quer à justa luta das massas trabalhadoras por melhores condições de vida.

Em editorial do «Nuestra Palabra», órgão do Partido Comunista da Argentina, é denunciada a abusiva utilização indiscriminada do termo «subversivo»: «Nestes momentos de grande emoção social e política, certos vocábulos e expressões, que têm um significado preciso, são utilizados com ligeireza e com más intenções.» «Há políticos e personalidades, civis e militares, que continuam a apodiar de subversão aquilo que não o é de facto, como por exemplo as justas lutas reivindicativas da classe operária e do povo, para mais facilmente as reprimir» — afirma o «Nuestra Palabra». Referindo-se à violência como arma, o editorial assinala a organização denominada «Tripla A» como uma «forma criminosa do emprego da violência de classe utilizada pela extrema-direita», que goza de total impunidade no país, e acrescenta: «Não podemos generalizar, mas sim precisar, de que tipo de violência se trata e a quem cabe a responsabilidade em cada caso, tendo em conta que muitas vezes os que mais pregam contra a violência, são os maiores responsáveis e os instigadores da sua utilização».

O conceito de subversão, como o de liberdade ou de democracia, têm um conteúdo de classe muito preciso. A sua indiscriminada utilização, com a intenção deliberada de criar a confusão em torno dos reais objectivos dos que indevidamente os arvoram em suas consignas, retin-lhes, com frequência, todo o seu significado. A Argentina é, neste momento, um de entre muitos exemplos, do significado da palavra subversão na boca de forças da direita — a protecção, ostensiva ou não, de um desenfreado terrorismo de grupos reaccionários, contrapondo-se à perseguição dos trabalhadores em luta, apodada de subversiva. Quanto ao confusãoismo que se pode criar em torno de termos como liberdade e democracia, temos no nosso próprio país exemplos concludentes.

Não há em Portugal, neste momento, nenhuma personalidade, nenhuma força organizada, que não diga bater-se denodadamente pela liberdade, pela democracia e mesmo pelo socialismo. E, entretanto, por demais evidente que tais afirmações, em muitos casos, não correspondem à realidade, ou melhor correspondem à esforços no sentido de angariar indevidos apoios do povo português. Que paralelo pode haver entre a pretensa democracia do decanato «mundo livre» capitalista e a real liberdade que impera no mundo socialista? Que pontos de contacto poderíamos encontrar entre a democracia realmente existente nos países onde já terminou a exploração do homem pelo homem e a pretensa democracia defendida por aqueles que apodam de terrível ditadura a democracia dos países socialistas? Não há, nem pode haver, qualquer paralelo, qualquer ponto de contacto entre tais conceitos diametralmente opostos, logicamente defendidos pelos que encarnam os interesses de classe irredutíveis, os detentores do capital e as massas trabalhadoras.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SECTOR ESSENCIAL DA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Colocar o sector dos Transportes e Comunicações, elemento nevrálgico da economia nacional e da defesa do País, ao serviço do processo revolucionário é uma tarefa cuja concretização passa, necessariamente, pela participação activa e criadora dos trabalhadores nela envolvidos. Esta participação terá de basear-se num esclarecimento profundo sobre as possibilidades imediatas de recuperação, sobre as enormes dificuldades herdadas do regime fascista, cuja política, a soldo dos interesses monopolistas, bloqueou, gravemente, as potencialidades do sector, degradando-o em prejuízo exclusivo do Povo trabalhador.

Esta participação terá ainda de basear-se num grau superior de conscientização dos trabalhadores que devem sacrificar um imediatismo estreito de melhorias económicas, impossíveis na actual situação da economia nacional e, em particular, do sector em causa, para concentrarem toda a sua energia criadora na defesa do processo revolucionário, em cujo bom termo reside a única possibilidade de conquistarem um futuro melhor.

A defesa deste processo revolucionário implica, também, a recuperação do sector de Transportes e Comunicações, não só pelos trezentos mil trabalhadores dele dependentes, mas também pela sua importância estratégica e económica que o torna um dos alvos cobçados pela reacção e um dos campos em que se impõe uma redobrada vigilância dos trabalhadores —, como salientou o nosso camarada Alvaro Veiga de Oliveira, ministro dos Transportes e Comunicações do Governo Provisório, num encontro realizado com cerca de mil trabalhadores das Oficinas Ferroviárias de Sul-Sueste no passado dia 10, jornada de trabalho voluntário pela batalha da produção.

A experiência da luta de outros povos demonstra que a participação dos trabalhadores no processo político, de que são os principais agentes, aumenta o ritmo do desenvolvimento do seu esclarecimento e da evolução da sua consciência revolucionária.

Dal a importância da entrevista que nos foi concedida pelo camarada Veiga de Oliveira, em que os agudos problemas do sector de Transportes e Comunicações são abertamente abordados, num exemplo da prática que sempre norteou a actuação do nosso Partido: não sacrificar a política da verdade, a única que defende os interesses reais do Povo trabalhador, a fogueira de uma popularidade efémera.

Sector de passagem de toda a produção

«AVANTE!» — Camarada Veiga de Oliveira, poderíamos começar por definir a importância estratégica e económica do sector de Transportes e Comunicações.

VEIGA DE OLIVEIRA — É reconhecida a grande importância política, social e económica do sector de Transportes e Comunicações. Não se pode produzir sem se transportarem as matérias-primas e matérias auxiliares para os locais onde se desenrola a produção; não se podem comercializar as mercadorias, uma vez produzidas, sem as transportar para os mercados e lugares onde são finalmente consumidas. Também se não pode produzir sem que diariamente os trabalhadores não sejam transportados para as fábricas, sem que diariamente esses trabalhadores não sejam novamente transportados para os locais onde habitam. Dai que toda a produção de qualquer país encontre no sector de transportes um segmento de passagem obrigatória. Dai também a importância do sector. Isto para não falar em aspectos sociais de descanso, de férias, de viagens. Para não falar, também, na comunicação, outro elemento fundamental para a produção moderna: são as encomendas, as directrizes dadas para produzir isto ou aquilo, e é, ainda, a comercialização das mercadorias que depende da comunicação eficiente e rápida.

Daqui decorre o valor estratégico do sector. Porque é um ponto de passagem obrigatória da produção da vida nacional, surge como um domínio fundamental, quer para a defesa de um processo, quer para atacar esse mesmo processo. De todos é conhecido o exemplo do Chile, em que foi justamente no sector dos transportes que se deu a ruptura que conduziu à vitória da reacção.

Também é de notar que este sector representa uma parcela substancial da produ-

ção, envolve investimentos enormes, compreende um grande número de trabalhadores, quer directamente envolvidos (mais de cem mil), quer indirectamente (ultrapassando os trezentos mil) e tem uma alta sensibilidade a todos os problemas laborais: qualquer dificuldade neste sector se transmite directamente aos outros. Nós sabemos bem o que significa a paralisação dos transportes e comunicações.

As nacionalizações, graças aos trabalhadores, permitirão recuperar o sector

«AVANTE!» — Quando do início do processo de nacionalização do sector, salientaste, camarada, que as medidas tomadas não passariam de boas intenções, se não fossem empuñadas, como «coisas» para levar à prática e para ser realizadas de facto, pelos trabalhadores. Afirmaste que tudo o que se deu, será bom se os trabalhadores portugueses, em particular, os trabalhadores do sector dos transportes o quiserem; ele não valerá nada se eles não o quiserem. Este quer passar também pelo esclarecimento do significado e da importância das nacionalizações no sector dos transportes.

V. O. — Caracterizado rapidamente este sector, é fácil de compreender o significado e importância das nacionalizações. Em primeiro lugar, registemos que as características no sector são de relativa concentração, isto é, havia poucas, mas muito grandes empresas dominando os principais modos de transporte e de comunicação. E assim que nós temos na ferrovia uma só empresa, e assim que temos duas grandes empresas nos transportes marítimos, uma só grande empresa nos transportes aéreos, uma empresa que domina os correios. Esta concentração é, desde logo, um índice da utilização do sector de transportes e comunicações ao serviço dos monopólios e ao serviço do regime fascista.

Efectivamente, neste sector, encontram-se interessantes meios que permitiram obter altos lucros de monopólio. O estabelecimento de sistemas tarifários adequados permitia que fosse a massa dos trabalhadores a pagar não só os investimentos como os «deficits» de exploração, e que fossem os grandes uten-



Veiga de Oliveira e a repórter do «Avante!»

tes, portanto, os monopólios, a sobreviverem-se dos meios assim postos à sua exploração.

«AVANTE!» — Por exemplo, relativamente às últimas nacionalizações verificadas no sector, que abrangem os quinze maiores grupos de transportes colectivos de passageiros, cujo número é de 113 empresas e associadas, observou-se que nestas quinze empresas, de um modo geral, ocorriam descapitalizações de algumas empresas por aplicação de fundos em fins distintos dos socialmente requeridos e outras irregularidades. Aliás, a situação destas empresas, no conjunto de

culos (58,8 por cento do total).

V. O. — De todos estes factos se conclui a importância e o significado das nacionalizações neste sector. Trata-se de recuperar um importantíssimo segmento da produção da vida nacional e de recuperá-lo em função dos interesses da Revolução e, portanto, eliminar também aqui o poder dos monopólios, o poder dos grandes capitalistas. A tarefa não é fácil. E preciso dizer que herdámos as tais deformações tarifárias, herdámos sectores como a ferrovia completamente degradados, herdámos distorções de todo o tipo nas ligações com os portos, no abandono dos portos principais de Lisboa e Porto, herdámos um sistema rodoviário hipertrofiado, herdámos sistemas de telecomunicações anclados e desenvolvidos só em função dos interesses dos monopólios.

A nacionalização dos grandes operadores de transportes e comunicações, indispensável para a recuperação do sector, enfrenta enormes dificuldades. Dificuldades que não poderão ser vencidas pura e simplesmente por medidas administrativas, por leis, mas terão de encontrar solução numa participação muito activa dos trabalhadores deste sector. Sem essa participação, só com o recurso a milhões e milhões de contos, não poderemos pensar numa recuperação suficientemente rápida, que é urgente no sector.

De facto, uma grande parte das empresas encontra-se em situações degradadas e, por isso mesmo, são deficitárias na sua exploração. Dai que, desde já, tenhamos de pagar «deficits» de exploração. Temos de encontrar recursos suficientes para, através de investimentos devidamente seleccionados, podermos levantar rapidamente o sector.

Deste modo, as nacionalizações visam, prioritariamente, suprimir a anarquia em que o sector vivia, garantir a participação ampla dos trabalhadores na sua recuperação e, por estes dois meios, permitir detectar os pontos em que deverá fazer-se uma intervenção de investimentos que garanta uma melhor rentabilidade e mais rapidamente a recuperação. Este é o aspecto económico das nacionalizações. No aspecto político, ainda mais importante, trata-se de pôr o sector ao serviço dos trabalhadores e da economia, ao serviço do processo revolucionário. Portanto, evitar que este sector particularmente nevrálgico possa ser usado contra nós.

Burocracia e saneamento ineficaz, elementos que bloqueiam o sector

«Avante!» — Na maioria dos casos tem sido lenta a adequação do aparelho do Estado às circunstâncias revolucionárias em que nos inserimos. Neste contexto o trabalho do Ministério de Transportes e Comunicações enfrenta, com certeza, dificuldades de várias ordens. Quais as principais?

V. O. — Das principais dificuldades, e muitas são, a primeira a referir é a burocracia. Herdámos um sistema de tal

maneira burocratizada, de tal maneira tolhido, aneloso, que quaisquer medidas mesmo as mais simples, podem exigir meses, para não falar em anos, para chegar à prática.

Eu podia contar vários casos, mas vale a pena, pelo menos, referir um: Há um pedido de táxi, efectuado há

em saneamentos e também não conduzem à substituição de quem deve ser substituído, etc.

Chegamos à conclusão de que no decurso deste processo, se esqueceu o que era o objectivo fundamental e a razão básica do saneamento. A razão básica, é bom não esquecer, é o passado de 48 anos de fascismo. Naturalmente que o objectivo fundamental do saneamento seria afastar de cargos importantes e, portanto, começando por cima, aqueles funcionários que pelas suas ligações e actuação durante o tempo do fascismo, e já depois dele, não dão o mínimo de garantia de pudermos colaborar honesta e decididamente no desenvolvimento do processo revolucionário. Neste terreno, alguma coisa terá de mudar e é urgente que essa mudança se opere. Não podemos continuar a sanear trabalhadores humildes que, no fundo, têm mau feito ou são muito exigentes para com os seus subordinados e deixar nos seus lugares, até em postos de comando, pessoas que não fazem nenhum esforço, para que o processo revolucionário se desenvolva, não farão nenhum esforço para o defender e, muito pelo contrário, na primeira oportunidade darão de campo e serão os primeiros a atacar-nos.

Herdámos um esquema tarifário que não serve o processo revolucionário

«Avante!» — Sabemos que as receitas não cobrem as despesas de exploração do sector. Temos dados, por exemplo, relativos ao metropolitano segundo os quais o custo real de cada viagem é de 3551. Como a receita de cada viagem é de 2522, estamos perante um deficit diário de 1529 por viagem. Ora, diariamente, utilizam o «metro» cerca de 250 mil pessoas. Dai um deficit total, por dia, de 32250 escudos. Esta questão sugere o problema do aumento das tarifas...

V. O. — Em relação a tarifas muita coisa havia a dizer. É natural que, neste aspecto, quase nunca se encontre o acordo quando se trata de aumentos. Naturalmente aumentar, desde logo, é uma ideia que todos pretendem afastar. Mas podemos examinar o problema com a cabeça fria e procurando descorinar os verdadeiros interesses nacionais e, portanto, defendê-los. De facto, o esquema tarifário que herdámos era um esquema tarifário que se destinava fundamentalmente a fazer pagar à massa dos trabalhadores, deste país, os serviços de meia dúzia de utentes. Esse esquema tarifário não pode servir o processo revolucionário. Temos um exemplo. As tarifas que se aplicavam ao transporte de jornais e revistas não pagavam, eventualmente, o gesto de pôr um carimbo. Naturalmente que sob o ponto de vista nacional seria melhor que a tarifa fosse nula. Sobre este assunto, podemos dizer várias coisas. Em primeiro lugar, há jornais de província, jornais regionais que têm uma função muito importante a desempenhar no processo de comunicação para populações muito

que não só não contribuem para o aumento de cultura e a divulgação da informação entre as populações mais dela carecidas, mas, pelo contrário, contribuíam para desinformar e para negócios menos claros daqueles que nós conhecemos do tipo «mande na volta do correio não sei quantos selos e recebe não sei o quê...»

Num país em que existem ainda 40 por cento de analfabetos, em que há ainda uma percentagem muito superior de pessoas que não lêem nem jornais nem revistas porque não têm tempo, porque não têm o hábito de ler, porque se encontram marginalizados ao lado de uma pequena população que goza já da possibilidade de ler e hábitos de cultura, neste país é preciso que a maioria saiba que com o seu esforço, no seu dia-a-dia, paga centenas de milhares de contos para se divulgarem jornais e revistas só para usufruto dos que lêem. Não pode continuar a suceder que sejam os analfabetos a pagar a difusão de jornais e revistas a uma minoria. Por outro lado, a transparência dos esquemas tarifários permitirá avaliar, detectar a origem de certos lucros, que aparecem em empresas editoriais, e dar-lhes o destino mais conveniente. Isto não significa que o transporte e comunicação devam ser pagos directamente pelo utente. Em muitos casos seria mesmo incomportável. Isto significa que deve haver relações transparentes entre as tarifas e os custos que permitam saber quem paga e quem é beneficiário; que permitam evitar que subsídios encapados através de défices representem que os trabalhadores paguem os custos e que alguns, que nem são trabalhadores, beneficiem desse esforço e desse subsídio.

Teremos de trabalhar hoje, o que havemos de comer amanhã

«AVANTE!» — Num sector tão amplo como o de transportes e comunicações, verificamos, como resultado da política fascista, agudas distorções salariais. Como será possível corrigi-las?

V. O. — Num sector que se desenvolveu anarquicamente e ao sabor dos interesses monopolistas do momento, há, e era forçoso que houvesse, enormes distorções salariais. Isto significa que há trabalhadores a desempenhar exactamente as mesmas funções e que recebem salários muito diversos. Isto significa que há gente que faz pouco e ganha muito e gente que faz muito e ganha pouco. Este aspecto não é, aliás, particular ao sector. Este problema é extremamente sentido mas eu receto ter que dizer que muitos dos que se debruçam sobre o problema não o fazem com os pés no chão. Não se pode imaginar que as injustiças que todos desejamos corrigir possam desaparecer de um momento para o outro. E quando digo de um momento para o outro estou a pensar mesmo num ano, mesmo em dois ou três.

comportaria de forma nenhuma que se corrigissem, neste momento, as distorções salariais que existem alinhando os salários mais baixos pelos salários mais altos. No entanto, há necessidade de começar a corrigir estas distorções salariais. É possível fazê-lo mas haverá que ter paciência porque esta correcção será lenta e consoante o desenvolvimento da economia nacional. Teremos de trabalhar hoje aquilo que havemos de comer amanhã.

O «caso» CTT tem de ser integrado nos problemas de todos os trabalhadores

«AVANTE!» — Passemos agora a um caso de grande actualidade: o caso dos CTT, que tem assumido, inclusivamente, aspectos de violência como seja a invasão deste Ministério por trabalhadores dos CTT, no passado dia 9, da qual resultou, pelo menos, um ferido, e que, segundo informação emanada do Gabinete dos Transportes e Comunicações, pensa-se que a direcção sindical dos CTT deturpou deliberadamente o que foi dito neste Ministério, pois nada justificaria tal reacção.

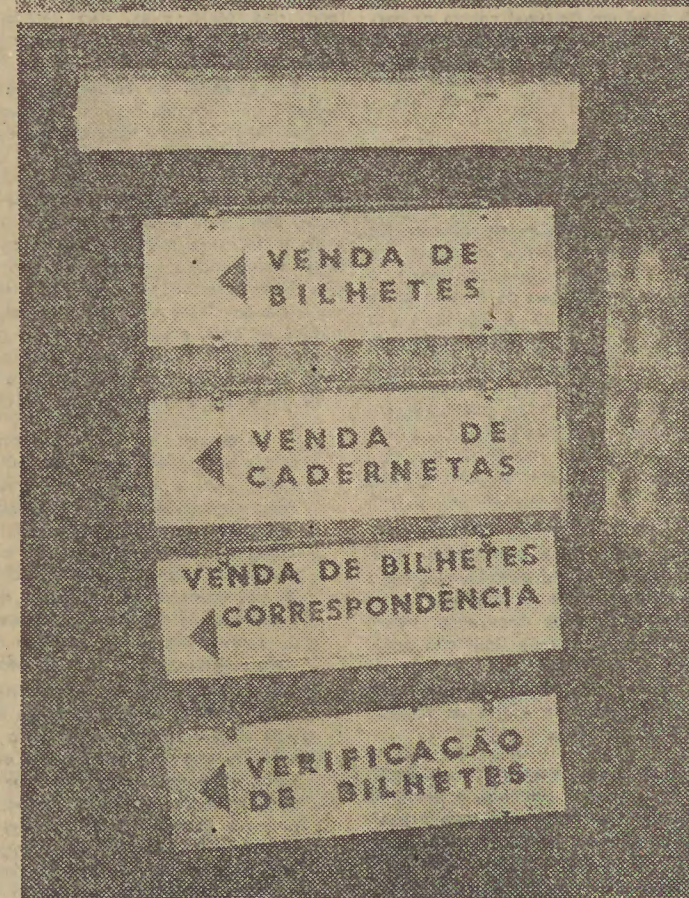
V. O. — Em primeiro lugar, o caso dos CTT não é único. O Governo aprovou uma lei destinada a conter os aumentos salariais. Os objectivos são claros. Nós temos vários e graves problemas e um deles é o de continuarmos a viver acima dos nossos recursos. Nós todos temos desejos de melhorar a vida do nosso país, de melhorar fundamentalmente a situação dos trabalhadores que estão em posições mais desfavorecidas. Este desejo, entretanto, não pode ser satisfeito senão em termos da realidade da economia nacional. De contrário corríamos o risco de a breve trecho estarmos metidos numa inflação galopante que, antes de mais, iria prejudicar justamente os trabalhadores que têm salários mais baixos.

Portanto, a lei estabelece o critério para os aumentos de salários. Esse critério, naturalmente, é o de contenção, e os trabalhadores de todos os sectores e não só os das empresas públicas, terão de adquirir a exacta consciência da necessidade de reduzir os aumentos salariais. O que se passou e se passa nos CTT é que um grupo sindical resolveu não aceitar, de forma nenhuma, qualquer limite às suas pretensões, cuja justeza, em valor absoluto nós não discutimos, mas estamos dispostos a discutir em valor relativo. Isto é, integradas nos problemas de todos os trabalhadores do País e não só dos trabalhadores dos CTT.

Sem a participação dos trabalhadores, as nacionalizações não serão um elemento propulsor da revolução

«AVANTE!» — Para que as nacionalizações, que em si mesmas são um acto jurídico, ganhem conteúdo revolucionário é essencial a participação dos trabalhadores. Como vê, camarada, a participação dos trabalhadores do sector de transportes e comunicações no processo das nacionalizações?

V. O. — Logo no início da nossa conversa foi sublinhada a importância da participação dos trabalhadores para que todo o processo revolucionário avance. Em particular, no sector e em relação às nacionalizações, essa participação é indispensável. O que poderia suceder se os trabalhadores não defendessem as nacionalizações, todos nós podemos imaginar. Poderia suceder que as empresas entrassem em descabro económico ou mesmo em mau funcionamento, ou que perdessem, poderia suceder que as nacionalizações, em vez de serem um elemento propulsor do processo antes o entrassem. Essa participação terá de ser capaz de mobilizar reservas escondidas de imaginação criadora, de trabalho, até de sacrifício dos trabalhadores do sector para que com os poucos recursos de que dispomos, o sector dos transportes e comunicações fosse posto ao serviço dos trabalhadores e da economia nacional. Essa participação, naturalmente, terá de fazer-se através das organizações sindicais, das organizações de empresa, enfim, das organizações dos trabalhadores e das formas que eles determinem. Formas que não são obrigatoriamente de um só modelo, que certamente apresentarão aspectos diversos consoante as regiões, as empresas e os problemas em causa.



As nacionalizações dos transportes colectivos de Lisboa vieram de encontro aos desejos dos trabalhadores, que logo, de um modo ou de outro, se apressaram a «marcar» autocarros o metropolitano



variado, desde o primeiro decreto de saneamento até ao mais recente que data justamente de 11 de Março —, conduz à desarticulação completa dos serviços, tornando-os ainda mais deficientes e incapazes, se reflecte também nas empresas públicas que já pertenciam ao sector. A verdade é que não tem resultado um saneamento efectivo como se pretendia. Há muita gente suspensa, há muita gente que procura, no seu dia a dia, defender-se de ser saneada em vez de trabalhar. As suspensões já verificadas não resultam definitivamente

numerosas e que são as mais abandonadas justamente, no processo de educação e cultura dessas populações. Então se não for possível outra forma haverá que subsidiar o transporte e a divulgação desses jornais, haverá que subsidiar, como aliás já se faz, o pagamento do papel que eles não são capazes de suportar, etc., etc. O que isto não deve ser feito de forma confusa através de um deficit que aparece nos CTT, mas sim, de forma clara até porque a cobertura da baixíssima tarifa que existia também se divulgam prospectos vários

Teremos de corrigi-las por etapas e conforme vai sendo possível, isto porque para corrigir está fora de causa alinharmos toda a gente por baixo. Compreende-se que um trabalhador que, apesar de tudo, ganha mais mas que não se sente suficientemente pago, não queira ver agora o seu salário cortado. Portanto, excluído este processo de alinharmos todos por baixo, teríamos de optar pelo processo de alinhar todos por cima, e é evidente que este outro também não é possível porque não é comportável. A economia nacional não